

Vânia Bambirra

O capitalismo dependente latino-americano

Tradução

Fernando Correa Prado

Marina Machado Gouvêa

2ª edição

Florianópolis

EDITORA  INSULAR

2013

Editora Insular – IELA
Coleção Pátria Grande
Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-Americano

**O capitalismo
dependente
latino-americano**

Vânia Bambirra

Conselho Editorial da Coleção Pátria Grande
*Nildo Ouriques, Elaine Tavares, Fernando Correa Prado,
Waldir José Rampinelli, Beatriz Paiva.*

Editor
Nelson Rolim de Moura

Tradução
*Fernando Correa Prado
Marina Machado Gouvêa*

Revisão
Carlos Neto

Capa
Tadeu Mayer

Foto da capa
Juliana Dal Piva

Projeto gráfico
Carlos Serrao

B199c Bambirra, Vânia
O capitalismo dependente latino-americano / Vânia
Bambirra. 2. ed. Florianópolis : Insular, 2013.

224 p. – (Coleção Pátria Grande: 2)

ISBN 978-85-7474-645-6

1. Ciências Sociais. 2. Política 3. Economia 3. Esquerda
do Brasil I. Título.

CDD 300

Editora Insular Ltda.
Rodovia João Paulo, 226 — Bairro João Paulo
CEP 88030-300 — Florianópolis — Santa Catarina — Brasil
Fone/fax: 0**48 3232 9591 e 3334-2729
editora@insular.com.br www.insular.com.br [http:// twitter.com/EditoraInsular](http://twitter.com/EditoraInsular)

*"A história do
subdesenvolvimento latino-
americano é a história do
desenvolvimento do sistema
capitalista mundial".*

Ruy Mauro Marini

Sumário

Apresentação – <i>Fernando Correa Prado</i>	11
Nota de tradução	23
Prefácio à Edição Brasileira	25
Nota prévia	28

Primeira Parte

Para uma tipologia da dependência (industrialização e estrutura socioeconômica)	31
I – Questões de método	33
II – Considerações críticas a uma tentativa de tipologia histórico-estrutural	43
1. A tipologia histórico-estrutural de Cardoso e Faletto	45
2. Crítica à tipologia de Cardoso e Faletto	48
III – Proposta de tipologia das sociedades dependentes	55
IV – As condições e características do desenvolvimento dos países cuja industrialização foi produto da expansão e transformação do setor primário-exportador	63
V – Da razão pela qual em alguns países a industrialização começou apenas como produto da integração monopólica mundial (tipo B)	103

Segunda Parte

As estruturas dependentes na fase da integração monopólica mundial	119
VI – A integração monopólica mundial e suas consequências na América Latina	121
1. A Segunda Guerra Mundial e o surgimento do centro hegemônico	121
2. O novo caráter que a dependência assume na América Latina	124
3. A necessidade da análise tipológica da nova dependência	128
VII – As condições que possibilitam a industrialização sob o domínio do capitalismo monopolista integrado nos países do tipo A	133
1. A desnacionalização provocada pela penetração do capital estrangeiro nos setores-chave da economia	133

2. As condições que permitem a penetração do capital estrangeiro na indústria	137
3. As condições políticas da dominação do capital estrangeiro.....	143
VIII – As condições que possibilitam a industrialização sob o domínio do capitalismo monopolista integrado nos países do tipo B	155
1. O nacionalismo pequeno-burguês frente à penetração do capital estrangeiro	155
2. A APRA e o MNR: expressões de dois modelos de nacionalismo pequeno-burguês	158
3. Os fatores que permitem a penetração do capital estrangeiro nos países do tipo B.....	166
4. O caráter que a industrialização assume nos países do tipo B.....	172

Terceira Parte

Contradições do capitalismo dependente	175
IX – Contradições principais do capitalismo dependente nos países do tipo A	175
1. Contradição entre a manutenção da estrutura agrária e a necessidade de mercados	177
2. Contradição entre a necessidade burguesa de um Estado protetor dos interesses burgueses e as funções do Estado “amalgamado”	195
3. Contradição entre a necessidade burguesa de uma política econômica nacionalista e a dependência estrutural	200
X – Contradições principais do capitalismo dependente nos países do tipo B	205
1. Contradição entre a necessidade de divisas para a industrialização e o controle externo do setor exportador	205
2. Contradições entre a manutenção da estrutura agrária tradicional e a crise do desenvolvimento capitalista	210
XI – Os resultados e tendências do capitalismo dependente na América Latina	215
1. Os resultados do desenvolvimento dependente	215
2. Tendências e alternativas do capitalismo dependente	218

O *capitalismo dependente latino-americano*, de Vânia Bambirra, forma o segundo volume da *Coleção Pátria Grande - Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano*, organizada e editada pelo Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA-UFSC) e pela Editora Insular.

Passados 40 anos da publicação original, este livro, que já está em sua 15ª edição em castelhano, tem agora sua primeira tradução ao português, idioma materno da autora brasileira. Escrito originalmente em 1970 durante o primeiro exílio de Vânia Bambirra, no Chile, o livro foi publicado inicialmente neste país, em 1972, pela editora Prensa Latinoamericana. Após o funesto golpe contra o governo da Unidad Popular em 1973, tal edição se perdeu, e em 1974 o livro foi então republicado no México – para onde a autora teve que se exilar pela segunda vez. A nova publicação partiu da importante editora Siglo XXI, que desde então seguiu editando o livro regularmente, com algumas tiragens chegando a cinco mil exemplares. Também em 1974 foi traduzido ao italiano e publicado sob o título *Il Capitalismo asservito dell'America Latina: per una teoria generale dell'imperialismo* (Milão, Feltrinelli, 1974). Tendo publicado outros seis livros em castelhano, com edições no Chile, no México, na Venezuela e na Argentina – e com traduções em Portugal, na Itália e no Japão –, além de ter escrito para diversas revistas internacionais e partici-

pado de importantes obras coletivas, Vânia Bambirra é conhecida na academia e nos movimentos políticos do mundo de fala hispânica. Em muitos países latino-americanos, mesmo após quatro décadas, *O capitalismo dependente latino-americano* continua sendo objeto de reflexões, contribuindo para a compreensão crítica da nossa realidade.

Os dados bibliográficos anteriores, embora significativos, obviamente não são suficientes para ilustrar a importância da trajetória intelectual de Vânia Bambirra. Mas servem para indicar, por contraste, que o reconhecimento desta importância ainda não é o mesmo em seu próprio país. No Brasil, boa parte de sua obra ainda não foi publicada, o que, entre outros fatores, faz com que seu nome não seja facilmente reconhecido no âmbito acadêmico e – o que é muito mais problemático – tampouco circule comumente dentro da cultura socialista brasileira.

Frente a tal quadro, nesta apresentação, antes de comentar alguns pontos sugestivos do livro, convém ressaltar pelo menos cinco características da obra de Vânia Bambirra, com a intenção de, a um só tempo, convidar à leitura de *O capitalismo dependente latino-americano* e situar este livro em sua trajetória intelectual e política.

Uma primeira característica marcante de sua obra é o tino temático de Vânia Bambirra, na medida em que consegue captar, em pleno processo histórico, os temas candentes de sua época. Isso pode ser percebido, por exemplo, já desde sua dissertação de mestrado, defendida em 1963 na UnB, na qual se dedicou a estudar a questão agrária no Brasil num momento em que tal questão era central em todo o processo de transformações que o país vivia, processo este abortado ou transformado com o golpe civil-militar de 1964.

Com o golpe de 1964, Vânia Bambirra foi expulsa da UnB, onde, além de cursar o mestrado, era também professora. Passou dois anos vivendo na clandestinidade em São Paulo, até que,

em 1966, fugiu para o Chile. Durante este primeiro exílio, já em 1967, encarou outro tema fundamental para a transformação da América Latina: a tática revolucionária. Foi quando escreveu o texto sobre “Os erros da teoria do foco”, no qual criticava as teses de Régis Debray sobre o foco revolucionário, teses estas então muito difundidas entre a esquerda revolucionária no continente. Neste texto, assinado com o pseudônimo de Ciza Silva e publicado na versão em castelhano da importante revista *Monthly Review*, ela mostrava que tal concepção subestimava o papel da organização partidária, da participação consciente dos trabalhadores, dos movimentos populares, da luta urbana e da eficácia dos aparelhos repressivos, ao mesmo tempo em que sobrevalorizava o valor individual e a guerrilha rural, tratando de exportar um suposto modelo da Revolução Cubana. O artigo alertava para o fato de que a receita de Debray seria arriscada, fácil demais para os perigos que envolvem uma revolução. Ainda sobre esse tema da tática revolucionária, Vânia Bambirra voltaria a escrever, já ao final dos anos 1970 e em conjunto com Theotônio dos Santos, o livro *La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin*, obra em dois tomos publicada em 1981 pela Editora Era, no México.

A partir dessa crítica à teoria do foco, e vivendo no Chile pós-1970 – com a ascensão da Unidad Popular ao poder –, Vânia Bambirra captou a importância de analisar a transição ao socialismo, e para isso foi estudar a fundo a única experiência concreta de transição socialista que estava em curso na América Latina: a Revolução Cubana. A partir de uma ampla análise de materiais sobre a Revolução Cubana, ela escreveu e publicou seu livro *La revolución cubana: una reinterpretación* – livro que chegou a ser impresso em 1973 no próprio Chile pela Prensa Latinoamericana, mas não foi distribuído, pois o estoque desta editora seria queimado pela ditadura militar chilena; posteriormente, em 1974, o mesmo livro pôde ser novamente publicado no México

pela Editorial Nuestro Tiempo, tendo mais outras duas edições, em 1976 e 1978.

Outro tema que era central – e que segue sendo central – para a luta revolucionária na América Latina diz respeito à caracterização do capitalismo latino-americano, o que passava pela análise de suas contradições de classe e pela percepção das formas como se reproduzem concretamente as relações de dependência frente aos centros imperialistas. Dentro da conjuntura chilena, a controvérsia da dependência alcançava novo patamar no início da década de 1970, e a interpretação dos traços peculiares da formação socioeconômica latino-americana se colocava em disputa, já que as diferentes análises teóricas implicavam formulações políticas também variadas. Vânia Bambirra captou esse momento histórico e escreveu sua interpretação sobre *O capitalismo dependente latino-americano*. Também nesse período chileno, ela foi capaz de perceber a importância de oferecer um quadro das lutas revolucionárias nos países latino-americanos, e conseguiu articular e reunir diversas análises da conjuntura desses países, o que se plasmou na organização do livro intitulado *Diez años de insurrección en América Latina* (Prensa Latinoamericana, Santiago do Chile, 1971; Mazotta, Milão, 1973).

Mais adiante, já no início dos anos 1980, agora em novo exílio no México devido ao brutal golpe no Chile contra Salvador Allende, a Unidad Popular e a via chilena ao socialismo, num momento em que ganhava terreno a concepção revisionista do “eurocomunismo”, Vânia Bambirra estudou profundamente a obra de Marx, Engels e Lênin – entre outros –, para contribuir na compreensão da teoria marxista-leninista da transição para o socialismo. Esse estudo se plasmou no livro *A teoria marxista da transição e a prática socialista*, que uma década depois, em 1992, seria publicado no Brasil pela Editora da UnB.

Enfim, esse repasso geral por suas obras evidencia um traço fundamental da trajetória intelectual de Vânia Bambirra: a capa-

cidade de captar seu próprio momento histórico e enfrentar os temas fundamentais que a realidade concreta apresenta, buscando a compreensão e transformação desta mesma realidade.

E aqui entra sua segunda característica: a coragem e o fôlego para encarar esses temas em profundidade. Todos os temas que trabalhou foram estudados e analisados em sua amplitude e complexidade. E esta característica, em si mesma relevante, merece ainda maior destaque atualmente, na medida em que se tornou uma prática acadêmica – porém anti-intelectual – a recomendação de que os novos pesquisadores delimitem mais e mais seus temas, seus objetos de investigação, suas hipóteses, suas metodologias, etc. Se bem esse tipo de recomendação pode, às vezes, ter seu lado positivo – nos casos de elevar o conhecimento preciso sobre questões específicas –, no fundo acaba por minar a tão necessária ambição intelectual, e contra isso a trajetória da autora deixa um bom exemplo a ser seguido.

Um terceiro elemento a ser reivindicado nessa trajetória é sua atuação política e sua posição de defesa do socialismo. Com 21 anos, Vânia Bambirra participou da fundação, em 1961, da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP), onde militou até 1966, quando partiu para o Chile. Neste primeiro exílio, manteve sua atuação intelectual estreitamente ligada à luta revolucionária na América Latina, e no segundo exílio, no México, participou, junto com outros exiliados, da articulação e construção de uma nova organização política, com vistas na possibilidade de regresso ao Brasil. Em 1979, com a anistia, finalmente retornou ao Brasil e seguiu sua atividade política, vinculando-se então ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado por Leonel Brizola, até romper com este partido no ano 2000. Numa palavra, e para além do debate sobre suas opções, nunca se furtou da política.

A quarta característica a ser destacada aqui é seu gosto pela polêmica – em seu sentido mais profundo de crítica dialética.

Vânia Bambirra nunca se furtou ao debate; pelo contrário, sua obra contém diversas polêmicas, em que o argumento contrário é desconstruído desde dentro, para então se posicionar e oferecer uma explicação alternativa. Isso é marcante em seu livro *Teoría de la dependencia: una anticrítica* (Ed. Era, México, 1978), ensaio que, tal como o título indica, procura desarmar os argumentos de importantes intelectuais que em seu momento haviam tecido críticas à teoria da dependência, no caso Enrique Semo, Octávio Rodríguez e Agustín Cueva – e este último de fato posteriormente reveria suas próprias críticas. A polêmica se encontra igualmente na já citada crítica a Debray, ou então nas críticas que ela tece a Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, bem como a Francisco Weffort, em *O capitalismo dependente latino-americano*. Por certo, sobre estas últimas críticas cabe um breve comentário.

De acordo com Vânia Bambirra, a análise de Cardoso e Faletto em *Desenvolvimento e dependência na América Latina* não capta os condicionantes estruturais da dependência latino-americana e termina por colocar as chamadas “camadas intermediárias” como fiel da balança política do continente, não obstante a imprecisão desse conceito em termos de classe social. A crítica a Weffort, por sua vez, é também essencial politicamente, já que, em contraste com o que este autor argumentou em seu ensaio *Estado e massas no Brasil*, para Vânia Bambirra o fato de “que as massas respaldem governos que são expressões do poder oligárquico-burguês devido às concessões a elas outorgadas não justifica a caracterização desse Estado burguês-oligárquico, fundado na dominação dessas classes, como ‘Estado de massas’”; segundo a autora, “esta caracterização é equivocada e serve para confundir e encobrir o verdadeiro caráter da dominação no Brasil”. Sem entrar em maiores detalhes sobre tais críticas – que poderão ser avaliadas na leitura do livro –, chama a atenção a atualidade de suas advertências, dado que, no Brasil, é crescente o discurso so-

bre o papel político da “nova classe média” e que, na América Latina, o tema do “populismo” voltou a ganhar terreno.

Neste sentido, a característica do gosto pela polêmica merece ser ressaltada por um duplo motivo: porque a crítica e o debate praticamente sumiram dos âmbitos acadêmico e político, sendo muitas vezes rebaixados ou ficando em seu lugar uma espécie de “bom mocismo”, em geral tedioso e infértil; e porque a polêmica, quando bem direcionada, acaba tocando em pontos fundamentais da realidade, sendo, portanto, perene, ainda que também historicamente determinada.

Por fim, a quinta característica que deve ser aqui registrada tem relação com o fato de Vânia Bambirra ser mulher e se destacar como intelectual, em um mundo em que o machismo, aberto ou velado, era e ainda é muito forte. Talvez hoje em dia essa questão se faça menos presente – o que é duvidoso –, mas, se pensamos na época e nas sociedades em que Vânia Bambirra atuou – Brasil, Chile e México –, torna-se importante ressaltá-la. E, diga-se de passagem, trata-se de uma questão que ela encarou não apenas na prática, mas também na teoria, com textos como “La mujer como problema en la transición al socialismo” e “Liberación de la mujer y lucha de clases”, ambos publicados entre 1971 e 1972 na excelente revista chilena *Punto Final*.

Em suma, a agudeza na leitura do próprio período histórico, a ambição intelectual, a convicção socialista, a postura crítica e a capacidade de superar certas estruturas sociais estabelecidas: tais são as cinco características que considero importante destacar inicialmente nesta apresentação, como forma de marcar a importância da trajetória intelectual de Vânia Bambirra e situar *O capitalismo dependente latino-americano* dentro desta trajetória.

Quanto ao livro que agora vem à luz em português, compondo a *Coleção Pátria Grande - Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano*, é válido destacar inicialmente – e isso está informado também na “Nota prévia” da própria autora – que *O*

capitalismo dependente latino-americano foi um estudo realizado no âmbito do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile. Entre 1966 e 1973, o CESO reuniu intelectuais como Theotônio dos Santos – que dirigiu esta instituição a partir de 1968 até o golpe –, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Roberto Pizarro, Marta Harnecker, Tomás Amadeo Vasconi, Júlio López, Cristián Sepúlveda, Jaime Torres, Álvaro Briones, Marcelo García, Guillermo Labarca, Antonio Sánchez, Emir Sader, Jaime Osorio, Régis Debray, Germán Sánchez, José Bell Lara, Luís Hernández Palacios, além, claro, de Vânia Bambirra. Apenas neste ambiente intelectual e político – num país que buscava a “via chilena para o socialismo” e para onde confluíram diversos militantes da esquerda revolucionária do continente –, o debate sobre a dependência poderia ganhar sua enorme potência analítica e transformadora, e é nesse quadro que se insere *O capitalismo dependente latino-americano* – livro que, junto com a obra de Theotônio dos Santos e de Ruy Mauro Marini, contribuiu para formar a teoria marxista da dependência.

Seria obviamente excessivo tentar fazer nesta apresentação uma análise mais detida da ampla e intrincada controvérsia sobre a dependência, mas cabem alguns breves comentários sobre *O capitalismo dependente latino-americano*, mais no sentido de assinalar elementos para reflexão que de fazer uma análise aprofundada ou uma atualização da proposta teórica da autora – trabalho este que certamente será realizado, coletiva e individualmente, a partir desta publicação. A intenção aqui é sublinhar tão somente quatro pontos que se depreendem de *O capitalismo dependente latino-americano*, sem a pretensão de resumir o livro e nem mesmo de extrair seus principais elementos.

Um primeiro ponto está relacionado ao horizonte teórico e político para a compreensão da América Latina e de seu papel no sistema mundial capitalista. Em muitos textos de revisão do debate sobre a dependência na América Latina é possível encontrar

a crítica fácil – e equivocada – de que os teóricos da dependência seriam “exogenistas”, circulacionistas, buscando apenas no plano externo ou na relação com o imperialismo as determinações da formação econômico-social latino-americana. Essa crítica muitas vezes foi feita em oposição aos chamados “endogenistas”, cuja perspectiva se centraria nas relações de produção e nos determinantes internos. Na perspectiva de diversos autores ligados ao debate sobre a dependência – e claramente na obra dos teóricos marxistas da dependência –, essa contraposição simples era uma falácia. Na verdade, suas contribuições primaram precisamente pela análise articulada da luta de classes e das relações de produção que se formam na América Latina, sem ignorar que tais relações e lutas estão inseridas intrinsecamente no desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial. Trata-se, pois, de uma perspectiva que deriva das teorias do imperialismo – entendido como fase do capitalismo – e que busca analisar as características peculiares da formação socioeconômica latino-americana.

Outro ponto de interesse diz respeito à análise específica do que se denomina como “revolução burguesa” na América Latina. Este tema, que historicamente orientou a prática política de diversos movimentos e partidos e concentrou a atenção de importantes intelectuais latino-americanos – no caso do Brasil, o mais destacado foi Florestan Fernandes –, é analisado por Vânia Bambirra em *O capitalismo dependente latino-americano*, onde oferece uma interpretação ambiciosa sobre o conjunto dos países latino-americanos, considerando ao mesmo tempo a diferença entre tipos de países e a particularidade de cada país específico. Retomar o tema da caracterização da classe dominante na América Latina é sempre importante para a prática política, e o livro de Vânia Bambirra deixa boas pistas para esse trabalho.

O terceiro ponto tem a ver com o debate sobre a tendência à estagnação na América Latina, um debate que perpassou,

de diferentes formas, todo o espectro teórico e político na análise da conjuntura latino-americana de finais da década de 1960. De modo também fácil e igualmente equivocadamente, a pecha de “estagnacionistas” foi direcionada pela mão de alguns críticos – em especial Fernando Henrique Cardoso, em textos escritos já a meados dos anos 1970 – aos autores da corrente marxista da teoria da dependência, entre os quais se situavam André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Em síntese, a análise de Cardoso sobre estes autores sugere uma identidade entre o acirramento da luta de classes nos países dependentes e uma suposta tendência à estagnação econômica, que apareceria sob a forma da “inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia”. Na realidade, porém, a análise de Cardoso é falha em pelo menos dois sentidos. Em primeiro lugar, pelo fato de que Frank, Marini, Dos Santos e Bambirra não consideraram que o desenvolvimento capitalista na periferia seria inviável, mas, pelo contrário, tratavam precisamente de compreender esse desenvolvimento em suas contradições. Em segundo lugar, é verdade que, nas análises destes autores sobre o período histórico de finais dos anos 1960, figurava a hipótese de que as contradições do capitalismo dependente latino-americano tendiam a se agudizar, o que poderia tornar necessário, por parte das classes dominantes, soluções de força, como golpes de Estado, estendendo a experiência do Brasil a outros países da América Latina. Daí a disjuntiva colocada por Theotônio dos Santos em 1969: “socialismo ou fascismo, o dilema latino-americano” (tragicamente, a tendência apontada em suas análises seria confirmada pelos golpes militares no Chile e no Uruguai em 1973, e na Argentina em 1976). Entretanto, tal tendência ao acirramento da luta de classes não derivaria da chamada “inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia”, mas justamente das contradições desse desenvolvimento e das condicionantes impostas à reprodução social do mesmo.

Feita essa precisão, cabe retomar o mesmo ponto sobre outro ângulo, num patamar de debate mais ampliado. Isso porque, ao ler aqueles autores a partir da realidade atual – e é bom lembrar que suas análises não coincidiam completamente –, é possível encontrar elementos que condicionam a análise no sentido de apontar para a questão da formação dos mercados internos nacionais dos países latino-americanos, o que, por sua vez, estaria ligado à questão da tendência à estagnação, tal qual formulada à época por outros autores. E tais elementos se evidenciam na leitura de *O capitalismo dependente latino-americano*. No entanto, ainda que seja possível identificar a limitação do mercado interno como um importante elemento de análise, tal limitação não implicaria necessariamente, como já foi dito, a impossibilidade de crescimento econômico, devendo ser analisada a partir de um horizonte que abarca as possibilidades conjunturais e estruturais do sistema capitalista mundial, as forças imperialistas e as tendências ao subimperialismo, bem como as diferenças específicas entre os diversos países latino-americanos. Na medida em que, no Brasil atual, volta à tona o debate sobre a expansão do mercado interno e as tendências subimperialistas brasileiras, este livro poderá ampliar o escopo de discussão, juntando-se criticamente, por exemplo, aos escritos de Ruy Mauro Marini sobre esses temas (alguns destes escritos se encontram no livro *Subdesenvolvimento e revolução*, publicado como primeiro volume da *Coleção Pátria Grande - Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano*).

Por fim, nesta clave de leitura de *O capitalismo dependente latino-americano* a partir do contexto atual, um quarto ponto notável reside em que se trata de uma obra essencialmente questionadora, e isso num duplo sentido: em seu conteúdo crítico, ou seja, de embate e superação frente a outras interpretações, e em sua qualidade instigante, que gera novas perguntas. Em que medida a interpretação de Vânia Bambirra contrasta, supera ou incorpora outras análises sobre o desenvolvimento do capitalismo na Amé-

rica Latina? Quais elementos metodológicos desta interpretação devem ser resgatados? As tendências subimperialistas teriam se concretizado no caso do Brasil? E nos casos da Argentina e do México? Se tal tendência se afirmou em algum desses países – especialmente no Brasil –, quais são suas consequências para a luta de classes dentro desse país e no continente? Quais são as características atuais das classes dominantes na América Latina, tanto em sua unidade quanto em sua diferenciação dentro de grupos específicos de países? Quais projetos tais classes têm oferecido ao conjunto da população em cada país, considerando suas posições na divisão internacional do trabalho e dentro da atual conjuntura mundial, marcada pela agudização das tendências imperialistas? E quais têm sido as respostas das classes trabalhadoras frente a esses projetos, numa análise que incorpore as características estruturais e as transformações permanentes do capitalismo dependente latino-americano?

Essas são apenas algumas questões que *O capitalismo dependente latino-americano* suscita. Muitas outras podem ser levantadas. Mesmo após 40 anos, a obra de Vânia Bambirra segue aberta, e agora de modo muito mais acessível ao público brasileiro.

Rio de Janeiro, outubro de 2012.

Nota de tradução

Esta tradução foi baseada na 15ª edição de *El capitalismo dependiente latinoamericano*, publicada no México em 1999 pela Editora Siglo XXI, com circulação também na Espanha e na Argentina.

Todas as citações ou referências a obras que tenham sido publicadas em português não foram retraduzidas, mas sim transcritas a partir do texto original ou da tradução disponível, estando indicadas as respectivas referências bibliográficas; o formato das referências foi mantido conforme o original.

No original em castelhano a numeração das notas de rodapé recomeça a cada capítulo. Como se trata de um livro unitário, para esta edição resolvemos numerar as notas sequencialmente, sem quebra por capítulo. As notas de tradução são marcadas com asterisco, salvo quando acrescentam referências às notas da autora.

Vânia Bambirra faz menção a diversos movimentos políticos e eventos históricos da América Latina. Nestes casos, optamos por não introduzir notas explicativas, que seriam excessivas.

Agradecemos, em primeiro lugar, e principalmente, à própria autora, que nos indicou pontuais falhas de impressão da edição utilizada como base e se colocou à disposição para ajudar na realização desta tradução. Agradecemos também a Rodrigo Castelo e a Nildo Ouriques, pelas consultas e sugestões.

Prefácio à Edição Brasileira

É com muita alegria que escrevo este prefácio. Depois de mais de quarenta anos a Teoria da Dependência finalmente chega ao Brasil. Por décadas, o seu conhecimento pelos estudantes, intelectuais e políticos, foi adiado. Esses setores, em praticamente todas as Américas, Europa e Ásia puderam refletir sobre suas contribuições, menos aqui.

A publicação deste livro situa-se no contexto de sua “descoberta” pelos leitores brasileiros, que aspiram a um conhecimento mais sistemático de suas formulações, e que não se limitam ao enfoque não marxista da mesma, como o que foi amplamente divulgado até agora no Brasil.

A primeira parte consiste na apresentação e fundamentação da tipologia da dependência, onde tratamos de diferenciar dois grandes grupos de países no continente. Demonstrando como cada um deles adquiriu características próprias e peculiares em função da maneira como foram conformadas suas classes sociais, suas respectivas relações de produção e o impacto sofrido pela integração monopólica mundial no continente.

Nosso enfoque é, como ocorre em toda abordagem marxista, essencialmente crítico.

A segunda parte é dedicada à análise do impacto da integração monopólica nos dois tipos de países latino-americanos.

A terceira busca desvendar as principais contradições que o desenvolvimento do capitalismo dependente promove, assim como seus resultados e as perspectivas que tendem a se esboçar para o futuro da região.

Este trabalho demandou um enorme desbravamento da literatura latino-americana disponível na época, para permitir que cada país pudesse ser situado em seu respectivo tipo. A bibliografia citada só espelha uma parte pequena do que foi consultado e que consideramos de maior relevância.

Como dizemos na Nota Prévia da edição chilena – que não chegou a circular devido ao golpe militar de 1973 – o trabalho foi “gratamente interrompido pela vitória da Unidad Popular”, que absorveu o esforço da maioria dos membros da equipe de estudos sobre a dependência para enfrentar, na prática, as tarefas colocadas pela busca de sua ruptura. Infelizmente não foi assim que ocorreu, e a luta pela superação da dependência ainda prossegue.

Imediatamente após a conclusão de nossa pesquisa sobre o tema, durante o efêmero governo da Unidad Popular e pela motivação que ela gerou, reorientamos nossos estudos para a transição socialista, o que se estendeu até nossa volta ao Brasil em 1980.

Muitos pensaram que o desmantelamento do governo de Salvador Allende levaria ao ocaso a teoria que havia influenciado o seu programa, porém, não foi assim que ocorreu. A mesma continuou a florescer como marco teórico para a compreensão da realidade das sociedades latino-americanas, não apenas nas obras de seus elaboradores, seus discípulos, ou em teses e obras acadêmicas, mas também na influência que exerceu sobre a liderança de movimentos revolucionários, e continua exercendo sobre os governos progressistas e socialistas que foram eleitos e que estão governando em vários países do continente.

Por que a ruptura da dependência não está posta ainda na ordem do dia nesses países? É um tema que deve ser objeto de profunda reflexão e análise. Em todo caso há de se ter em conta que o caminho pacífico para o socialismo – como tanto destacou Lênin – é uma possibilidade raríssima e preciosa. Contudo (e a visão do pensamento revolucionário, apesar de tantos golpes, é de um otimismo teimoso), cremos que o fato do fenômeno dos

governos progressistas ocorrer em tantos países e no contexto de uma crise (ou de várias crises) que podemos considerar como crise(s) terminal(is) do sistema pode vir a colocar a possibilidade de uma transição mais ou menos pacífica, vale dizer, sem guerra civil ou insurreição geral. Vamos, mais do que aguardar os acontecimentos, tentar interferir neles fazendo política, tentando acelerar o grande motor da história.

Fico muito feliz, como disse no início, que este livro seja editado, pois, sem dúvida, contribuirá para implementação dessa tarefa. Obrigada companheiros, obrigada Nildo Ouriques.

Vânia Bambilra

Rio de Janeiro, verão de 2012.

Nota prévia

Este trabalho foi o resultado dos nossos estudos realizados no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) como integrante do grupo de pesquisa sobre as relações de dependência na América Latina, que se constituiu em 1968 sob a direção de Theotônio dos Santos.

O objetivo do trabalho era somar-se ao esforço de uma parte dos cientistas sociais do continente, que naquela época buscavam superar o pensamento desenvolvimentista, realizando a tarefa de estabelecer as bases para o desenvolvimento da teoria marxista da dependência.

O cumprimento dessa tarefa naquele momento correspondia a duas ordens de necessidades: primeiro, compreender o caráter e as contradições do capitalismo dependente na fase de integração monopólica mundial, o que possibilitava explicar a profunda crise que este sistema atravessava; segundo, oferecer elementos para a reorientação da concepção estratégico-tática que guiava os movimentos revolucionários, o que se fazia imprescindível frente aos duros reveses sofridos por esses movimentos, que se deviam em parte aos seus equivocados pressupostos programáticos.

Hoje é possível dizer que tais propósitos foram em grande medida cumpridos.

Existem várias e importantes obras de diferentes autores (muitos dos quais serão citados neste trabalho), que em conjunto deixam importantes contribuições para a interpretação marxista do capitalismo latino-americano e do caráter da revolução.

No entanto, apesar da inquestionável contribuição dos estudos sobre a dependência, ainda não foi possível desenvolver de forma sistemática o que se poderia chamar de teoria marxista da dependência.

Esta é uma tarefa bastante árdua e complexa, que não pode ser cumprida no curto prazo. Implica a utilização criadora da metodologia marxista, o que supõe uma maior tradição e maturidade desta ciência no continente.

O presente trabalho foi concluído e apareceu em sua primeira versão mimeografada em 1970.

Nele analisamos o capitalismo latino-americano tomando como núcleo central da análise a acumulação e reprodução dependentes.

Por certo, este trabalho não representa uma pesquisa exaustiva sobre o tema. Nossa pretensão se limita a oferecer alguns elementos que sirvam de base para estudos posteriores e mais profundos, o que supõe um trabalho de longo prazo e em equipe. O trabalho que tentávamos realizar no CESO foi gratamente interrompido pela vitória da Unidad Popular, que requisitou a colaboração de parte dos membros da equipe de estudos sobre a dependência para enfrentar na prática as tarefas de ruptura da dependência. Em todo caso, esperamos que sua divulgação ajude a estimular a polémica sobre esta importante temática, cujo conhecimento é indispensável para orientar a luta contra o sistema de dominação.

Nossos agradecimentos ao Centro de Estudos Socioeconômicos e à Comissão Nacional de Pesquisa Científica da Universidade do Chile, que nos brindaram os recursos que possibilitaram esta pesquisa; a Ruy Mauro Marini e aos companheiros do CESO que debateram sobre este trabalho, contribuindo com valiosas críticas e sugestões; a José Martínez e Cristián Sepúlveda, que colaboraram na sistematização das estatísticas latino-americanas, que, embora não tenham sido utilizadas na redação final do trabalho, serviram de base para nossa análise.

Finalmente, é preciso dizer que foi pela orientação de Theotônio dos Santos que este trabalho pôde ser realizado. A ele, que exerceu sobre nós uma influência definitiva, está dedicado este livro.

Vânia Bambirra

Santiago do Chile, verão de 1971.

**Primeira
Parte**

Para uma tipologia da dependência
(industrialização e estrutura socioeconômica)

Questões de método

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais.

Desta forma, a partir do pós-guerra de 1945, devido ao grande desenvolvimento das forças produtivas que a guerra permitiu concentrar na economia estadunidense – o que faz culminar o processo de monopolização, centralização e concentração da produção por parte das empresas multinacionais –, verifica-se nos países latino-americanos uma série de transformações substanciais. Tais transformações reorientam o sentido da industrialização nos países nos quais esta já havia começado, e iniciam e orientam a industrialização em vários países que até então não tinham desencadeado este processo.

Em ambos os casos, essas transformações estão relacionadas à aplicação dos investimentos das grandes empresas estrangeiras, particularmente as estadunidenses, no setor manufatureiro.

A base material e o sentido ao qual se orienta a industrialização na América Latina são, desde então, fundamentalmente dados pelo capitalismo estrangeiro; e embora isso se realize a partir das condições existentes, isto é, tendo um mercado interno já

relativamente estruturado, o referido capital reorienta este mercado em função das novas pautas de consumo que o sistema lhe permite desenvolver.

Esta nova característica do desenvolvimento capitalista dependente, além de não resolver as contradições econômicas e sociais existentes, agrava tais contradições e gera outras novas, cujo resultado é uma situação de crise profunda e generalizada, que se manifesta em todos os níveis da vida das sociedades latino-americanas.

Quais são essas contradições, como são geradas, quais são seus resultados e possibilidades de superação?

Para a resposta dessas perguntas-chave está direcionado todo o esforço da nossa pesquisa. A tarefa é muito ampla e talvez exceda muito nossa capacidade de esgotá-la. Contudo, se tão somente conseguirmos definir seus marcos gerais, obtendo assim um ponto de partida para um aprofundamento futuro, estaríamos satisfeitos por hora.

A existência de uma situação de crise estrutural já é um consenso bastante generalizado na América Latina¹. Entretanto, ainda é preciso elucidar, através da análise científica multidimensional e integradora, qual é o verdadeiro caráter dessa crise e de seus componentes histórico-estruturais.

Neste sentido, a ciência social oficial – ou seja, a ciência burguesa – realizou vários esforços, mediante os quais muitas vezes foi capaz de destacar aspectos importantes dessa crise, mas nunca conseguiu alcançar uma verdadeira explicação global desse pro-

1 Os três primeiros capítulos deste trabalho foram escritos ao final de 1968 e início de 1969. Até então, era possível falar de um consenso generalizado, inclusive entre os ideólogos burgueses, sobre uma situação de crise aguda, conforme demonstravam, por exemplo, as publicações da CEPAL e do BID. No entanto, a recuperação conjuntural revelada na taxa de crescimento de alguns países reviveu a confiança dos ideólogos do capitalismo dependente – esperança esta que, na verdade, nunca foi totalmente perdida. No decorrer de nossa pesquisa buscaremos demonstrar quão aguda é a crise estrutural do sistema e quão improváveis são suas possibilidades de manutenção.

cesso, ao se encontrar limitada pelos compromissos com a ordem vigente e por metodologias que também estão comprometidas com essa ordem. Assim, tal ciência se torna instrumento de mistificação, na medida em que revela apenas o aspecto “consentido” da realidade.

Tomemos como exemplo a análise feita pela CEPAL sobre *La evolución social de América Latina*, que talvez esteja entre as melhores expressões da tomada de consciência sobre a crise latino-americana frente ao reconhecimento do fracasso das soluções preconizadas durante anos pela própria CEPAL, em seu desejo de superar os obstáculos ao desenvolvimento. Nessa análise se argumenta que:

[...] os números mais recentes do *Estudio Económico de América Latina*, assim como os informes do CIAP sobre cada país, apontam que existem razões que não permitem confiar na manutenção de taxas de crescimento nacionais mais favoráveis, entre elas *a instabilidade dos mercados das principais exportações latino-americanas; a tendência geral à queda registrada pelas taxas de investimento privado, compensada somente em parte por um aumento do investimento público; e a crescente proporção de divisas absorvidas pelo serviço da dívida externa.* [Itálico nosso.]²

E mais adiante afirma:

A uniformidade dos compromissos regionais em matéria de desenvolvimento e justiça social contrasta com a muito variada capacidade desses países para ampliá-los, tendo em vista o tamanho da população e a taxa de crescimento demográfico, o grau de urbanização, industrialização e modernização, os recursos naturais; e o grau e a forma de dependência dos centros mundiais de industrialização e financiamento. *Quase não se justifica considerar que estes países representam etapas de desenvolvimento diferentes [...] há*

² *La evolución social de América Latina*, División de Asuntos Sociales, CEPAL, outubro de 1968, mimeo., p. 3. [N.T.: CIAP – Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso.]

*escassas possibilidades de que sigam pelo mesmo caminho que os países que agora estão mais avançados economicamente, mas é evidente que o potencial de cada país para alcançar uma planificação eficaz, para influenciar a distribuição da renda e para proporcionar serviços sociais é muito diferente do que caberia esperar das declarações que tais países subscreveram. [Itálico nosso.]*³

A consciência da ciência oficial diante dos problemas e das dificuldades para sua superação chega a ser bastante aguda, mas sua qualidade de ciência institucionalizada limita sua imaginação científica e lhe impede de buscar alternativas para a solução dos problemas que vão para além do sistema vigente, de modo que a própria *constatação* desses problemas acaba restringida e paralisada, resultando em tergiversações da realidade. Neste sentido, o mesmo documento que estamos citando continua com colocações com o seguinte teor:

*Pode ser que os conflitos e as desigualdades não sejam tão graves e que o fato de que a realidade não tenha se moldado a um esquema metódico do progresso social não impeça necessariamente que o bem-estar da maioria dos habitantes da América Latina aumente paulatinamente. [Itálico nosso.]*⁴

Ou seja, há uma crise, há uma ruptura de expectativas, há poucas possibilidades de que os países latino-americanos sigam pelo mesmo caminho dos países adiantados, mas “pode ser” que a crise não seja tão grave e que os problemas possam ser “paulatinamente” superados. Mas como? De que maneira? A ciência oficial não pode dar resposta a essas perguntas, chegando ao ponto de acreditar que “as circunstâncias econômicas imediatas explicam por si só a lentidão ou irregularidade do crescimento”⁵.

3 *Ibid.*, p. 4 e 5.

4 *Ibid.*, p. 5.

5 *Ibid.*, p. 6.

Vale dizer que a crise é vista como uma crise conjuntural e não como uma crise do sistema em seu conjunto, sendo portanto “remediável”, o que leva a negar os prognósticos mais pessimistas, ao menos momentaneamente, alegando que tais prognósticos não poderiam ser demonstrados.

Parecem ser prematuras as refutações mais categóricas da possibilidade de que as atuais pautas de desenvolvimento possam no futuro levar a difundir mais amplamente o progresso e seus frutos, e tais refutações dificilmente poderiam ser demonstradas com os dados disponíveis.

Contudo, o documento inteiro está repleto de observações no sentido de que os governos não foram capazes de cumprir os programas de desenvolvimento propostos pelos especialistas da CEPAL, o que se nota, por exemplo, nos seguintes trechos: “Na prática, estes setores se limitaram a desenvolver atividades mínimas”, ou “quase geralmente os resultados foram desalentadores”. Mas jamais se discute a viabilidade objetiva de cumprir aqueles programas. Assim, o fracasso dos programas elaborados é atribuído mais à falta de competência dos governos em efetivá-los que à impossibilidade histórica de serem realizados.

Acreditamos que os equívocos de muitas das interpretações sobre o processo de desenvolvimento latino-americano não se devem às limitações dos “dados disponíveis”, mas decorrem fundamentalmente das deficiências das concepções metodológicas geralmente utilizadas, que produziram teorias cujo objetivo é, no fundo e mais que nada, *justificar* certo tipo de desenvolvimento, em vez de tentar *explicá-lo*.

Portanto, o problema que se apresenta para quem pretende tentar buscar uma nova interpretação do processo de desenvolvimento latino-americano é, inicialmente e sobretudo, de natureza metodológico-conceitual. É preciso tentar redefinir, como ponto de partida, todos os aspectos fundamentais dos enfoques tradicionais sobre a situação latino-americana que há muitos anos têm

sido produzidos; deve-se buscar definir novas categorias analítico-explicativas que sirvam de base, não propriamente para uma nova teoria do desenvolvimento, mas sim para uma teoria da dependência.

É neste sentido que partimos da conceitualização da categoria de *dependência*, mas não a utilizamos conforme o fez em certos momentos a ciência oficial, que buscou encontrar nesta categoria a explicação de um pretenso *fenômeno externo* e coercitivo da situação latino-americana. Tratamos de redefini-la e utilizá-la como a categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuramos definir o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes.

O esforço de conceitualização geral foi realizado no trabalho sobre “La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina”, de Theotônio dos Santos⁶, que serve de marco teórico do presente estudo. Nesse trabalho se argumenta que:

a) Em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma *situação condicionante*. A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida. [...]

Uma situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens. [...]

b) Deste ponto podemos chegar a nossa segunda conclusão geral introdutória: a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais.

6 Theotônio dos Santos, “La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina”, *Cuadernos de estudios socioeconómicos* (CESO), Universidad de Chile, nº 11, 1970.

Uma vez resolvidas estas questões teóricas gerais, nas quais o conceito de dependência se apresenta com um novo rigor analítico, ainda que em um nível muito alto de abstração, é necessário tratar de definir a *relação existente entre situação de dependência e estrutura dependente*.

Embora a *situação condicionante* básica na formação, configuração e desenvolvimento das sociedades latino-americanas tenha sido uma mesma *situação de dependência* frente aos centros hegemônicos, é preciso tentar, através de aproximações sucessivas à realidade concreta – isto é, empreendendo o trajeto desde um nível mais alto de abstração para níveis mais concretos –, realizar o estudo das manifestações históricas específicas e do processo de transformação das estruturas dependentes que se formam no continente.

Deste modo, num primeiro momento partimos das características gerais de um todo indiferenciado, definido como um conjunto de sociedades dependentes – o que foi realizado no trabalho a que nos referimos anteriormente –, para em seguida buscar a diferenciação de seus componentes internos essenciais através da agrupação em *tipos*. Por isso, é necessário elaborar uma tipologia das estruturas dependentes para, posteriormente, poder alcançar o estudo das características específicas de cada país. O objeto específico desta pesquisa (como parte de um projeto mais amplo sobre as relações de dependência na América Latina) consiste *num nível intermediário* entre a tentativa de conceitualização teórica geral da dependência (que começou a ser feito no trabalho a que nos referimos) e o *estudo específico das estruturas dependentes concretas*. Em outras palavras, consiste na elaboração de uma tipologia das estruturas dependentes latino-americanas a partir do *pós-guerra*. Esse corte analítico se justifica por ser essa uma época que contém características especiais, pois se inicia uma nova fase do processo de integração dessas sociedades ao sistema capitalista *monopolista* mundial. O sistema monopolista

com características de integração mundial já começa a se formar desde o fim do século XIX, mas é somente após a Segunda Guerra Mundial que a integração monopólica mundial se cumpre de forma plenamente definida e se torna dominante, seja através do processo mais acelerado de integração no nível das grandes empresas multinacionais, seja através da criação de organismos internacionais para a integração política, seja através dos tratados de integração militar, seja, por último, através da expansão do capitalismo monopolista de Estado.

A tipologia que tentaremos elaborar é “histórico-estrutural” porque somente se pode estudar as sociedades latino-americanas ao considerá-las:

a) Como parte integrante do sistema capitalista mundial, porque se formam dentro do contexto de sua expansão. Neste sentido, a economia mundial tem que ser tomada como determinante em última instância.

A situação de dependência do sistema capitalista mundial (que se manifesta historicamente através da dependência em relação a um centro hegemônico) é uma situação condicionante do desenvolvimento das sociedades latino-americanas.

b) Como resultado de um processo de redefinição estrutural, porque “a dependência condiciona certa estrutura interna” e esta “redefine a dependência em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais”⁷. Em outras palavras, *a dependência condiciona a estrutura econômica que engendra os parâmetros das possibilidades estruturais.*

Esta formulação da metodologia marxista nos parece a mais adequada, pois torna explícito o significado do que são, como *condicionantes*, o *fator econômico* e a *dependência*. Não existe um condicionamento absoluto – como uma interpretação mecanicista poderia deduzir –, mas sim um condicionamento dos

7 Theotônio dos Santos, *op. cit.*.

parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis. Por isso, se a intenção é realizar uma análise científica, esta tem que encontrar em tais fatores condicionantes não apenas um ponto de partida, mas também seu objeto fundamental de investigação.

Visando a esclarecer um pouco mais essa concepção metodológica, poderíamos dizer, por exemplo, que no século XIX os países latino-americanos não poderiam ter deixado de ser fundamentalmente exportadores. Mas dentro desses marcos gerais, alguns países obtiveram a independência antes que outros, instalaram regimes políticos diferentes – como a República ou o Império, como no caso do Brasil –, e alguns já começaram a criar indústrias no final do século XIX, enquanto outros não o fizeram. Tais eram as possibilidades estruturais que foram se concretizando, permitidas pelo marco geral da dependência.

Falta ainda esclarecer uma última questão sobre o motivo e o sentido da utilização da expressão *histórico-estrutural*.

Usamos esta expressão com o objetivo de adequar a metodologia criada por Marx ao enfrentamento do estudo da problemática das sociedades dependentes latino-americanas, isto é, para tratar de explicar as leis de movimento de estruturas específicas, historicamente condicionadas. É por isso que acreditamos que a expressão histórico-estrutural é adequada, pois o nível de análise que pretendemos desenvolver, embora não se limite a nenhum país em particular, situa-se num nível muito mais concreto que o nível de análise sumamente abstrato realizado por Marx em *O Capital*.

Possivelmente, muitos dos que utilizam essa categoria lhe conferem um conteúdo diferente. Isto não importa. Também o conceito de dependência teve várias conotações (como também o

teve o conceito de valor antes da precisão feita por Marx); porém, desde o momento em que se consegue precisá-lo com o rigor e a clareza necessários, passa a ser incorporado como uma categoria analítico-explicativa fundamental do marxismo para a compreensão de países como os latino-americanos.

Uma vez explicitada a concepção metodológica que orienta este trabalho, passaremos a criticar uma das mais expressivas tentativas de tipologia dos países latino-americanos, para em seguida apresentar o que se considera uma tentativa mais adequada de tipologia das estruturas dependentes atuais.

Considerações críticas a uma tentativa de tipologia histórico-estrutural

Existem várias tentativas de elaboração de tipologias dos países latino-americanos, mas a maioria delas apresenta limitações substanciais derivadas de seus pressupostos e da metodologia empirista utilizada.

Isso ocorre no enfoque das “sociedades modernas e sociedades tradicionais” de Gino Germani⁸, que é o melhor dentre os empiristas. Também se observa no enfoque da “estrutura social evoluída homogênea”, das “estruturas arcaicas” da “estrutura social dualista” de Jacques Lambert⁹, que teve uma grande influência entre muitos sociólogos latino-americanos. E, finalmente, está presente em tentativas mais infelizes, como por exemplo a de Roger Vekemans e L. Segundo¹⁰, que consistem em estabelecer uma agrupação dos países latino-americanos partindo de variáveis quantitativas escolhidas arbitrariamente. Em todas essas tentativas tipológicas está pressuposto um modelo de desenvolvimento que se inspira nos países capitalistas desenvolvidos (em relação

8 *Política y sociedad en una época de transición*, Ed. Paidós, Buenos Aires, 1962. [N.T.: Edição brasileira: *Política e sociedade numa época de transição*, Ed. Mestre Jou, São Paulo, 1963.]

9 *América Latina-Structures sociales et institutions politiques*, Presses Universitaires de France, 1963. Ou a síntese: “Tipología de América Latina”, *Universidad y desarrollo*, Ediciones CPU, fevereiro de 1968, Santiago do Chile. [N.T.: Edição brasileira do livro: *América Latina: estruturas sociais e instituições políticas*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972.]

10 “Tipología socioeconómica de los países latinoamericanos”, *Revista Interamericana de Ciencias Sociales*, tomo 2, 1963.

ao nível de industrialização, nível de vida, nível cultural, etc.), em função do qual as tipologias são armadas segundo a maior ou menor aproximação que os países latino-americanos apresentem frente ao modelo. Em suma, são orientados por uma concepção gradualista¹¹.

Esse autores não compreendem que o “atraso” dos países dependentes foi uma *consequência* do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a *condição* desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros.

A partir de tais tentativas de tipologia não há nenhuma possibilidade de explicar os fatores fundamentais que condicionaram a existência de estruturas com características tão diferentes. Nisso reside sua principal limitação. E mesmo que fosse possível tomá-las como uma contribuição descritiva (e, portanto, instrumental) da situação dos países latino-americanos, ainda assim sua validade é bastante questionável, já que muitos dos indicadores utilizados por aqueles autores têm um conteúdo indiscutivelmente ideológico. É o caso, por exemplo, dos indicadores da composição étnica (porcentagem de estrangeiros, indígenas e negros), utilizados por J. Lambert e também por Vekemans e Segundo, de acordo

11 Particularmente a concepção do dualismo estrutural já foi bastante criticada, sobretudo por André Gunder Frank, em “El nuevo confucionismo del precapitalismo dual en América Latina”, *Economía*, México, 1965. Este artigo foi reeditado no livro *Latinoamérica: Underdevelopment or Revolution*, Monthly Review Press, New York, 1970, cap. 14. Do mesmo autor, ver “Capitalismo y el mito del feudalismo en la agricultura brasileña”, em *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, Signos, Buenos Aires, 1970. [N.T.: O último artigo mencionado foi publicado no Brasil – numa primeira versão, intitulada “A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo” – na *Revista Brasiliense*, nº 51, jan./fev. de 1964; posteriormente foi incluído, em sua versão completa, no segundo volume da coleção organizada por João Pedro Stédile, *A questão agrária no Brasil. O debate na esquerda: 1960-1980*, Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2005.]

com os quais os países com maior porcentagem de estrangeiros (isto é, brancos, os europeus de cultura superior) são favorecidos em sua classificação.

Há, contudo, outras tentativas de tipologias, entre as quais uma das mais relevantes é a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto¹². Nesta tentativa, os autores se propõem a realizar uma análise integrada do desenvolvimento através de uma valiosa discussão metodológica, que parte de uma crítica aos enfoques empíricos e estruturalistas. Por isso, consideramos necessário discutir mais detidamente a tipologia de Cardoso e Faletto, tratando de determinar quais são seus pontos fracos, antes de apresentar a tipologia com a qual iremos trabalhar.

1. A tipologia histórico-estrutural de Cardoso e Faletto

Estes autores tentam redefinir a concepção de mudança social através do estudo das determinações recíprocas entre estruturas e processos. Mediante tais determinações se pretende oferecer maior rigor às noções de subdesenvolvimento, periferia e dependência, na busca de “uma interpretação feita em termos de ‘processo histórico’”.

Neste sentido, a explicação do porquê alguns países latino-americanos tiveram maiores condições para se desenvolver em comparação com outros estaria na forma em que as colônias se incorporaram aos centros metropolitanos. Esta incorporação, por sua vez, encontrava-se condicionada pela base econômica da produção implantada.

Ao romper com o “pacto colonial”, as “colônias de povoamento”, nas quais a ocupação foi extensiva mediante a atividade agropecuária – ou seja, aquelas colônias que serviam de base agrí-

12 *Dependencia y desarrollo en América Latina (ensayo de interpretación sociológica)*, Siglo XXI, México, 1969. [N.T.: Este livro teve diversas edições no Brasil; a referência da última edição – aqui utilizada para a transcrição das passagens citadas – é a seguinte: *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.]

cola para a metrópole –, foram as que gozaram de maiores possibilidades de integração nacional e de formação de um mercado interno. Isso porque tal atividade agropecuária requeria que os produtores se radicassem no território nacional e implicava, além disso, uma maior ocupação da força de trabalho, o que tornava mais fácil a organização de um aparelho político-administrativo para promover e executar uma política nacional. Desta forma, as decisões sobre os investimentos e sobre o desenvolvimento do processo produtivo no setor exportador “passavam” pela economia nacional.

As possibilidades de desenvolvimento nacional foram maiores naqueles países onde esse processo se deu. Nas palavras dos autores:

[...] serão distintas, comparadas com as “colônias de exploração”, as possibilidades de integração nacional e de formação de mercado interno naqueles países cuja economia colonial* se organizou mais como “colônias de população”, isto é, formadas sobre a exploração (controlada por produtores ali radicados) de produtos que requerem mão de obra abundando. Nesses casos, e no período posterior à independência, foi mais fácil a organização de um aparato político-administrativo interno para promover e executar uma “política nacional”. Ademais, a própria base física da economia – como, por exemplo, o tipo e as possibilidades de ocupação da terra ou o tipo de riqueza mineral disponível – influirá sobre a forma e as consequências da vinculação ao mercado mundial posterior ao período de formação nacional.

E este pensamento se apresenta mais diretamente:

* N.T.: Este trecho – assim como as demais citações de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* – foi transcrito da última edição em português deste livro (*op. cit.*, p. 49). O termo “economia colonial” aparece nesta última edição em português como “economia nacional”. Optamos por manter o termo verificado no original do livro de Cardoso e Faletto em espanhol, o mesmo citado por Vânia Bambirra.

A passagem de um para outro modo de dependência, considerada sempre em uma perspectiva histórica, deve ter-se fundado em um sistema de relações entre classes ou grupos *gerados na situação anterior*. Desse modo, por exemplo, quando se rompe a dependência colonial e passa-se para a dependência da Inglaterra, esta tem como apoio social o grupo de produtores nacionais, que pelo crescimento de sua base econômica – *crescimento já dado na situação colonial* – estava em condições de suscitar um novo arranjo entre as diferentes forças sociais, graças ao qual, estava destinado a ter, senão o domínio absoluto, pelo menos uma situação privilegiada. [Itálico nosso.]¹³

Nas colônias de exploração, isto é, naquelas em que se levou a cabo a organização de feitorias em função da exploração de recursos naturais (minerais ou florestais), esse processo não se realizou.

[...] a partir do momento em que o sistema produtor local já não pode crescer independentemente da incorporação de técnicas e capitais externos, ou de sua subordinação a sistemas internacionais de comercialização, o dinamismo dos produtores locais começa a perder significação no desenvolvimento da economia nacional.¹⁴

A incorporação do sistema exportador desses países ao mercado mundial ocorreu através do impulso de enclaves externos, o que provocou uma alta concentração da renda neste setor, sem gerar, portanto, as condições para a expansão de um mercado interno.

Esses seriam os dois tipos fundamentais de vinculação das economias nacionais ao mercado mundial no período de “expansão para fora”, e conformariam a base explicativa para compreender a situação de desenvolvimento e mudança social no momento de transição entre o “desenvolvimento orientado para fora” e o “desenvolvimento para dentro”. Por isso a análise busca determi-

13 Cardoso e Faletto, *op. cit.* [N. T.: Na edição brasileira: *op. cit.*, p. 49-50.]

14 Cardoso e Faletto, *op. cit.* [N. T.: Ed. bras.: *op. cit.*, p. 64-65.]

nar as características fundamentais do “momento da transição” nas sociedades com produção nacionalmente controlada (analisando os casos da Argentina, do Brasil, do Uruguai e da Colômbia) e nas economias de enclave (México, Bolívia, Venezuela, Chile e América Central, que seriam os casos de enclave mais destacados na análise dos autores).

Os autores buscam a explicação desse período através da compreensão do “mecanismo de formação do setor urbano-industrial e o grau de diferenciação social interna produzido pela expansão da economia exportadora”. As características típicas da transição são detectadas a partir dos modos pelos quais as classes médias tentaram participar nas alianças de poder com as oligarquias.

Todo esse processo, cheio de contradições e antagonismos, formariam a base explicativa dos fenômenos do populismo e do nacionalismo na fase de consolidação do mercado interno. Na última parte do livro, finalmente, analisam os limites estruturais gerados pelo desenvolvimento de um processo de industrialização “nacional” e discutem o novo caráter que a dependência assume.

2. Crítica à tipologia de Cardoso e Faletto

Mais que uma contribuição definitiva e exaustiva da problemática da dependência, a obra da qual nos ocupamos contém na verdade um conjunto de hipóteses e sugestões que servem como ponto de partida para uma reinterpretação do estudo da América Latina. Isso é explicável dada a extensão e complexidade da temática que os autores procuram analisar no domínio de um ensaio. Portanto, é necessário realizar várias críticas substanciais, embora nos limitemos a discutir somente aqueles aspectos que de alguma forma têm importância para esclarecer uma série de questões que serão enfrentadas em nossa tipologia das estruturas dependentes. Passaremos, assim, a destacar as seguintes críticas:

a) *Crítica à aplicação da metodologia.* A concepção teórico-metodológica geral proposta por Cardoso e Faletto para orientar sua análise é correta e se expressa na colocação de que é “o grau de diferenciação da estrutura produtiva que outorga o marco de possibilidades estruturais dentro do qual se expressa a ação dos diversos grupos”¹⁵.

No entanto, o âmbito econômico está presente neste estudo somente como um “marco” muito geral, a partir do qual se desenvolve uma análise essencialmente sociológica. Isto é: o âmbito econômico importa apenas para definir os parâmetros estruturais, enquanto o estudo se centra na “ação dos diversos grupos”, entendida sob o ponto de vista sociológico. Pois bem, o âmbito econômico, ao ser considerado apenas como um marco estrutural em sentido genérico, não permite revelar, em toda sua complexidade, a gama intrincada da ação dos diversos grupos e classes sociais *que atuam em função de interesses econômicos objetivos*, cuja imposição exige a luta pela hegemonia política. Somente a existência desses interesses pode revelar o sentido da ação política e sociológica dos atores, que se manifesta muitas vezes em movimentos sociais aparentemente difusos e incoerentes.

Na medida em que a análise econômica não é feita *pari passu* à análise sociológica, a legalidade do âmbito econômico tende a aparecer como estática e não como um processo econômico que se desenvolve sob leis e contradições que engendram uma dinâmica específica, em função da qual e sobre a qual os homens atuam, refletindo e transformando posições específicas de classes.

Com isso não queremos negar a possibilidade de realizar análises fundamentalmente sociológicas. São possíveis quando feitas sobre temas específicos e limitados, mas terminam por ser insuficientes quando tratam de temas tão globais e complexos como aqueles enfrentados por Cardoso e Faletto. Talvez esta crítica permita revelar uma das limitações fundamentais não apenas

15 Cardoso e Faletto, *op. cit.*, p. 93. [N. T.: Ed. bras.: *op. cit.*, p. 100.]

do trabalho de Cardoso e Faletto, mas, quase em geral, de todos os esforços de interpretação sobre a história da América Latina realizados em nosso século, nos quais não se redefinia o papel específico e hegemônico que os setores empresariais industriais nacionais tiveram em alguns países.

Enquanto o âmbito econômico for tomado como um mero marco de possibilidades estruturais, os interesses dos principais atores têm que aparecer mesclados com aqueles de atores secundários, tais como as chamadas “camadas intermediárias”¹⁶.

Desta forma, é como se estivéssemos vendo um conjunto de dança e percebendo seus movimentos, mas sem poder escutar o som que dá sentido e nexos a suas evoluções. Não há nesta obra, portanto, uma coerência entre a metodologia proposta e sua utilização ampla e rigorosa na análise realizada. Assim, pelas deficiências no âmbito da análise econômica, a análise política e sociológica acaba sendo muito limitada.

b) *Crítica à origem dos tipos. Sua incongruência com os fatos históricos.* No ensaio de Cardoso e Faletto falta uma discussão mais ampla sobre o processo de mudanças estruturais ocorridas nas sociedades dependentes latino-americanas a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX em função das profundas transformações vividas nos países capitalistas desenvolvidos. Na medida em que os autores não fazem tal discussão, a origem e a configuração dos dois tipos básicos – isto é, os países que conseguiram o *controle nacional do processo produtivo* e os países de *economia de enclave* – se explicam apenas pelo que estava “já dado na situação colonial”, ou seja, pela maneira como as colônias se relacionaram com as metrópoles – Espanha e Portugal. Disso os autores derivam os limites e possibilidades do desenvolvimento posterior à ruptura do “pacto colonial”.

16 Não aprofundaremos agora esta crítica, pois a questão será tratada dois capítulos adiante.

Conforme apontado na síntese e nas citações anteriores, as colônias de povoamento, que eram colônias agropecuárias que funcionavam como base agrícola da metrópole, foram aquelas que tiveram condições para uma reorganização interna a partir da Independência e puderam alcançar um controle nacional do processo produtivo.

Essa interpretação é insuficiente, pois não revela como, após a ruptura do “pacto colonial”, colônias que funcionavam como base agrícola da metrópole – Guatemala e Chile, por exemplo – transformaram-se em economias de enclave. Tampouco explica como, no caso do Chile, por exemplo, apesar deste país se constituir como uma economia de enclave, ocorre um desenvolvimento industrial controlado por empresários nacionais que, embora limitado, tende a se expandir desde o início do século. Também não explica como países que, enquanto colônias, funcionavam como base fundamental de exploração de recursos naturais por parte da metrópole – como, por exemplo, o caso do México –, também conseguiram obter, já no final do século XIX, um certo controle nacional, suficiente ao menos para começar a industrialização.

O fato de que em vários países – como, por exemplo, nos países centro-americanos, particularmente a Guatemala – não tenham sido geradas as condições para um processo de industrialização ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX não pode ser explicado somente pela presença do enclave, devendo ser considerado também o tipo das relações de produção existentes na agricultura, como no caso da produção de café na Guatemala, que não gerou as condições para a constituição de um mercado interno. Essas relações de produção não são apenas uma herança colonial, mas também o resultado de uma série de transformações estruturais – como, por exemplo, aquelas verificadas com a reforma agrária liberal guatemalteca, realizada a partir de 1871 –, que buscavam adequar o funcionamento da econo-

mia agrícola exportadora às demandas do capitalismo mundial. Tal adequação variou historicamente de um país para outro. Isso pode ser notado, por exemplo, com a cafeicultura no Brasil, a partir do momento em que se baseia em grande medida no trabalho assalariado e chega a ser um forte estímulo para a expansão do mercado interno.

No Chile, o desenvolvimento industrial que se leva a cabo desde o começo do século, apesar do enclave do salitre e do cobre, também deve ser explicado pelo desenvolvimento de relações de produção capitalistas em outros setores, como na agricultura e em setores complementares à economia exportadora, que permitem a expansão do mercado interno. O mesmo ocorre no México, onde os obstáculos fundamentais para a expansão do mercado nacional foram resolvidos com o processo revolucionário, que criou as condições mínimas para a expansão da industrialização, ao liquidar parcialmente o monopólio da terra, gerar uma camada de camponeses médios e introduzir relações de produção capitalistas no campo. No Chile, no México e em outros países, conforme discutiremos posteriormente, as mudanças nas estruturas antes mencionadas ocorreram de forma bastante profunda, como expressão mais elaborada de uma situação de dependência do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo mundial.

Claro está que a evolução das relações de produção deve ser tomada como elemento explicativo, e é necessário tê-la presente ao tratar de esgotar a elucidação das origens da formação dos tipos fundamentais de estruturas econômico-sociais na América Latina. As novas relações de produção que começam a se desenvolver nesses países, já tipicamente capitalistas, ainda que tenham elementos da situação herdada do período colonial, são principalmente o resultado desse processo de mudanças nas estruturas dependentes. Ao não incorporar esses elementos essenciais em sua análise, revelam-se as limitações e a ausência de rigor da concepção dos autores sobre o que é a dependência.

c) *Crítica à classificação dos países.* Pelo que argumentamos anteriormente, também a forma com que Cardoso e Faletto situam alguns países nos dois tipos não é adequada. Especialmente no caso do México, que é considerado pelos autores como um tipo de economia de enclave. Isso não nos parece correto, pois, embora existam no México enclaves de grande magnitude, o setor agrícola controlado por produtores nacionais é de grande relevância, bem como é crescente a importância que começa a ter uma pequena indústria nacional desde o início do século XX, o que também ocorre no caso do Chile. Partindo do próprio esquema analítico dos autores, ambos os casos estariam melhor situados em tipos intermediários entre os casos típicos de economias de enclave e de controle nacional do processo produtivo.

No México, particularmente, os enclaves não tiveram os efeitos paralisadores sobre o resto da economia que tiveram no caso da América Central. Pelo contrário, a infraestrutura que os mesmos foram gerando, tais como as ferrovias, criou as condições de dinamização do mercado interno, processo este que, como apontamos acima, teve que ser completado pela revolução.

Todas essas condições ressaltam muitas das limitações de um enfoque fundamentalmente sociológico, já que, embora os autores busquem determinar situações históricas específicas, não conseguem fazê-lo plenamente, pois não colocam a ênfase necessária na história econômica e, assim, desistem de extrair todas as implicações analíticas do rico esquema interpretativo que propõem.

d) *Crítica ao caráter insuficiente da análise do período posterior a 1945.* Por último, falta assinalar as limitações da análise no que se refere ao período iniciado a partir de 1945, ou seja, no pós-guerra, momento em que a análise adquire um caráter excessivamente genérico, dificultando a tarefa de delimitar claramente em que medida a existência desses dois tipos se altera em função das

mudanças ocorridas na economia mundial, que determinam o novo caráter da dependência. Não se aponta, por exemplo, quais são as variações substanciais existentes entre ambos os tipos em função das novas condições existentes a partir de então e quais são as tendências e alternativas históricas vislumbradas.

Nossa pesquisa procurará enfrentar toda essa problemática, tratando de definir quais são as novas características da dependência desde a Segunda Guerra Mundial até nossos dias. Embora desde então tenha ocorrido o início de um processo de desenvolvimento com características diferentes e quase inéditas na América Latina – processo este que possibilita um corte analítico a partir daquela época –, muitas vezes a análise deve retornar aos períodos anteriores, buscando neles a explicação mais ou menos cabal dos fatos históricos atuais.

Proposta de tipologia das sociedades dependentes

A partir do pós-guerra, na América Latina a situação condicionante é o processo de integração do capitalismo periférico ao capitalismo hegemônico – especialmente aos Estados Unidos –, através do novo caráter que as relações econômicas internacionais assumem em função das mudanças substanciais no funcionamento do sistema capitalista mundial, como consequência da guerra na economia estadunidense. Este novo caráter se deve à expansão dos consórcios monopolistas multinacionais, como resultado de todo um complexo processo de concentração, monopolização e centralização ocorrido na indústria dos Estados Unidos.

Este processo de integração monopólica se estende para a América Latina, partindo de dois tipos de estruturas:

1. Estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão.
2. Estruturas primário-exportadoras, cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais. Em todo caso, o processo de industrialização será um produto da integração monopólica mundial.

É partindo desse fato histórico básico, constatável empiricamente, que se pode distinguir tipos diversos de estruturas no contexto de uma situação global de dependência. Assim, num

primeiro momento de nossa análise a constatação empírica precede a resposta de duas questões básicas:

1. Por que adotamos esse critério de tipologia?
2. Quais são os fatores histórico-estruturais que possibilitaram que a industrialização começasse várias décadas antes em alguns países em relação a outros?

Os países que já tinham começado a industrialização antes do pós-guerra são: Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. Desses países, a Argentina e o México, desde o fim do século XIX, já tinham um significativo setor industrial. No período entre 1900 e 1905, o setor industrial na Argentina já contribuía com 18% do produto interno, e no México com 14%¹⁷.

Na Argentina, “o censo de 1920 registra mais de 13.000 estabelecimentos industriais, com uma ocupação total superior a 310.000 pessoas”. No México, “no início do século, somente a indústria têxtil ocupava aproximadamente 30.000 pessoas e dispunha de quase 700.000 fusos e mais de 20.000 teares, equipamentos que correspondiam, em sua maioria, à tecnologia mais avançada da época; a produção siderúrgica, por sua vez, teve início no México em 1903”¹⁸.

No Chile, as primeiras tentativas de industrialização datam do último quarto do século XIX. A importação de bens de consumo caiu (em termos relativos) de 89,6% a 48,5% no período de 1870 a 1907. “Pode-se sustentar que este comportamento significa um aumento relativo dos produtos da indústria manufatureira doméstica”¹⁹.

17 Ver Celso Furtado, *La Economía latinoamericana desde la Conquista Ibérica hasta la Revolución Cubana*, Editorial Universitaria, p. 103-104. [N.T.: Ed. bras.: *Formação econômica da América Latina*, LIA Editores, Rio de Janeiro, 1969. Edição brasileira mais recente, que incorpora revisão de 1976: *A economia latino-americana*, Ed. Cia. das Letras, São Paulo, 2007.]

18 *El proceso de industrialización en América Latina*, Nações Unidas, 1965, p. 16.

19 Ricardo Lagos Escobar, *La industria en Chile: Antecedentes estructurales*, Instituto de Economía, Universidad de Chile, 1966, p. 24.

Outro exemplo da capacidade potencial da indústria do Chile é dado pela experiência da Guerra do Pacífico de 1879-1884. Frente a esta emergência, a indústria nacional chilena foi capaz de produzir quase tudo que era necessário para sustentar o conflito. De acordo com Encina*, “a indústria fabril aumentou dez, vinte e até cem vezes a elaboração de vestuário, calçados, artigos de selaria, pólvora, produtos químicos e farmacêuticos, barris, mochilas, barracas, bases para canhões, caldeiras para navios, etc”²⁰. De 1908 a 1928, o “Chile aumentou sua produção industrial em 84%”²¹.

No Uruguai, o começo da industrialização também se deu ao final do século XIX: “de 1875 em diante, a partir das leis protecionistas, desenvolve-se uma indústria – em boa medida artesanal – que tendeu a monopolizar o consumo interno em determinados setores”, tais como calçados, vestuário, vinho e outras bebidas, produtos alimentícios, cigarros e charutos, móveis, serrarias, caldeiras e olarias, curtumes e, posteriormente, álcool, açúcar, papel e tecidos de lã. “Uma pesquisa da Oficina Nacional do Trabalho, realizada em 1926, documenta a existência de 6.328 estabelecimentos industriais e 65.700 assalariados (81% em Montevideu), aproximadamente 10% da população ativa do país”²².

No Brasil, os primeiros germes industrializantes de maior significado também ocorrem nas últimas décadas do século XIX.

Wanderley Guilherme dos Santos, citando Serzedelo Correa, diz que o “surto industrial de fim de século, cuja magnitude relativa pode ser aferida pelo expressivo índice de 12% sobre o importado total do país, a que atingiu a importação do ferro e do aço em 1886”. O autor aponta também que em 1904 é criado o

* N.T.: A autora se refere a Francisco Antonio Encina, historiador chileno, citado por Ricardo Lagos Escobar.

20 Ricardo Lagos Escobar, *op. cit.*, p. 29.

21 Ricardo Lagos Escobar, *op. cit.*, p. 33.

22 *El proceso económico del Uruguay*, Instituto de Economía, Facultad de Ciencias Económicas y de Administración, Montevideo, 1969, p. 39 e 40.

Centro Industrial do Brasil, que chegaria a ter, no mesmo ano de sua fundação, 338 associados.

Mais ainda: “[...] de 30 espécies de artigos manufaturados de grande consumo, a indústria nacional supria 78% das necessidades internas, figurando a importação com somente 22% em 1907, segundo o Centro Industrial do Brasil [...]; em 1915, e ainda segundo o CIB, a participação da indústria nacional tinha subido a 85,63%”²³.

Em todos esses países, a industrialização receberá um novo impulso com a Primeira Guerra Mundial.

A situação da Colômbia é um pouco diferente, pois neste país a industrialização propriamente dita somente começará a partir da segunda metade da década de 1920. Contudo, depois de 1930 os níveis de crescimento industrial são bastante expressivos.

Nos anos anteriores à crise, a produção industrial cresceu a um ritmo anual de menos de 3%; nos anos 1930, o crescimento teve um ritmo anual de aproximadamente 11%.²⁴

Esses seis países correspondem ao tipo que chamamos de *países com início antigo de industrialização* (tipo A).

Todos os demais países latino-americanos, até o pós-guerra, não haviam começado a montagem de um parque industrial – o Peru talvez fosse o único país que se encontrava numa situação limite devido ao desenvolvimento de algumas indústrias na década de 1930, mas eram apenas prenúncios isolados de um processo que se expandirá somente a partir da segunda metade da década de 1940.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, em alguns países começa o desenvolvimento de um processo de industrializa-

23 Wanderley Guilherme dos Santos, *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*, ISEB, Rio de Janeiro, 1963, p. 16 e 25. [N.T.: Transcrito conforme a edição original.]

24 Mario Arubla, *Estudios sobre el subdesarrollo colombiano*, Editorial La Oveja Negra, Bogotá, 1969, p. 18.

ção, como nos casos do Peru e da Venezuela, porém em condições totalmente novas, pois tal processo se dá fundamentalmente sob o controle do capital estrangeiro.

Outros países com as mesmas características só começarão esse processo a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, como é o caso dos países centro-americanos.²⁵ Todo esse processo de desenvolvimento dá origem a uma nova diferenciação tipológica, na medida em que outros países não começaram até hoje a industrialização, como nos casos do Haiti e do Paraguai – ainda que a análise sobre esses países seja difícil, devido à falta de dados.

Poderíamos, então, tentar subdividir essa segunda categoria de países em três subtipos: países nos quais a industrialização teve início imediatamente no pós-guerra; países que começaram esse processo ao final dos anos 1950 e início da década de 1960; e, por último, países que não iniciaram a industrialização até o presente.

Mas uma subdivisão tão detalhada pela diferenciação de uma década não se justifica, pois as características fundamentais dos processos de industrialização – aqueles que começam na década de 1940 e aqueles que ocorrem na década de 1960 – basicamente não variam e também não revelam uma mudança qualitativa do caráter da industrialização, como é demonstrado na análise dos casos dos países de industrialização antiga em relação aos demais. Isso decorre de que, nesse segundo tipo, a característica fundamental de todos os países é que o processo de industrialização se realiza sob o controle direto do capital estrangeiro, seja no Peru ou na Venezuela do pós-guerra, seja na Guatemala ou em El Salvador dos anos 1960. O que nos interessa são os aspectos qualitativos do processo; a ordem cronológica importa apenas se for capaz de revelar mudanças substanciais na natureza desse processo.

²⁵ O caso de Cuba, onde a industrialização também começa a partir da década de 1960, tem características totalmente diferentes, pois é produto do processo revolucionário que conduz este país ao socialismo.

E, mesmo nesse caso, o aspecto meramente quantitativo – ou seja, uma hierarquização de mais ou menos industrializados – também não pode ser considerado como essencial para a definição dos tipos. Isso só tem sentido quando é possível estabelecer uma relação entre quantidade e qualidade, mas, em nenhum desses países que agora estamos considerando, o processo de industrialização dependente foi suficientemente intenso a ponto de provocar variações substanciais em relação aos demais. Tal situação se deve ao fato de que, conforme discutiremos mais adiante, essa industrialização encontrou limites difíceis de serem superados.

Portanto, a única diferenciação que devemos fazer entre os países dos quais nos ocupamos é em relação àqueles que nem sequer começaram o processo de industrialização.

Deste modo, os países que começaram a industrialização a partir do pós-guerra serão chamados de *países cuja industrialização foi produto da integração monopólica* (tipo B). Estes são: Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba.²⁶

Seria possível distinguir um terceiro tipo de *países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial* (tipo C), que incluiria o Paraguai, o Haiti e, talvez, o Panamá.²⁷ No entanto, dada a especificidade da evolução histórica de cada um desses países e frente à ausência de denominadores comuns – salvo por formarem parte de um mesmo sistema de dominação –, possivelmente sua classificação dentro de um mesmo tipo não nos conduziria a uma maior compreensão do caráter de suas estruturas dependentes, sendo preferível realizar diretamente o estudo de cada um desses países separadamente. De todo modo, essa não é a finalidade deste trabalho.

26 O caso de Cuba, cujo processo de industrialização começa com a Revolução, não será situado na tipologia, pois com a transformação revolucionária rumo ao socialismo se rompe a dependência em relação ao centro hegemônico capitalista.

27 Não obtivemos dados suficientes para uma classificação rigorosa deste país.

Tendo definido quais são os países que compõem os dois grandes tipos que trataremos de analisar no decorrer de nossa pesquisa, passaremos a discutir a razão pela qual adotamos esse critério. A tentativa de dar resposta a essa questão crucial nos leva, ao mesmo tempo, para a busca dos fatores que possibilitaram a formação dos diferentes tipos de estrutura dependente.

Utilizamos esse critério em coerência com a postura metodológica que adotamos e que buscamos definir na primeira parte, ao explicitar que a dependência econômica engendra os parâmetros das possibilidades estruturais. Pois bem, desde a primeira Revolução Industrial, o sentido do desenvolvimento de qualquer sociedade passou a ser dado pela indústria manufatureira.²⁸ Porque a indústria é a base econômica de um sistema social novo, o capitalismo, que por sua força e dinamismo tinha as condições de se impor, subjugar e liquidar os demais sistemas. E isso devido à grande capacidade que a revolução das forças produtivas engendrava, gerando formas superiores de domínio da natureza, de relação entre as classes e entre os indivíduos.

E também no caso dos países em que sua importância relativa não é ainda preponderante, a mera existência de um processo de industrialização em marcha – seja no nível nacional ou internacional – traz como consequência a subjugação dos demais setores à indústria e tende a se transformar no centro da dinâmica do desenvolvimento econômico e social. Isso se pode constatar a partir da alteração da base morfológica e ecológica da sociedade,

28 Esse processo tornou possível que os países que primeiro conseguiram estabelecer sua base industrial tenham podido subjugar os demais. Isso é verdade inclusive nos casos daqueles países que tinham uma tradição cultural incomparavelmente mais desenvolvida, como é o caso da China, cujos conhecimentos tecnológicos eram muito avançados, mas que, no entanto, como tais conhecimentos não eram aplicados na produção em série, teve que se submeter à “barbárie” inglesa (expressão com a qual os imperadores chineses se referiam aos estrangeiros) e, posteriormente, à “barbárie” americana, até que, com o triunfo da revolução socialista, foi possível promover o desenvolvimento acelerado das forças produtivas.

passando pela geração de novas necessidades, até a desagregação das formas econômicas e sociais anteriores e o surgimento de novas classes por ela gerado, o que provoca variações no eixo das contradições e nos conflitos da sociedade.

O estudo das *condições* que tornam possível o desencadeamento de um processo de industrialização em alguns países e suas conseqüentes transformações estruturais é o que de fato nos permitirá relacionar a situação geral da dependência aos tipos específicos de estruturas dependentes, isto é, distinguir as características mais significativas de cada um dos dois grandes tipos de sociedades dependentes contemporâneas, determinando assim suas leis básicas de movimento.

Discutir as condições que tornam efetivo um dado processo histórico-social implica determinar os interesses objetivos das classes sociais que o impulsionaram, seu desenvolvimento e seus limites, definindo assim as contradições geradas. E é somente a partir dessa base que se pode vislumbrar as formas para sua superação.

Dediquemo-nos, então, a esta tarefa.

As condições e características do desenvolvimento dos países cuja industrialização foi produto da expansão e transformação do setor primário-exportador

Na América Latina, em geral, quando se fala de industrialização se fala de substituição de importações. De fato, o processo que assim ficou conhecido não pode ser menosprezado, pois foi, ao menos nos países que agora estamos estudando, a forma através da qual se conseguiu impulsionar a montagem de seu parque industrial. Os mecanismos desse processo – já bastante analisados na literatura econômica do continente – consistiram fundamentalmente, em sua primeira etapa, na substituição dos bens manufaturados estrangeiros pelos nacionais. Isso foi possível devido à contenção das importações, o que gerou uma demanda não atendida. A partir dessa situação foram criadas as condições para a utilização das divisas obtidas mediante a exportação dos produtos do setor primário (agrícola ou de mineração, conforme o caso), orientando-as para a importação de equipamentos, máquinas e matérias-primas necessárias para a instalação de fábricas no território nacional, destinadas à produção de bens anteriormente importados.

Em especial, os momentos em que a economia mundial teve que se rearticular – seja em função da guerra europeia entre 1914 e 1918, seja em função da crise econômica, em particular aquela iniciada em 1929 – suscitaram circunstâncias favoráveis para a intensificação de tal processo. A impossibilidade de seguir im-

portando produtos manufaturados nesses momentos gerou uma demanda insatisfeita por parte de certos setores de algumas das sociedades dependentes. E foi para atender essa demanda – em circunstâncias nas quais o poder aquisitivo nem sempre tinha caído significativamente durante a crise – que as indústrias nacionais tiveram que se desenvolver, e o fizeram com maior ou menor rapidez em função de sua base anterior.

A substituição se realiza, num primeiro momento, no setor de bens de consumo leves; passa posteriormente aos setores de bens de consumo duráveis; chega aos bens de produção intermediários; e, por último, alcança o setor de bens de produção pesados, isto é, máquinas de fazer máquinas – ainda que, a rigor, a indústria pesada, como veremos mais adiante, não tenha se desenvolvido num processo de industrialização propriamente substitutivo²⁹.

Contudo, embora seja certo que a guerra de 1914-1918 tenha provocado o desenvolvimento desses mecanismos em países como a Argentina e o México – o que também foi bastante facilitado pelo aumento da disponibilidade de divisas resultante do crescimento das exportações de produtos necessários para os países beligerantes –, esse processo já vinha se realizando desde antes, e em todos os demais países que agora analisamos (em menor escala na Colômbia) já existia um elemento constituído em suas estruturas nacionais que tornava possível o aproveitamento da conjuntura internacional visando a impulsionar o desenvolvimento industrial. Qual é esse elemento?

É a existência de um mercado interno que se expandiu de forma articulada nesses países, devido ao desenvolvimento de relações de produção capitalistas que, progressivamente, chegam a ser predominantes em setores-chave da economia primário-ex-

29 É necessário esclarecer que essa sucessão das etapas da industrialização não pode ser considerada de forma rígida, pois há casos em que não se realizou nesta ordem. É o caso do Brasil, por exemplo, em que a indústria de bens intermediários (como em Volta Redonda) precede a de bens de consumo duráveis (por exemplo, a indústria automotriz).

portadora. Na pecuária argentina e uruguaia, na mineração e em alguns setores agrícolas mexicanos, no setor cafeeiro brasileiro³⁰, ou no setor do salitre chileno³¹, a separação entre proprietários privados dos meios de produção, por um lado, e, por outro, a oferta livre da força de trabalho, já caracterizavam a existência de um modo de produção *tipicamente capitalista*, cuja origem data de meados do século XIX.

Quais fatores impulsionaram a formação das relações de produção capitalista e do mercado interno nesses países?

A resposta definitiva para esta questão deve ser buscada nas transformações que ocorrem no processo produtivo dos centros mais desenvolvidos do sistema capitalista mundial – particularmente na Inglaterra – a partir da segunda metade do século XIX.

Essas transformações, conhecidas como a segunda Revolução Industrial – caracterizada pela produção em série de máquinas de fazer máquinas –, e que determinam um novo ciclo de expansão capitalista, afetariam decisivamente as sociedades dependentes aqui analisadas, provocando profundas modificações em seus componentes estruturais básicos.

Tais modificações se fazem necessárias, com a finalidade de que as sociedades dependentes se readaptem, no sentido de se capacitarem para satisfazer as demandas da nova etapa de expansão do capitalismo mundial.

Dita expansão se realiza especialmente nos setores produtivos da economia orientados para a exportação e que, dado o cará-

30 O setor cafeeiro, em São Paulo especialmente, a partir da abolição da escravidão se desenvolveu fundamentalmente apoiado no trabalho assalariado, apesar da sua coexistência com outras formas de exploração do trabalho, como a parceria.

31 Vale ressaltar que existiram formas de pagamento de salário através de fichas, com as quais se compravam os produtos necessários nos armazéns. Essas formas restringiam a expansão do mercado interno. Este é o caso das mercearias no Chile na época do salitre, que neste sentido tiveram grande importância. Tais formas existiram com maior ou menor relevância em muitos outros lugares.

ter dependente desta, são justamente os setores fundamentais no conjunto da economia nacional. A dinâmica desses setores tem consequências que se estendem à sociedade em seu conjunto.

Produzem-se assim profundas transformações que tendem à modernização do sistema produtivo dos países dependentes, de modo que tal sistema possa responder a duas ordens de necessidades da expansão do capitalismo mundial:

1º. O aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para satisfazer as demandas crescentes da nova fase de industrialização nos países capitalistas avançados.

Como afirmou Lênin: “quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.”³²

2º. A expansão dos mercados internos desses países, a fim de que sejam capazes de absorver maior quantidade dos produtos manufaturados dos países capitalistas centrais.³³

32 V. I. Lênin, “El imperialismo, fase superior del capitalismo”, *Obras escogidas*, tomo I, p. 798. [N.T.: Transcrito de “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, *Obras escolhidas*, Alfa-Ômega, São Paulo, tomo I, p. 637.]

33 Hobson, tratando do imperialismo inglês do final do século XIX, afirma que são “[...] os grandes fabricantes para o comércio de exportação que se enriquecem através da satisfação das necessidades reais ou artificiais dos novos países que anexamos ou abrimos. Manchester, Sheffield, Birmingham, para citar três casos representativos, estão cheios de empresas que competem para introduzir têxteis, artigos de metal, motores, ferramentas, maquinário, bebidas alcóolicas e armamentos em novos mercados. As dívidas públicas que se acumulam em nossas colônias e nos países estrangeiros que estão sob nossa proteção ou influência foram contraídas quase sempre em forma de trilhos, máquinas, armas e outros implementos da civilização fabricados e enviados por empresas britânicas. A construção de ferrovias, canais e outras obras públicas, a instalação de fábricas, o desenvolvimento da mineração, a modernização da agricultura nos novos países, estimulam um interesse muito definido nas importantes indústrias manufatureiras que, por sua vez, alimenta em seus proprietários uma firme convicção imperialista”. [Ítálico nosso.] J. A. Hobson, *Imperialism*, Ann Arbor Paperbacks, The University of Michi-

E, embora essas duas questões possam ser analiticamente separadas, como objeto de estudo, para facilitar nosso trabalho de pesquisa, na prática histórico-concreta estavam intimamente vinculadas como partes constitutivas de um mesmo processo econômico.

Vejamos, assim, como nesses países o mesmo processo que gera a divisão internacional do trabalho é aquele que, por sua vez, cria as condições para a expansão dos mercados nacionais e engendra, portanto, os elementos de superação das economias fundamentalmente exportadoras. Qual é o caráter das transformações modernizadoras que ocorrem nos setores primário-exportadores dos países dependentes na busca por adaptá-los às necessidades da nova expansão do capitalismo mundial?³⁴

Em primeiro lugar, as transformações modernizadoras se manifestam na *organização social da produção*, na medida em que se generalizam as relações capitalistas de produção nos setores-chave das economias. Elas passam, assim, a serem predominantes, através da compra da força de trabalho mediante o pagamento de salário e, conseqüentemente, através da formação de um mercado livre de trabalho.

gan Press, 1967, p. 49.

- 34 As urgentes necessidades de expansão do capitalismo mundial na busca por matérias-primas e por mercados para suas manufaturas explicam o rápido processo de partilha do mundo, que no início do século XX já está praticamente completo, com a exceção dos territórios antárticos. A Grã-Bretanha é quem controla a maior parte, “um terço desse Império, que contém um quarto de sua população total, foi conquistada durante os últimos trinta anos do século XIX”. Hobson, *op. cit.*, p. 18. “Jules Ferry, o grande promotor da expansão colonialista francesa nesta época, afirma claramente em sua obra *Le Tonkin et la mère-patrie*. Europa pode se considerar como uma casa de comércio que há alguns anos vê decrescer seu volume de negócios. O consumo europeu está saturado; é preciso fazer surgir de outras partes do globo novas camadas de consumidores, sob pena de ver a quebra da Sociedade Moderna e de preparar para o nascimento do século XX uma liquidação social pela via de cataclismos, cujas conseqüências serão incauculáveis”. Citado por Ernest Mandel, *Tratado de economia marxista*, Ediciones ERA, Tomo II, p. 66.

O fato de que, naquele momento, já estivesse bastante avançada a conquista do monopólio real sobre a propriedade das terras localizadas nas regiões mais importantes – monopólio este alcançado por uma restrita camada de donos de terra – de certa forma favorece a formação de um mercado livre de trabalho, em um processo estimulado em grande medida pela expansão do setor exportador. Não se justifica, portanto, pelo menos em tais setores, a persistência em utilizar formas pré-capitalistas (como nas comunidades indígenas) ou semi-servis de aprisionamento da mão de obra, através da vinculação dos produtores à terra.³⁵ É esse processo de monopolização que restringe as áreas da economia de subsistência e de autoconsumo e gera um potencial disponível de mão de obra para ser proletarizada no setor exportador. A proletarização expressa o processo de penetração do capitalismo no campo – que, embora em vastas regiões passe a ser predominante, não elimina completamente as relações pré-capitalistas ou semi-servis, e até coexiste com estas em alguns casos, tendendo a uma aproximação maior ou menor às relações capitalistas de produção puras, de acordo com as necessidades do sistema. Por outro lado, essa proletarização também se torna possível e necessária porque corresponde à melhor forma de entrelaçamento entre os países dependentes e os países capitalistas avançados. Em outras palavras, a expansão do capitalismo metropolitano faz com que se reproduza seu sistema, não estritamente à sua imagem e semelhança, mas sob a forma de um capitalismo dependente. Como assinala Aníbal Quijano:

[...] o modo de produção capitalista não foi nunca transportado de maneira completa, sistemática e homogênea para as regiões e países submetidos à dominação. O que, pelo contrário, ocorreu e

35 Esta tese foi elaborada por Theotônio dos Santos em *Las clases dominantes en Brasil*, mimeo., 1968; e também por Paul Singer, em artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, onde se oferecem elementos explicativos orientados no mesmo sentido.

segue ocorrendo é que as estruturas produtivas prévias foram reorganizadas em função das necessidades dos dominantes do sistema, por novas formas de utilização de instituições econômicas pré-capitalistas a serviço do capitalismo, e pela penetração de fragmentos estruturais do modo de produção capitalista em cada uma das etapas e com cada uma das modalidades que lhes correspondiam no processo de desenvolvimento metropolitano.

Foi se produzindo, deste modo, um processo de reordenamento capitalístico – isto é, numa direção capitalista – de modos de produção pré-capitalistas, que rapidamente foram desarticulados e substituídos por estruturas produtivas integradas a fragmentos estruturais das estruturas pré-capitalistas e de cada uma das etapas e modalidades alcançadas pelo modo de produção capitalista nos países hegemônicos, chegando finalmente a constituir, como hoje, os níveis subdesenvolvidos desse modo de produção.³⁶

É claro que, no nível da organização social da produção, todas essas transformações implicam mudanças qualitativas do sistema, mas, ainda assim, as consideramos como transformações modernizadoras, pois não chegam a revolucionar a situação das classes dominantes, colocando em questão seu efetivo poder econômico e político sobre a sociedade.

Embora em todo esse processo se originem novas classes, como um proletariado crescente e classes médias, e se gerem paulatinamente as condições – como veremos mais adiante – para o surgimento de uma burguesia industrial, o poder das oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras não é esmagado, mas sim redefinido. E, apesar de que o caráter da dominação se transforme, seus agentes não variam substancialmente, mas, junto com a expansão do setor exportador, expandem sua área de domínio. As formas de dependência mudam em função de sua readaptação às transformações ocorridas nas metrópoles, porém de forma alguma esses tipos de transformação fazem variar o caráter dependente do sistema interno de dominação.

36 Aníbal Quijano, *Redefinición de la dependencia y marginalización en América Latina*, mimeo., CEPAL, 1970, p. 28.

Em segundo lugar, as transformações modernizadoras se manifestam, no âmbito das forças produtivas, nas mudanças tecnológicas, o que se dá através da introdução de novos instrumentos e sistemas de produção e de transporte, aumentando sua capacidade de capitalização, o que tem como resultado o crescimento da capacidade produtiva do setor exportador.

As consequências dessas transformações modernizadoras no sistema produtivo são de duas ordens:

a) A tendência do setor produtor exportador propriamente dito a aumentar seu dinamismo, elevando sua capacidade de absorção de mão de obra em condições salariais relativamente superiores, ampliando assim o mercado interno.

b) A criação e expansão dos setores complementares ao setor exportador (sejam eles agrícolas, comerciais, de transporte e comunicações, serviços, etc.), em função da economia exportadora. Esses setores vão adquirindo progressivamente um dinamismo próprio, na medida em que se desenvolvem para atender uma demanda real já existente, e que, por sua vez, gera novas demandas. Em outras palavras, os setores complementares à economia exportadora se expandem para satisfazer as necessidades da formação de um mercado interno, mas, ao mesmo tempo, contribuem para expandir mais ainda este mercado, em função das próprias necessidades geradas nos setores complementares.

O processo de criação, expansão e modernização dos setores complementares à economia exportadora é um elemento de fundamental importância no desenvolvimento do mercado interno, na medida em que promove a absorção de mão de obra ao gerar novos setores, através do aparecimento de uma série de atividades agrícolas comerciais e de serviços em geral (público e privado).

Mas não termina aqui a influência da formação de todos esses setores complementares sobre o conjunto da economia. Sua dinâmica, ainda que esteja vinculada de forma subordinada à dinâmica do setor exportador, move-se de forma autônoma em

relação a este, na medida em que seu desenvolvimento promove um novo processo econômico e se vincula também a esse novo processo econômico que é progressivamente gestado na sociedade: o processo de industrialização.

Embora esses setores podem ser considerados como complementares no que se refere à atividade econômica exportadora, em relação ao desenvolvimento das atividades manufatureiras, porém, sua importância não é apenas de caráter complementar, mas tem também uma base econômica real, como condição para o desenvolvimento industrial urbano. Aqui entramos num ponto crucial da questão de como surge e em função de que variáveis se desenvolve a indústria dos países do tipo A. Vamos por partes, mesmo tentando integrar simultaneamente os múltiplos níveis de análise dentro de uma visão totalizadora.

É fato que existe uma demanda de produtos manufaturados no setor exportador. Neste caso a demanda poderia ser decomposta em duas partes fundamentais: a parte que se apropria de mais-valia e aquela que recebe salários. Na parte que se apropria de mais-valia – isto é, a classe burguesa – a demanda por produtos manufaturados é crescente em função do próprio êxito do setor exportador. Mas esta demanda se satisfaz basicamente através da importação de bens manufaturados dos centros hegemônicos, especialmente da Inglaterra. É uma demanda que funciona, portanto, fundamentalmente como prolongamento do mercado dos países centrais do sistema capitalista mundial.

Na parte que recebe salários – isto é, a classe trabalhadora, os assalariados rurais e os assalariados médios –, a demanda por produtos manufaturados tende a ser crescente e a se destinar aos produtos nacionais.

Tende a ser crescente porque o setor exportador se expande e se especializa, levando à absorção da mão de obra disponível e levando também ao aumento de sua área produtiva, o que termina por limitar, no interior da fazenda ou da zona de mineração,

as áreas de economia de subsistência³⁷, restringindo as possibilidades de subsistência do trabalho artesanal no campo e da produção vinculada à economia de autoconsumo. Essa é a consequência mais direta da proletarização, a saber, que aqueles que antes foram camponeses, ao se transformarem em proletários, tinham que vender sua força de trabalho para adquirir no mercado tudo aquilo que necessitavam ou que objetivamente poderiam necessitar: alimentos, cigarros, roupas, móveis, etc.; portanto, coloca-se assim a necessidade de produtos industriais.

Essa demanda se direciona aos produtos industriais nacionais, pois é uma demanda por produtos de baixo custo. Neste sentido, as indústrias que se desenvolvem para atendê-la o fazem em melhores condições de concorrência frente às manufaturas estrangeiras, que teriam o custo adicional do frete. Isso se deve ao fácil acesso aos consumidores, resultado da utilização das vias de comunicação da economia exportadora (ferrovias e estradas) e do fato de dispor de uma mão de obra barata para a produção em alta escala de produtos de consumo massivo e popular.

Acontece que, embora a demanda por produtos industriais nacionais por parte das classes que obtêm mais-valia no setor exportador não chegue a constituir um estímulo significativo para a industrialização, isso não ocorre em relação à classe operária, que recebe salários. Esta, ao contrário, representa um ponto de apoio para a industrialização³⁸.

37 Para o caso brasileiro, em relação à economia açucareira, o mecanismo de limitação e expansão da economia de subsistência em função do crescimento do setor exportador foi analisado por Celso Furtado em *Formação econômica do Brasil*. Sobre esse tema, o estudo de Ignácio Rangel sobre a abertura do complexo rural é muito sugestivo; ver *Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro*, Livraria Progresso Editora, Salvador, 1957. [N.T.: Edição brasileira mais recente em Ignácio Rangel, *Obras reunidas*, Ed. Contraponto, Rio de Janeiro, 2005.]

38 Sobre a estrutura do mercado interno, é particularmente sugestivo o trabalho de Antônio Barros de Castro, "O modelo histórico latino-americano", em *7 ensaios sobre a economia brasileira*, C. E. Forense, Rio de Janeiro, 1969.

Estamos obviamente considerando, neste momento, apenas a demanda por bens de consumo, entre os quais se destacam têxteis, alimentos, calçados, bebidas, utensílios domésticos e outros.

Contudo, é nos chamados setores complementares que a demanda por produtos manufaturados nacionais também terá importância substancial para o desenvolvimento das indústrias. Isso se comprova pelas mesmas razões que apontamos para o caso daqueles que recebem salários dentro do setor exportador e também por duas novas razões:

- a) porque esses setores se concentram nos grandes centros urbanos, facilitando a colocação da produção; e
- b) porque sua dinâmica de crescimento é muito intensa e vinculada ao rápido processo de urbanização, tendendo paulatinamente a se tornar independente do setor exportador, principalmente ao se desenvolver o processo industrial. A urbanização, causa e também consequência do desenvolvimento industrial, vincula seu destino a este, gerando um novo processo econômico – o capitalismo urbano –, que é irreversível e que, no longo prazo, tenderá a ser predominante no sistema em seu conjunto.

Na medida em que a indústria se desenvolve, ela aumenta por si mesma seu próprio mercado, bem como incorpora a este o consumo dos que vivem de salários e de mais-valia gerados pela própria indústria.

Até o momento não mencionamos um setor do mercado que é de fundamental importância, a saber, o setor industrial, que também surge diretamente vinculado ao setor exportador, destinado a satisfazer as necessidades diretas da exportação dos produtos. Nele se incluem inicialmente os frigoríficos – que tiveram especial importância nos países exportadores de carne, como o Uruguai e a Argentina – e a produção de embalagens (sacos), etc.

Apesar de não ter conhecido este trabalho anteriormente, alguns aspectos de nossa análise seguem na mesma direção.

A análise de todo esse processo de formação do mercado interno e de desenvolvimento de relações capitalistas de produção – que apontam no sentido do desenvolvimento urbano-industrial – permite revelar como a *situação de dependência em relação aos centros hegemônicos condicionou os marcos gerais das estruturas econômicas produtivas dos países atrasados e como, ao mesmo tempo, estas estruturas são redefinidas em função das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo dependente.*

Portanto, embora todo o processo de modernização do setor exportador e dos setores complementares a este se realize em função dos interesses hegemônicos da metrópole capitalista e dos setores oligárquicos minerador, latifundiário e comercial exportador – em função do qual evoluem as relações de produção e se expande o mercado interno, que em grande medida (nos setores de altas rendas que vivem da exploração de mais-valia) é atendido pela produção manufatureira europeia –, a estrutura interna adquire um relativo dinamismo próprio, resultante do desenvolvimento da indústria e que funciona segundo leis específicas do novo modelo de capitalismo dependente.

Todo o aparelho produtivo industrial – que, mesmo precariamente, consolida as bases para um processo mais amplo de acumulação capitalista e se desenvolve para atender a demanda criada na classe operária, nas classes médias (burocratas, profissionais liberais, empregados em serviço, etc.), no campesinato e nos setores industriais diretamente complementares à economia exportadora – tende a se expandir acentuadamente para satisfazer as novas necessidades geradas pela própria dinâmica que lhe dá origem e impulso. E então são criadas indústrias de materiais de construção, têxteis, alimentos, móveis, etc.³⁹ Mas todo esse

39 Vale destacar também o estímulo para a instalação de indústrias nesses países causado pelas guerras ocorridas nas últimas décadas do século XIX, como a guerra contra o Paraguai, por parte do Brasil, do Uruguai e da Argentina, e a guerra do Pacífico, por parte do Chile contra o Peru e a Bolívia. Nessas ocasiões, a demanda por bens de consumo para os exércitos – como

processo se agudizará quando – devido a conjunturas internacionais geradas pela guerra europeia de 1914 a 1918, pela crise do capitalismo mundial que começa em 1929 e, posteriormente, pela Segunda Guerra Mundial, que começa em 1939 – gestam-se estímulos para a instalação de novas indústrias através da intensificação do processo de substituição de importações. Isso se deve também à demanda insatisfeita provocada pela restrição das importações, bem como à disponibilidade de divisas formada durante as duas guerras, que se acentuam devido à expansão das exportações de alguns produtos, especialmente de matérias-primas latino-americanas para os países beligerantes.

Entretanto, é necessário destacar que a condição para que essas conjunturas internacionais pudessem ser aproveitadas – no sentido de impulsionar o processo de substituição de importações – estava dada por dois fatores fundamentais existentes nessas sociedades:

- a) um mercado nacional já estruturado;
- b) um setor industrial cujo processo produtivo estava organizado com base em relações capitalistas.

Estas condições – que tentamos descrever anteriormente e que ainda não existiam nos países do tipo B – possibilitaram o impulso ao processo de industrialização nos países de tipo A, e explicam o porquê do seu avanço em relação ao resto do continente. Mas qual é o significado do desenvolvimento de um processo de industrialização para o conjunto da sociedade desses países?

Em geral, não há nenhuma dúvida de que, na sociedade moderna, o sentido do desenvolvimento, entendido amplamen-

vestuário, calçados, alimentos, medicamentos, e também alguns tipos de armamentos e munições, etc. – foi consideravelmente atendida pela produção nacional.

te, é dado pela indústria. Isso porque, conforme já dissemos, a existência de um processo de industrialização em marcha basta para ter como consequência a tendência à subordinação dos demais setores da economia à indústria, que, por sua vez, tende a se transformar no centro da dinâmica do desenvolvimento econômico, político e social da sociedade; ou seja, a indústria revolucionaria o sistema produtivo social em seu conjunto, mas, nas condições em que se produz a marcha do capitalismo dependente nesses países latino-americanos, suas possibilidades e limites devem ser bem precisados.

Em primeiro lugar, a fraca – mas também bastante significativa – industrialização que se iniciou na Argentina, no México, no Brasil, no Chile e no Uruguai a partir do final do século XIX se realiza dentro do contexto de um sistema capitalista mundial, no qual esses países têm a função produtiva já definida como exportadores de produtos primários e, em cada um deles, o setor econômico fundamental é o setor exportador. Neste setor e naqueles que lhe são complementares se encontram as classes oligárquicas dominantes, compostas pelos latifundiários, proprietários das minas, comerciantes e financistas, que controlam e manipulam o poder econômico e político da sociedade em função de seus interesses e através do aparelho estatal.

É no seio desse sistema de dominação oligárquico – como parte do contexto do capitalismo mundial – que surgirá e se desenvolverá uma burguesia vinculada à indústria.

O processo de formação desta nova classe – que é também o processo de formação do proletariado industrial – é o resultado de todo esse complexo processo de desenvolvimento que descrevemos. E é também, ao mesmo tempo e dialeticamente, seu elemento ativo e criador. Isto é, mesmo que a história seja feita pela ação movida pelos interesses de classe, a formação de uma nova classe é fundamentalmente um produto de condições concretas estruturalmente condicionadas.

O desenvolvimento da indústria, que traz consigo a formação de uma classe de empresários industriais, é produto do sistema que estabelece a divisão internacional do trabalho, mas também sua forma de superação.

Em outras palavras, é o funcionamento do capitalismo mundial que, ao especializar as economias periféricas como monoprodutoras, provoca sua modernização, o que, por sua vez, gera os elementos para a diversificação da produção através do desenvolvimento da indústria, uma diversificação que conduz à superação da especialização e da divisão internacional do trabalho sob as formas existentes até então, afirmando assim a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

A indústria surge impulsionada originalmente pelas próprias leis de movimento que regem o desenvolvimento do setor exportador, mas logo gesta sua própria dinâmica e se torna independente deste setor. No entanto, sua independência é relativa, pois, embora a indústria tenda, no final das contas, a subordinar o setor exportador, necessita dele como condição de sobrevivência e expansão. Seus limites estão dados, portanto, pela dependência em relação ao funcionamento do setor exportador, que é, em última instância, a dependência em relação ao funcionamento do sistema capitalista mundial em seu conjunto.

E, embora o desenvolvimento da indústria nos países periféricos questione e abra caminhos para a superação da divisão internacional do trabalho, a indústria necessita do setor exportador como condição para a realização de seu próprio processo.

É esse movimento essencialmente contraditório que define as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente nesse período.

É por isso que na América Latina nunca ocorreu uma revolução burguesa no sentido clássico, como a Revolução Francesa. Porque em tais processos, embora os germens do capitalismo provenham da sociedade feudal, seu desenvolvimento pleno im-

plicava a liquidação completa, através de um processo revolucionário, do modo de produção sobrevivente – baseado nas relações servis –, que obstaculizava o desenvolvimento capitalista⁴⁰.

Na América Latina, pelo menos desde que se consolidou a Conquista e os espanhóis destruíram os impérios Inca e Asteca, o curso do desenvolvimento do capitalismo não implicou a *liquidação radical* dos modos de produção que o precederam, mas sim sua *superação descontínua e lenta, desde formas mais primitivas, até formas mais elaboradas*. É assim que o curso do desenvolvimento do capitalismo na América Latina passa de uma *formação socioeconômica dependente colonial-exportadora para uma formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora*, até finalmente chegar a uma *formação socioeconômica dependente capitalista-industrial*. Mas são todas sequências e formas de superação de um mesmo processo que corresponde à evolução do capitalismo mundial e que redefine constantemente as formas adotadas pelo capitalismo dependente⁴¹.

40 Neste mesmo sentido escreveu Ruy Mauro Marini: “O fato que mais chama a atenção é o caráter relativamente pacífico que o trânsito da economia agrária para economia industrial assume na América Latina, em contraste com o que ocorreu na Europa. Isto fez com que muitos estudiosos mantivessem equivocadamente a tese de que a revolução burguesa latino-americana ainda está por se realizar. Ainda que fosse correto dizer que a revolução burguesa não se concretizou na América Latina segundo os cânones europeus, este argumento é enganoso, pois não considera adequadamente as condições objetivas dentro das quais se desenvolveu a industrialização latino-americana”. *Subdesarrollo y revolución*, Siglo XXI, 1969, p. 11. Ou seja, numa situação de compromisso com o setor oligárquico exportador. É necessário dizer que o autor se refere à América Latina, mas tomando os casos do México, da Argentina e do Brasil.

[N.T.: O referido livro de Ruy Mauro Marini foi publicado em 2012 como primeiro volume desta Coleção Pátria Grande-Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano, da Editora Insular/IELA-UFSC. A citação anterior se encontra na página 55.]

41 Convém esclarecer que as expressões *modo de produção e formação econômico-social* foram empregadas pelos marxistas clássicos sem que se buscasse especificar completamente sua utilização. Por exemplo, Lênin utiliza ambas as expressões sem fazer uma distinção precisa entre elas. Nós utilizamos o

Isso se deu porque a América Latina esteve, desde a Conquista, vinculada à expansão e ao transcurso da consolidação do capitalismo mundial – sob suas formas comercial e industrial – como área periférica, subordinada e dependente.

O desenvolvimento do capitalismo industrial dependente não implicou, portanto, o desenvolvimento de um processo revolucionário, no sentido da tomada do poder por novas classes e da transformação radical das relações de produção nas quais se assentavam as velhas classes, como o fez a burguesia europeia. Essa diferença se explica, conforme descrevemos, porque as relações de produção tipicamente capitalistas se desenvolvem no continente inicialmente no setor exportador – o que já é uma característica especial e distintiva do capitalismo dependente – e é ainda sob sua dependência que se geram as condições, não apenas para o surgimento, mas também para a evolução do capitalismo industrial. E, durante um longo período, até que a dinâmica inexorável da indústria se afirmasse definitivamente sobre o conjunto da sociedade, o que definiu o caráter dessas sociedades na América Latina foi a coexistência de vários modos de produção.

Esta coexistência se explica pela íntima interdependência existente entre o setor exportador e o setor industrial, cujos marcos gerais estão dados pelo sistema capitalista mundial em seu conjunto. Tal interdependência se reflete de forma muito nítida na medida em que os capitais gerados no setor exportador são transferidos ao setor industrial (direta ou indiretamente, como, por exemplo, através do sistema bancário ou mediante subsídios estatais) e possibilitam sua expansão. Neste sentido, os interesses oligárquicos e industriais, mesmo mantendo suas especificidades, se mesclam e se complementam, tendo como resultado, no plano econômico e político-social, uma série de conflitos que

conceito de *formação econômico-social* no sentido dado por Althusser, ou seja, tomando-o em um nível de abstração menor para analisar uma combinação específica e historicamente condicionada de modos de produção.

não ocultam seus antagonismos, mas que os limitam a uma situação de compromisso, que constitui a base sobre a qual se assenta o sistema oligárquico-burguês nesses países. A burguesia industrial latino-americana já nasce limitada e comprometida com as classes dominantes oligárquicas, não apenas porque o desenvolvimento da indústria ocorre no seio do sistema oligárquico – e por oligarquia entendemos todos os setores das classes dominantes vinculados direta ou indiretamente ao setor primário-exportador, além dos latifundiários que produzem para o mercado interno ou que detenham a propriedade da terra sem torná-la majoritariamente produtiva –, mas também porque, em grande medida, o surgimento dos empresários industriais é produto da simbiose de setores da oligarquia (latifundiária, mineradora ou comercial exportadora) com setores industriais. E são diversos os casos na América Latina em que, embora seja possível fazer a diferenciação econômico-social entre setores produtivos, não se pode aplicar essa diferenciação para seus agentes (indivíduos), que muitas vezes são os mesmos. Claro está que a origem dos empresários nem sempre se restringiu àqueles saídos dos setores oligárquicos. Eles também têm origem nos imigrantes, como europeus ou árabes, que em muitos casos chegaram ao continente com uma quantidade suficiente de capitais para começar a instalar alguma indústria; provêm igualmente da expansão de setores artesanais, que evoluíram para formas superiores de produção, almejando atender a crescente demanda. De todo modo, a determinação de sua origem específica e preponderante não é a questão fundamental: o mais relevante é a compreensão do contexto nos quais eles surgem e se desenvolvem, os limites e contradições que engendram, e as possibilidades estruturais para sua superação.

A questão que se apresenta agora é tentar esclarecer como o desenvolvimento da indústria torna necessária a redefinição do funcionamento do sistema em seu conjunto, ou seja, quais são

suas implicações no âmbito da economia, da política e da sociedade em geral.

Em outras palavras, o que significou o surgimento e a expansão de novas formas de atividade produtiva e de novas classes a elas vinculadas?

Embora não se possa dizer que todo esse processo tenha sido uma revolução burguesa no sentido tradicional do termo, certamente expressou um momento histórico latino-americano, no qual a burguesia industrial, impulsionada pelo vigor que lhe outorga o fato de controlar uma forma mais avançada de organização social da produção, reivindicou o controle hegemônico do poder, oferecendo um projeto próprio de desenvolvimento econômico-social. Neste sentido, e somente neste sentido, é possível caracterizar todo esse processo como uma “revolução burguesa”, nas condições típicas do desenvolvimento do capitalismo dependente.

E assim o caracterizamos, não tanto em busca de um excessivo rigor conceitual (que, por certo, só tem sentido se entendido não como algo puramente formal, e sim como instrumento efetivo de análise e de compreensão dos fenômenos), mas visando alcançar um discernimento mais amplo de toda essa etapa crucial na história desses países latino-americanos. Somente assim é possível entender as transformações que engendram a redefinição da estrutura do capitalismo dependente e que são provocadas pelos movimentos político-sociais que perpassam esses países nas primeiras décadas do século XX. Por certo, somente a clara caracterização desse processo permite compreender o sentido da evolução que terá lugar no período do pós-guerra e na atualidade. E, se colocamos esse argumento dessa maneira, é porque a forma pela qual a burguesia industrial ofereceu e impôs seu projeto de desenvolvimento para a sociedade foi através dos movimentos político-sociais levados a cabo em todos esses países, que, aparentemente, foram impulsionados pelas classes médias, pela

pequena-burguesia e até mesmo pelo campesinato. E se dizemos *aparentemente* é porque, por um lado, todos esses movimentos (como o “tenentismo” e, mais adiante, o “varguismo” no Brasil; a Revolução Mexicana; o movimento que leva Yrigoyen ao poder na Argentina, seguido do “peronismo”; o “batlismo” no Uruguai; e o movimento que culmina na Frente Popular, no Chile) expressavam, em seu conteúdo, *interesses reais* das classes médias, da pequena burguesia e, no caso mexicano, do campesinato pobre (setores que deram impulso e forma a esses movimentos); por outro lado, porém, para além do que todos buscavam nas formas transparentes de expressão desses movimentos – que estão contidas, por exemplo, em seus programas reivindicativos –, estavam se cristalizando os interesses que, de fato, eram os únicos capazes de orientar o curso e o sentido do desenvolvimento dependente: os interesses do *capitalismo industrial*.

Além disso, é necessário precisar que consideramos como classes médias aquelas camadas que não estão vinculadas diretamente ao processo produtivo e se situam nos níveis intermediários entre os detentores diretos da mais-valia e a classe operária. São aqueles que estão localizados no setor terciário, como profissionais liberais, burocratas, militares, etc. Portanto, mesmo que tenham interesses específicos, sua situação objetiva não possibilita que tenham uma perspectiva própria de transformações estruturais para oferecer à sociedade em seu conjunto.

Por isso, como as classes médias, enquanto tais, não têm uma perspectiva econômico-social própria para oferecer, oscilam entre as perspectivas propostas pelas classes mais consequentes da sociedade, ou seja, entre o proletariado e as classes dominantes. Como consequência disso, em cada momento histórico específico em que emergem as contradições entre as classes diretamente comprometidas no processo produtivo, as classes médias, em seus setores majoritários, tendem a se definir em função do que propõem as classes que tenham maiores condições de impulsionar o

desenvolvimento econômico-social e atender suas reivindicações mais imediatas.

Na América Latina verificou-se o seguinte: as classes médias se desenvolveram incitadas pela expansão tanto do setor primário-exportador, quanto do setor industrial. Inicialmente, elas oscilavam entre as perspectivas propostas, por um lado, pelas oligarquias tradicionais e, por outro, pela jovem burguesia industrial. Na medida em que a alternativa proposta pela burguesia industrial tendeu a se afirmar como superior no sentido da orientação e promoção do desenvolvimento dependente e, portanto, como a alternativa mais capaz para conduzir o processo de modernização, expansão, criação de novos empregos e promoção de melhorias consideráveis no nível de vida de vastos setores das classes médias, estas se definiram a seu favor.

A pequena-burguesia, por sua própria condição de classe, identificava seus interesses fundamentais como sendo os interesses da burguesia industrial, enquanto esta tinha uma clara alternativa de mudanças sociais para oferecer, o que, nesta etapa, favorecia sua expansão. Apenas na medida em que se consolidam as tendências monopólicas afloram as contradições entre os interesses da pequena e grande indústria. De todo modo, foram necessárias algumas décadas para que essas contradições se manifestassem.

O campesinato⁴² também é uma classe que, embora participe de forma substancial do processo produtivo, jamais esteve

42 Somente em sentido muito geral se pode falar do campesinato em seu conjunto, sem considerar que este está composto por uma série de setores, que devem ser diferenciados num nível de análise mais concreto. O campesinato compreende o proletariado agrícola, o semi-proletariado (os trabalhadores temporários, que em muitos casos são minifundiários), o campesinato pobre (minifundiário) e os camponeses médios (que, em geral, empregam mão de obra familiar, mas que em alguns casos contratam e exploram outros camponeses). Claro está que a diferença de situação objetiva entre esses diversos setores condiciona interesses e perspectivas em muitos aspectos diferentes. Contudo, para o tipo de considerações que faremos, parece-nos válida a referência ao campesinato de forma global. Em capítulos posteriores nos deteremos mais sobre o tema.

em condições de oferecer, enquanto classe, uma alternativa de desenvolvimento ao conjunto da sociedade. Conforme já foi apontado, isso se deve, principalmente, ao fato de que, no sistema capitalista, a indústria tende a subordinar todos os demais setores à sua própria dinâmica, e as possibilidades e limites do desenvolvimento rural estão dados por ela. Portanto, as classes cujos interesses fundamentais estão ligados ao campo necessariamente estão subordinadas às classes cujos interesses estão diretamente vinculados ao setor industrial.

Pois bem, o campesinato é uma classe em decadência frente ao processo lento, mas progressivo de proletarização, provocado pela penetração do capitalismo no campo. Tende a reagir a esse processo adotando uma perspectiva pequeno-burguesa, que consiste na reivindicação da terra. Apenas na medida em que encontra apoio e chega a ser orientado pelo proletariado industrial, está em condições de superar sua visão pequeno-burguesa e adotar a perspectiva proletária de desenvolvimento econômico e social.

Na América Latina, na etapa que analisamos, o campesinato não pôde encontrar apoio e orientação do proletariado.

A “revolução burguesa” também não pôde atender as reivindicações pequeno-burguesas do campesinato, nem ser conseqüente na satisfação das necessidades colocadas pelo próprio desenvolvimento capitalista. Por um lado, se do ponto de vista dos interesses do desenvolvimento da indústria a estrutura fundiária deveria ser subvertida para expandir o mercado interno, por outro lado a burguesia industrial não foi capaz de questionar profundamente a existência da oligarquia latifundiária, pois a industrialização necessitava do sistema oligárquico como condição para sua existência. Do setor primário chegavam os capitais para a indústria e do campo chegava a mão de obra, que era expulsa para a cidade. O capitalismo industrial postergou para o futuro o enfrentamento e a resolução do problema agrário. Isso foi possível através da intensificação da exploração dos mercados urbanos. A Revolução Mexicana aparece como a única exceção até meados

do século XX, pois neste caso a força do movimento camponês armado cumpriu a tarefa burguesa no campo, liquidando vastos setores da oligarquia latifundiária, ampliando o mercado interno e abrindo caminho para um amplo desenvolvimento do capitalismo dependente.

Nos demais países do tipo A, durante a primeira metade do século as manifestações de revolta do campesinato foram em geral dispersas e isoladas, tendo assumido muitas vezes características de banditismo, como no caso da Colômbia (onde os camponeses eram utilizados muitas vezes para a luta entre facções hostis das classes dominantes) ou no caso do cangaço no Brasil. No Chile, desde que, no século XIX, foi eliminada a resistência araucana contra a invasão de suas terras, não houve manifestações significativas de novas lutas dos indígenas até a segunda metade do século XX; ocorrem algumas lutas limitadas, como nos anos 1930, em Rancuil, mas as mesmas não chegaram a ter maior impacto na política nacional. O mesmo se poderia dizer do Uruguai, onde o campesinato não chegou a marcar presença política própria, e também da Argentina, onde as condições são bastante *sui generis*. Mais adiante voltaremos a analisar o campesinato com mais cuidado.

Sem dúvida, o proletariado industrial é a única classe capaz de questionar a perspectiva burguesa de desenvolvimento e oferecer uma alternativa diferente – socialista – ao conjunto da sociedade e, em especial, ao campesinato.

No entanto, entre a missão histórica a qual está destinado o proletariado e a existência de condições objetivas para sua concretização existe um longo processo de amadurecimento da classe revolucionária e das contradições fundamentais do capitalismo, a partir das quais o socialismo aparece então como a solução necessária e viável.

Nas primeiras décadas do século XX o proletariado na América Latina formava uma classe ainda fraca. Sua quantidade, mesmo considerando o setor artesanal, não representava grande proporção no conjunto da força de trabalho. O caráter artesanal de

importantes setores da classe, além da origem camponesa de outros setores, eram fatores que, ao manterem presentes traços culturais individualistas, dificultavam a organização do proletariado e o desenvolvimento da consciência de classe. Esses fatores explicam por que as primeiras experiências importantes de luta proletária ocorridas na América Latina nas duas primeiras décadas do século XX foram conduzidas pela orientação anarquista, trazida da Europa pelos imigrantes. E, embora esta orientação tenha desenvolvido muito a combatividade da classe – demonstrada em vários movimentos grevistas que existiram em todos aqueles países nessa época –, não foi capaz, devido às limitações inerentes ao anarquismo, de delinear uma estratégia geral de luta a partir da qual as lutas parciais da classe adquirissem uma coerência tática.

O resultado dessa incapacidade foi a crise e o refluxo do movimento a partir do início dos anos 1920, como resultado de sua impotência para se sobrepôr aos duros golpes da repressão⁴³.

Por outro lado, o sistema que se expandira com base nas condições favoráveis geradas pelos efeitos da guerra – que permitiram intensificar a substituição de importações e aumentar o desenvolvimento – entrava, a partir de 1919, em um período de crise, provocado pela recuperação das economias centrais no pós-guerra.

Em geral, os períodos de retração econômica não são os mais favoráveis para o crescimento e desenvolvimento dos movimentos populares na busca pela conquista de suas reivindicações. Além disso, o proletariado – devido aos reveses anteriores, que se deram por causa das debilidades orgânicas e ideológicas que apontamos anteriormente – não conseguiu articular uma política operária efetiva, que elevasse rapidamente seu nível de organização, e foi incapaz de conduzir o processo político e os vastos movimentos sociais que se deram a partir dessa época. No entan-

43 Talvez uma das últimas grandes manifestações de luta da classe operária neste período na América Latina tenha sido a insurreição proletária de 1922 no Equador, esmagada através do massacre dos operários.

to, é sobretudo nos períodos de crise que a consciência crítica da classe se eleva e, nos primeiros anos da década de 1920, começam a se formar os primeiros partidos comunistas, sob a orientação da III Internacional. Tinham à frente de si toda uma imensa tarefa a ser cumprida, para a qual deveriam preencher toda uma série de lacunas, entre elas desenvolver um pensamento marxista na América Latina capaz de analisar e compreender o processo de desenvolvimento capitalista no continente, organizar a classe para levar adiante a luta econômica e política, e tirá-la do impasse em que se encontrava.

Devido à sua imaturidade teórica e política – derivada, por sua vez, do precário desenvolvimento da teoria revolucionária no continente, cuja experiência acumulada até então na condução prática das lutas proletárias era a anarquista –, os partidos comunistas recém criados não estavam nas melhores condições para enfrentar satisfatoriamente esta série de problemas e o resultado muitas vezes foi uma política dogmática e sectária. Isso se adequava bem à linha do “terceiro período”, que vai de 1927 a 1932, cuja orientação dada ao movimento comunista mundial consistia em identificar a socialdemocracia com o social-fascismo, como agente dos interesses burgueses no seio do proletariado e, portanto, como o inimigo principal⁴⁴. Na América Latina, esta linha teve vigência nos partidos comunistas e se expressava na identificação do movimento reformista desses anos como social-fascismo. Isso explica por que os partidos comunistas dessa época (que se estende até meados dos anos 1930) em geral não participaram dos movimentos democráticos burgueses dos anos 1930, abdicando assim de intervir nos mesmos e de fazer cumprir o papel

44 A linha do “terceiro período”, que passou a orientar o Comintern, sob a direção de Molotov, baseava-se na análise de que, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, a luta do proletariado teria passado por três períodos: o primeiro durou até 1923, quando se consumou o fracasso momentâneo da revolução na Europa; o segundo seria um período de refluxo da luta revolucionária, que se estendeu até 1928; e o terceiro seria um período no qual se liquidaria definitivamente o capitalismo e o imperialismo. O movimento revolucionário deveria passar à ofensiva para a conquista do poder.

de orientador e condutor de tais movimentos. A orientação do PC brasileiro frente à Revolução de 1930 – da qual não participou – ilustra muito bem essa posição.

Não é nosso objetivo neste momento fazer uma análise da classe operária e da atuação dos partidos comunistas ou de como o estalinismo os influenciou, etc. As considerações prévias estão destinadas apenas a destacar algumas das limitações fundamentais que o proletariado teve nesses países latino-americanos, tentando explicar com isso, e de forma pontual, a importância que as classes médias adquiriram devido às transformações sociais, em especial a partir dos anos 1920.

Os analistas burgueses gostam muito de falar sobre “a ascensão das camadas médias”, mas o que não destacam é que esta ascensão – ou seja, esta participação política das classes médias que, em grande medida, orientou os movimentos sociais da época – só foi possível porque o movimento operário estava em refluxo.

Em geral, os autores que mais se impressionam com a ascensão das classes médias não percebem a ascensão do movimento operário nas primeiras décadas do século – apesar de todas suas limitações – e não se dão conta de que o papel desempenhado pelas classes médias no processo foi o de preencher um vazio político deixado pelo movimento operário em um momento de crise provocado por uma situação de transição entre o colapso da orientação anarquista e a intrincada busca por uma orientação leninista. É importante a compreensão da dinâmica que o movimento operário adquirira em sua primeira etapa de lutas e a influência que o mesmo exerceu sobre as classes médias, pois apenas assim é possível explicar a razão pela qual, entre as reivindicações que as classes médias levantavam, encontravam-se reivindicações que correspondiam mais especificamente aos interesses operários, como a regulamentação do trabalho – particularmente das mulheres e das crianças –, junto a reivindicações mais amplas – como educação pública e ampliação dos serviços sociais –, bem como reivindicações de caráter democrático e de

interesse geral – como o sufrágio universal. É evidente que, sob o ponto de vista de um programa socialista, tais reivindicações seriam bastante tímidas; no entanto, ao considerar que, nessa época, as mesmas eram sustentadas pelas classes médias, fica claramente apontada a influência do movimento operário sobre as classes médias – ainda que, cabe notar, esta influência tenha sido exercida de forma difusa, já que, sob a orientação anarquista, a classe operária não chegara a articular um programa coerente de reivindicações. Além disso, é preciso assinalar que, embora as classes médias levantassem reivindicações que correspondiam também aos interesses mais amplos das classes dominadas em seu conjunto, por trás dessas reivindicações se encontravam suas aspirações mais fundamentais – pressionar por uma maior incorporação ao sistema econômico.

Em grande medida, essas aspirações poderiam ser satisfeitas pela ampliação do aparelho burocrático estatal e pela criação de novos empregos, decorrentes do desenvolvimento industrial.

Tudo isso delineava um campo fértil para que a burguesia industrial – classe que se desenvolvia paulatinamente, impulsionada por condições favoráveis geradas pelo conflito bélico de 1914-1918 e, posteriormente, pela crise do capitalismo mundial – fosse a única classe com a condição de aproveitar os antagonismos existentes entre as oligarquias e todos aqueles setores e classes, para se impor frente às oligarquias e reivindicar para si uma participação preponderante no controle do poder. E é importante o grau de consciência de classe que a burguesia industrial teve em todo esse processo, ainda que essa questão passasse a segundo plano, na medida em que, *objetivamente*, era ela a única classe que de fato representava os interesses do desenvolvimento e sobrevivência do sistema de dominação em seu conjunto, por se situar em seu nível mais importante; ou seja, a dinâmica das contradições econômico-sociais engendradas no seio do sistema oligárquico conduzia, de forma irreversível, à consolidação do poder burguês.

Neste sentido, na América Latina se repete o mecanismo de ascensão da burguesia industrial à hegemonia do poder. Por se constituir na classe socialmente minoritária, a burguesia industrial utiliza outras classes e os mais variados setores sociais como “grupo de choque” para abrir seu caminho pelas veredas da ordem institucional. Seu transcurso foi muito bem dissimulado e, entre os analistas latino-americanos, poucos foram os que descobriram na gama intrincada de todo esse processo – muitas vezes aparentemente incoerente – os interesses fundamentais que o orientava, ou seja, os interesses da burguesia industrial. Contudo, uma profunda revisão da historiografia, da sociologia, da economia e da ciência política latino-americana – algo urgentemente necessário – permitiria revelar, com suficiente clareza, as bases objetivas para uma reinterpretação de toda essa etapa da história do continente, visando a uma efetiva *explicação* sobre o funcionamento dessas estruturas econômico-sociais.

Um exemplo contundente disso é a Revolução Mexicana, que, mesmo tendo sido levada a cabo pela pequena-burguesia – com a participação de setores operários – e, principalmente, pela mobilização e luta do campesinato empobrecido, em todas suas conquistas fundamentais sem dúvida conduziu apenas à consolidação do capitalismo dependente no México. O mesmo pode ser dito dos resultados de todos os movimentos político-sociais que muitas vezes adotaram formas insurrecionais nesses países, em um período que vai do começo do século até os anos 1930. Neste sentido, outro exemplo, entre os mais expressivos, seria todo o movimento tenentista no Brasil, que culmina com o varguismo.

É necessário ter presente que o caráter de um processo revolucionário se define não apenas pelas classes que o realizam, mas também pelas tarefas que cumprem, pelos inimigos que enfrentam e pela classe que termina por deter hegemonicamente o poder. Assim, não é a questão principal detectar a forma e a medida da participação direta ou indireta da burguesia industrial nesses

movimentos (o que, por certo, uma séria revisão historiografia poderia fazer). O mais relevante é definir em que medida as tarefas cumpridas por tais movimentos – e não apenas as tarefas que foram propostas em seus manifestos e programas – correspondem aos interesses fundamentais daquela classe, e em detrimento de quais setores e classes dominantes. Para isso, é suficiente analisar o sentido do desenvolvimento – através, por exemplo, das políticas econômicas – que orientou essas sociedades e os governos e mecanismos de poder que resultaram de tais movimentos revolucionários. A conclusão a que se chega é evidente: os governos de Calles ou Cárdenas no México, o governo de Vargas no Brasil, de Alessandri no Chile, de Batlle y Ordóñez no Uruguai, ou, finalmente, de Perón na Argentina (que chega ao poder como resultado de um processo equivocadamente considerado por vários analistas como uma contrarrevolução oligárquica), todos esses governos expressaram o auge e a consolidação dos interesses das respectivas burguesias industriais nacionais – o que, como veremos adiante, mudará de forma no curso dos anos 1950 e 1960.

É óbvio que a conquista do controle do poder por parte dessas burguesias não se dá de forma completa, pois os inimigos enfrentados durante todo esse processo de lutas que conduz tais burguesias ao poder são, evidentemente, as oligarquias (latifundiárias, mineradoras, financeiras e comerciais). Contudo, os interesses dos industriais, embora em choque com o sistema de dominação oligárquico (na medida em que sua classe foi gestada como um subproduto deste mesmo sistema, ainda que o contradizendo), não podem questioná-lo radicalmente, pois seguem necessitando daquele sistema de dominação inclusive como uma condição de sobrevivência. Questiona-se os obstáculos mais agudos ao industrialismo, exige-se a flexibilização do Estado e busca-se a participação dos interesses do capitalismo industrial no controle do poder. A oligarquia não se encontra, portanto, definitivamente liquidada; mantém seus privilégios básicos, mas abre as portas do

sistema de dominação para a burguesia industrial. Desse processo surge um sistema de dominação mais complexo e impuro: a dominação burguesa-oligárquica. É necessário compreender que, ainda que a burguesia industrial alcance a hegemonia econômico-social sobre todo o processo de desenvolvimento que ocorre a partir de sua “revolução burguesa”, trata-se de uma *hegemonia comprometida*. É esta hegemonia burguesa comprometida que define o caráter e o modo de funcionamento do capitalismo dependente nesses países da América Latina, e define também suas possibilidades e limites. Partindo dessa redefinição do papel hegemônico, embora comprometido, da burguesia industrial nacional, é possível reinterpretar o que tem sido chamado por vários analistas como o “amalgama de poder” na América Latina. E é necessário precisar que, se de fato existe esse amalgama que revela um pacto entre vários interesses contraditórios, ele se funda na hegemonia de uma classe que, mesmo limitada pelos compromissos estabelecidos, impõe suas metas ao conjunto da sociedade.

O compromisso com os interesses de várias classes e setores é, portanto, a condição para que a hegemonia burguesa-industrial se torne efetiva. Tal compromisso se expressa através da sobrevivência das oligarquias – que são os principais inimigos nessa etapa histórica – como parte das classes dominantes e da manutenção do poder econômico-oligárquico e de suas formas de expressão política – que, em geral, não são questionados em profundidade e que, mesmo debilitados devido à perda de sua hegemonia, seguem mantendo sua vigência. O México representa o único caso em que o poder oligárquico-latifundiário foi realmente afetado devido à reforma agrária. Em todos os demais países, pelo menos até a metade do século, não se tocou na propriedade da terra e se mantiveram, nos pontos fundamentais, os privilégios das oligarquias financeiras, comerciais e exportadoras, além do que, nos períodos de crise do setor exportador em geral, o Estado interviu e adotou uma série de medidas que, de uma forma ou

outra, resguardavam os interesses das oligarquias. Claro está que todas as vezes que o Estado interviu em defesa do setor exportador o fez não apenas para resguardar especificamente os interesses oligárquicos, mas também, e especialmente, para proteger os interesses do sistema em seu conjunto. Isso porque, enquanto o setor exportador é o setor econômico fundamental da sociedade, as possibilidades de expansão dos demais setores estão dadas por ele. É a partir de sua expansão, como já foi assinalado, que se geram as condições para o crescimento da base industrial; é através desse setor que são financiados os gastos do setor estatal, que se expande ao setor terciário, etc.⁴⁵

Em relação à classe operária e às classes médias, não se pode considerar que existe nesses casos uma situação de compromisso do mesmo tipo que existia com as classes oligárquicas. Isso porque, no que se refere às oligarquias, o compromisso se expressava através da manutenção de seu poder econômico, bem como através da participação nos mecanismos básicos do poder político, ainda que subordinada aos interesses hegemônicos do desenvolvimento industrial.

Segundo Lênin, “chama-se compromisso em política ao abandono de certas exigências, à *renúncia a uma parte das reivindicações próprias, em virtude de um acordo com outro partido*”. [Itálico nosso.]⁴⁶

Partindo desta definição precisa de Lênin, por parte da burguesia industrial de fato houve a “renúncia a uma parte das reivindicações próprias” em favor da oligarquia, na medida em que

45 No Brasil, por exemplo, a “política anticíclica” de proteção à cafeicultura adotada pelo governo Vargas é um dos casos mais expressivos desse processo na América Latina. Celso Furtado analisou muito bem os mecanismos de tal política em *Formação econômica do Brasil*.

46 V. I. Lênin, “Acerca de los compromissos”, *Obras escogidas*, tomo II, p. 235. [N.T.: Transcrito de acordo com a seguinte edição em português: “Sobre os compromissos”, *Obras Escolhidas*, tomo 2, Editora Avante, Lisboa, 1977, p. 155-159.]

aquela abdicou de muitos de seus interesses, com o objetivo de não questionar a fundo o poder oligárquico.

No entanto, ainda que, durante esse processo, a burguesia tenha feito uma série de concessões à classe operária e às classes médias, essas concessões não implicaram que a burguesia estivesse renunciando à parte de seus interesses em favor dessas classes.

Todas as conquistas do proletariado – como a criação de uma legislação do trabalho e, em especial, a legislação sindical, que lhe outorgava certas garantias sociais; o reconhecimento, pelo menos durante alguns períodos, da existência legal dos partidos que o representavam mais diretamente, como era, por exemplo, o caso do PC do Uruguai e do PC do Chile, que se manteve na legalidade até 1948 – representavam concessões dentro do jogo da política democrática burguesa e eram, nesses casos, condições necessárias dentro do processo de modernização que o desenvolvimento capitalista requer. Além disso, grande parte dessas concessões serviam para manter o controle do aparelho burguês sobre a classe operária. É possível dizer inclusive, e sem risco de exagero, que, se houve uma renúncia de interesses próprios, isso ocorreu por parte do proletariado, na medida em que amplos setores deste se deixaram conduzir diretamente pela liderança burguesa, como é o caso do “varguismo”.

A força da classe operária – que respaldou os governos populistas no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile – sempre foi utilizada para impulsionar o desenvolvimento burguês, dentro dos marcos da situação de compromisso entre os interesses dominantes. Talvez, uma das exceções tenha ocorrido em 1938 com a Frente Popular no Chile, com a qual participaram do governo partidos que representavam interesses da classe operária, como o Partido Socialista e o Partido Comunista, e participaram também setores da pequena burguesia e da classe média, mas tal participação foi limitada em termos de poder e tempo, e não pôde eludir as metas do desenvolvimento burguês.

As classes médias são significativamente favorecidas por essa “revolução burguesa”, porque muitos benefícios são a elas outorgados durante o processo de desenvolvimento engendrado pelos efeitos da própria dinâmica do capitalismo industrial.

Mas o compromisso com essas classes provém da marcha natural do desenvolvimento burguês, em cujo contexto as “concessões” – como, por exemplo, a criação de novos empregos no aparelho burocrático estatal – não são penosas para as classes dominantes.

Para o campesinato (com exceção do México) *efetivamente* não foi concedido praticamente nada. Neste caso, falar de uma situação de compromisso não tem sentido.

Tendo delimitado os matizes e níveis em que se deu a situação de compromisso, é necessário destacar a forma que isso assumiu no plano político. Neste plano sua expressão foi o *populismo*, ou seja, a concepção ideológico-doutrinária que consistia em apresentar os interesses burgueses industriais misturados com os interesses de toda a nação e de todo o povo, e identificá-los com um líder popular, como se fossem interesses supra-classes e, ao mesmo tempo, de todas as classes. E através desse ecletismo se conclamava à unidade nacional, isto é, a unidade de interesses para a realização da política de desenvolvimento capitalista nacional.

As figuras de seus líderes de maior destaque – como Vargas, Perón e Cárdenas – representavam a síntese das características mais destacadas dessa situação de compromisso que configurava o poder burguês-oligárquico: o paternalismo de origem oligárquica e o caráter modernizante da jovem burguesia industrialista. A bem dosada utilização desses ingredientes dava aos líderes populistas o carisma necessário para que, jogando com os traços conservadores e modernos – os primeiros ainda vigentes nas sociedades latino-americanas e os segundos em curso de desenvolvimento –, pudessem motivar as grandes massas, controlá-las e

utilizá-las como instrumento de realização da política de desenvolvimento capitalista.

No âmbito econômico essa situação se expressava fundamentalmente em uma política protecionista que buscava impulsionar a industrialização, levando a cabo, até onde era possível, uma política nacionalista e modernizante. O papel do Estado ia além daquele de benfeitor, sendo levado a atuar também como Estado empresário, ou seja, como Estado que chama para si não apenas as tarefas de “regulador da vida social”, mas também de promotor direto de todas as obras de infraestrutura indispensáveis para o desenvolvimento da empresa capitalista moderna. No âmbito econômico, porém, onde se manifesta de modo definitivo a preponderância da política burguesa-industrial, revelam-se também suas grandes limitações.

Por exemplo, em relação ao problema agrário: embora fosse importante desde o ponto de vista dos interesses gerais do desenvolvimento capitalista, a realização de uma reforma agrária que liquidasse o monopólio da terra pelas oligarquias latifundiárias e abrisse passagem para a expansão do mercado interno não se realizou na maioria dos países. Isso é lógico ao considerar a impossibilidade da burguesia industrial golpear definitivamente o sistema oligárquico.

No plano social, essa situação se expressou em múltiplas formas, que vão desde a renovação das próprias bases culturais da sociedade através da renovação das artes, do ensino, das concepções e métodos científicos, etc., até a reforma do sistema jurídico-institucional, através de novos códigos de direito, nos quais se confere uma nova situação às diversas classes e setores sociais. Toda essa situação expressava um complexo pacto social que beneficiava basicamente uma classe – a burguesia industrial –, mas que contava com a conivência das demais, seja pela impossibilidade histórica de se opor a esse processo – como no caso das oligarquias, por representar classes socialmente decadentes –, seja

pela ausência de uma consciência clara dos próprios interesses – como no caso do campesinato –, seja devido às limitações do proletariado e das classes médias, assinaladas anteriormente.

Falta, por fim, definir agora de onde provém o caráter nacional da burguesia industrial. É evidente que seu caráter nacional está dado dentro dos limites nos quais foi possível realizar o desenvolvimento do capitalismo dependente. E esses limites decorrem de sua intrínseca vinculação com o sistema capitalista mundial, do qual é parte em condição de dominada. Pois bem, todo o período em que se desenvolve um processo de “revolução burguesa” – que abarca desde o fim do século XIX até o término da Segunda Guerra Mundial – corresponde ainda à etapa de disputas entre os países capitalistas mais avançados pela nova partilha das áreas dominadas. É, portanto, um período no qual o imperialismo ainda não desenvolveu todas as características que o definem a partir do pós-guerra, ou seja, ainda não foram consolidadas plenamente as condições para a integração monopólica mundial sob a liderança da grande empresa multinacional. As condições para que isso se cumprisse somente se deram a partir do momento em que um país – no caso, os EUA – conseguiu tirar vantagem de forma inquestionável do processo de nova partilha mundial das áreas dominadas, através de sua participação decisiva na guerra de 1939 a 1945, do bloqueio do avanço do campo socialista e do estabelecimento do Plano Marshall de reconstrução europeia, afirmando-se assim como centro hegemônico do sistema imperialista⁴⁷.

A partir de então, como veremos mais adiante, as condições da dominação imperialista sobre os países dependentes mudam profundamente, e o próprio caráter do capitalismo dependente é redefinido de modo essencial. Quando isso ocorre nos países de tipo A, já tinha se cumprido toda uma etapa de transformações

⁴⁷ Ver Theotônio dos Santos, *Las consecuencias de la Segunda Guerra para la economía norteamericana*, CESO, 1969.

econômico-sociais – aqui caracterizada como uma “revolução burguesa” –, que deixará uma base industrial bastante desenvolvida, a partir da qual as empresas multinacionais poderão se expandir. No entanto, antes de que esse processo tivesse se completado, os setores do empresariado industrial tiveram, num período histórico relativamente curto, a oportunidade de se afirmarem como burguesia nacional. A explicitação precisa desse caráter em tal etapa é fundamental para que se possa entender como, a partir do pós-guerra, juntamente com a desnacionalização da propriedade dos meios de produção, verifica-se a desnacionalização da própria burguesia.

A burguesia industrial latino-americana se desenvolveu e atuou como uma classe dominante nacional, entendida esta como uma classe *cujos interesses fundamentais estavam vinculados a um projeto próprio de desenvolvimento da nação que foi levado a cabo durante toda uma etapa histórica*. Isso foi possível porque o período em que ela surgiu e se desenvolveu correspondeu a uma fase específica do desenvolvimento do capitalismo mundial que teve duas características distintivas:

a) Foi o período posterior à segunda Revolução Industrial (industrialização de máquinas para fazer máquinas), no qual os países desenvolvidos necessitaram de matérias-primas e produtos agrícolas em grande escala para levar adiante esse processo, e tais produtos podiam ser adquiridos nos países atrasados.

b) O período em que esses países desenvolvidos foram obrigados a disputar entre si, através de guerras, o controle sobre as matérias-primas e sobre os mercados dos países atrasados.

As implicações que tais características trouxeram para os países atrasados do tipo A foram de duas ordens:

1) A dominação imperialista, nessa época, dirigiu-se principalmente aos setores primários, deixando livre para os empreendedores nacionais a exploração da atividade industrial.

2) Os conflitos bélicos por uma nova partilha do mundo,

passando pela crise dos anos 1930, geraram condições para a dinamização da atividade industrial nesses países.

Por esses fatores, onde existiram condições para a expansão do mercado interno e onde a indústria pôde, paralelamente ao setor exportador, adquirir seu primeiro fôlego a partir da Primeira Guerra Mundial, a burguesia industrial conseguiu se afirmar como classe empreendedora capaz de se aproveitar das circunstâncias e de oferecer e impor à sociedade seu projeto de desenvolvimento nacional.

É na sua capacidade de propor um caminho próprio para a nação e de levá-lo a cabo durante um certo período que podemos encontrar seu caráter aqui denominado como nacional. E isso somente na medida em que também se deixa claro que tal capacidade não implicava uma supressão da dominação imperialista, mas sim uma coexistência com esta. Coexistência que, por outro lado, incorporava o imperialismo no amálgama de poder, respeitando sua ingerência no setor exportador, mas também mantendo o direito de decidir sobre a política industrial do país, inclusive quando esta viesse a enfrentar os interesses imperialistas, como no caso das tarifas protecionistas ou no caso das nacionalizações das fontes de energia, como, por exemplo, o petróleo.

Claro que esse enfrentamento não se deu da forma mais consequente, mesmo desde o estrito ponto de vista dos interesses burgueses. Mas, de qualquer forma, ainda nos limites dentro dos quais as burguesias nacionais puderam impor seus interesses, estes foram suficientemente amplos para levar o desenvolvimento do capitalismo dependente adiante, até que, a partir de 1945, a nova expansão do imperialismo conseguiu frustrar de modo definitivo essa hegemonia historicamente efêmera.

O novo caráter que a dependência assume a partir de então será discutido em capítulo posterior.

Antes de terminar esse capítulo, cabem alguns comentários críticos, no sentido de destacar as diferenças que separam a aná-

lise aqui desenvolvida de um tipo de enfoque que tem sido utilizado para o caso brasileiro, em especial por Francisco Weffort, sobre a situação de compromisso existente entre as várias classes sociais a partir dos anos 1930 e o papel que o Estado passou a ter em função dessa situação⁴⁸.

Do mesmo modo que a grande maioria dos analistas, Weffort não destaca o papel hegemônico que teve a burguesia industrial durante o período que se estende desde aproximadamente os anos 1930 até o início dos anos 1950, período em que se consolida a integração monopólica mundial.

Isso lhe impede de esclarecer a questão sobre quem controla fundamentalmente o poder estatal a partir da Revolução de 1930. A resposta de Weffort é que nenhuma classe detém a hegemonia do poder e sua explicação é que se forma um “Estado de massas”, porque são as massas populares urbanas a “única fonte de legitimidade possível do novo Estado brasileiro”.

Isso seria produto de “uma situação em que nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) detém com exclusividade o poder político. Esta circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado, entendido como um órgão (político) que tende a afastar-se dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano”. Mais adiante afirma:

[...] nenhum dos grupos econômicos dominantes pode oferecer uma base sólida para o Estado [...]. Firmando seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio estabelece o poder do Estado como instituição, e este começa a ser uma categoria decisiva na sociedade brasileira. Relativamente independente desta, através dos mecanismos de manipulação, passa a impor-se como instituição inclusive aos grupos economicamente dominantes. [Itálico nosso.]

48 Francisco Weffort, “Estado e massas no Brasil”, *Revista Civilização Brasileira*, nº 7, maio de 1966; publicado posteriormente em *Pensamento crítico*, Havana, Cuba. [N.T.: Todas as citações desse texto foram transcritas do original em português.]

Aqui se mesclam várias questões:

1º. É certo que no Brasil, no período aqui analisado, “nenhum dos grupos [...] detém com exclusividade o poder político”. Mas não é necessário que uma classe tenha “exclusividade do poder político” para que tenha a hegemonia do poder. Se fosse assim, seria até mesmo absurdo falar de hegemonia, pois a “exclusividade” implicaria a ausência de qualquer tipo de participação de outras classes no poder. Além disso, é muito difícil supor um domínio exclusivo de uma classe sobre o poder político. Este é, em geral, compartilhado entre as várias classes que compõem o sistema de dominação, e somente em circunstâncias históricas muito especiais é possível verificar o controle absoluto de uma classe sobre as demais.

2º. É certo que o Estado burguês oligárquico busca seu apoio nas massas populares urbanas. Em relação a isso, estamos plenamente de acordo. Ninguém pode duvidar que Getúlio (como Perón na Argentina) manipulou com maestria o apoio das “massas” populares urbanas, especialmente do proletariado.

3º. É também correto que o Estado é uma “categoria decisiva” (!) em qualquer sociedade moderna. Isso não define nenhuma especificidade do Estado brasileiro...

4º. Também não se questiona que o Estado tem uma autonomia relativa e que pode passar a “impor-se como instituição inclusive aos grupos economicamente dominantes”. Entretanto, no capitalismo isso se verifica sempre e quando os interesses específicos de grupos econômicos entram em contradição aguda com os interesses do sistema em seu conjunto. Por exemplo, uma política econômica determinada que seja concebida em função dos interesses da burguesia industrial enquanto classe pode ferir interesses particulares de alguns setores desta mesma classe. Mas nunca o Estado, enquanto instituição, pode se opor aos interesses do conjunto das *classes dominantes*.

O que de fato se questiona na análise de Weffort é que “nenhum dos grupos econômicos dominantes pode oferecer uma base sólida para o Estado”. O que se entende por “base sólida para o Estado”? Já foi apontado que nos anos 1930 o setor econômico fundamental das sociedades latino-americanas em geral era ainda o setor primário-exportador. É dele que provêm os principais recursos para a manutenção do aparelho estatal e é ele também que proporciona boa parte dos capitais para a indústria. No entanto, a política de desenvolvimento que se implementa é orientada em função dos interesses industriais. Que as massas respaldem governos que são expressões do poder oligárquico-burguês devido às concessões a elas outorgadas não justifica a caracterização desse Estado burguês-oligárquico, fundado na dominação dessas classes, como “Estado de massas”. Esta caracterização é equivocada e serve para confundir e encobrir o verdadeiro caráter da dominação no Brasil.

O Estado na sociedade burguesa é o instrumento de dominação das classes dominantes e nenhuma forma específica e particular que essa dominação assuma – seja através de governos populistas, socialdemocratas, trabalhistas, etc. – pode ocultar o fato de que os interesses fundamentais aos quais o Estado serve e representa são os dos proprietários dos meios de produção industrial.

Da razão pela qual em alguns países a industrialização começou apenas como produto da integração monopólica mundial (tipo B)

Todo o processo que buscamos caracterizar no capítulo anterior, tratando de compreender quais foram as condições que permitiram o desenvolvimento da industrialização, se restringe, conforme apontamos, a seis países, considerados do tipo A: México, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. Nos demais países, aqui considerados como tipo B, essas condições não se apresentaram naquele período, tendo surgido apenas – e com outras características – a partir da segunda metade da década de 1940. Trataremos, portanto, de centrar agora nosso esforço analítico no discernimento dos fatores fundamentais que obstaculizaram o surgimento e desenvolvimento de um processo de industrialização nesses países.

Da mesma forma como procedemos no estudo dos países do tipo A, acreditamos que o ponto de partida analítico-explicativo deve também surgir do processo de mudanças que ocorre nesses países a partir da segunda metade do século XIX, época em que se realiza a chamada segunda Revolução Industrial, para então buscar explicitar as especificidades fundamentais que distinguem e caracterizam os países definidos como do tipo B.

Ainda que esses países também estejam integrados de forma articulada aos mecanismos da dinâmica de desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial (como não poderia deixar de ser), tal integração se dá sob condições próprias, que estão dadas,

por sua vez, pelos componentes estruturais existentes no interior dessas sociedades e pela forma com que ocorre a transformação de suas estruturas econômico-sociais em função das mudanças verificadas nos países centrais do sistema mundial. Na segunda metade do século XIX e, mais fortemente, em suas últimas três décadas, em várias dessas sociedades também ocorre todo um processo de modernização do funcionamento do sistema econômico, como consequência das novas necessidades engendradas pelo aumento da demanda de seus produtos por parte dos grandes centros capitalistas. Este processo encontra múltiplas formas de expressão, tais como, por exemplo, através das reformas liberais, que tiveram lugar em vários países, com maior ou menor profundidade, e que, em todos os casos, expressava as necessidades de expansão do capitalismo comercial. O que ocorre em tais países nessa época serve de ilustração – por exemplo, no Equador, e também nos países centro-americanos. Conforme argumenta Edelberto Torres Rivas:

[...] os propósitos do ideário liberal não foram alcançados plenamente em nenhum país centro-americano, nos quais, como se verá, tal ideário se acomoda e dá frutos híbridos, se julgado em termos comparativos. Contudo, a modernização da estrutura econômica, social e política alcançada sob a hegemonia da oligarquia cafeeira *não teve paralelo em nenhum outro momento da história centro-americana*. É notável, inclusive, o fato de que as primeiras ferrovias e fábricas foram construídas na Guatemala com créditos públicos contratados internamente. [Itálico nosso.]⁴⁹

Esse processo de modernização na América Central, em que o eixo central é a economia cafeeira, alcança seu auge em El Salvador a partir de 1860, com a lei da extinção dos *ejidos** e o início

49 Edelberto Torres Rivas, *Proceso y estructuras de una sociedad dependiente*, PLA, Santiago do Chile, 1969, p. 51.

* N.T.: *Ejido* era a denominação, na estrutura colonial espanhola, de porções de terra de uso comunal localizadas nos arredores dos povoados. Com as

da partição em latifúndios; na Guatemala, a partir de 1871, com a Revolução Liberal, que expropria as terras da Igreja e as divide junto com terras do Estado, dos *ejidos* e de comunidades indígenas. Tal processo se deu em meio a disputas e enfrentamentos violentos (dos quais, na América Central, apenas a Costa Rica escapou, devido a condições muito especiais), que expressam “o declínio do setor *criollo* dos latifundiários e dos comerciantes – cujos interesses estavam estreitamente ligados aos da Igreja, vale dizer, da única velha aristocracia proprietária de terras da América Central”⁵⁰.

Por um lado, todo esse processo de modernização marcava a decadência de alguns grupos da velha classe dominante, enquanto, por outro lado, engendrava, através da revitalização do comércio exterior, o surgimento de outros novos grupos, como os comerciantes, intermediários e exportadores, fazendo com que o latifúndio novamente se expandisse e se fortalecesse, como consequência da nova concentração da propriedade da terra. Tal concentração brotou do fracasso das metas de parcelamento das reformas agrárias liberais. Desenvolveram-se assim as instituições de crédito, fortaleceu-se o capital bancário, formaram-se novas necessidades e paulatinamente foram sendo gerados os meios para satisfazê-las.

Na Guatemala, “a linha férrea interoceânica, que vai desde Puerto de San José no Pacífico a Puerto Barrios no Atlântico, foi construída, entre 1878 e 1890, com recursos nacionais em suas $\frac{3}{4}$ partes; em 1883 surge a primeira fábrica têxtil nacional em Candel, com um investimento de 600.000 pesos e 600 operários; em 1874 cria-se o primeiro Banco Nacional com o dinheiro produzido pela venda dos bens do Clero”⁵¹.

reformas agrárias na América Central – em particular no México –, os *ejidos* passam a ser uma forma institucionalizada de posse ou concessão da terra para uso coletivo.

50 *Ibid.*, p. 49.

51 Solórzano Fernández, *Historia de la evolución económica de Guatemala*, ci-

Como mera ilustração, tomamos aqui apenas alguns pontos dentre os diversos aspectos dos países centro-americanos – pois, conforme definimos desde o início, nossa pesquisa não se orienta a nenhum país em particular. De todo modo, acontecimentos dessa espécie não ocorreram apenas na América Central. Ocorrem também, com maior ou menor intensidade, ou através de formas mais ou menos semelhantes (salvo as especificidades), em vários países do tipo B. No Equador, a situação também é similar. Agustín Cueva⁵², ao tratar das consequências da expansão da agricultura de exportação, assinala que:

[...] na zona rural litorânea se desenvolveu uma economia muito mais dinâmica que na zona rural serrana, com características até então inéditas, como o pagamento de salários, os investimentos de capital e a produção generalizada para o mercado. E se expandiram tanto o comércio exterior como o interno, o que determinou a conformação de um importante setor financeiro. [...] Inclusive apareceram na região costeira, já nesse século, os primeiros traços de industrialização. [...] Dentro deste contexto ocorreram também outros fenômenos sociais, de grande transcendência para o devir do país. Começaram importantes movimentos internos da população, devido à atração do salário, que começava a ser pago no litoral; lançaram-se as bases para o futuro crescimento das cidades, com o rápido desenvolvimento do comércio.⁵³

Este processo culmina:

[...] com a Revolução Liberal de 1895, a qual, embora não tenha transformado substancialmente a infraestrutura econômica do país, constitui um verdadeiro marco histórico, na medida em que, ao transferir o controle do Estado para a burguesia agroexportadora, modificou significativamente as tradicionais relações de poder. [...] A Revolução Liberal, ao quebrar o predomínio político dos conservadores e do clero, implementando a educação laica, gratui-

tado por Edelberto Torres, *op. cit.*, p. 51.

52 Agustín Cueva, *El proceso de dominación política en el Ecuador*, mimeo.

53 *Ibid.*, p. 14.

ta e teoricamente universal, também forjou um contexto favorável para o desenvolvimento de certos grupos médios, que até então, e por si mesmos, pesavam muito pouco na vida nacional.⁵⁴

No entanto, em todos os países do tipo B esse processo se detém logo após ter sido iniciado. Poderosos fatores econômico-sociais se encarregam de desviar para outros caminhos suas tendências dinamizadoras. Cabe o questionamento sobre as razões disso. Por que, nesses países, tal processo de transformações modernizadoras não foi levado até suas últimas consequências e não gerou as condições – como se deram nos países do tipo A – para a expansão de um mercado interno que servisse de base para o desenvolvimento de um processo de industrialização nessa época?

Novamente é preciso ressaltar que o estudo para responder essa questão não foi feito ainda de forma exaustiva, embora tal problemática seja de grande importância, em particular para a compreensão do resultado do processo que permite configurar a situação atual das sociedades latino-americanas. Tampouco é nosso propósito fazer esse estudo, mas sim buscar, de modo geral, uma linha de interpretação orientadora neste sentido.

Edelberto Torres Rivas, ao analisar o caso de Honduras e Nicarágua, argumenta que:

[...] os efeitos da reforma liberal tiveram seus limites nas condições estabelecidas pela estrutura econômica e social hondurenha e nicaraguense: falta de integração social e ecológica, forças centrípetas do interior e de fora que estimulavam a dispersão, ausência de uma economia produtiva formada na colônia, debilidade dos grupos sociais.

A Nicarágua foi particularmente afetada, ao se converter em terreno de disputa dos imperialismos inglês e estadunidense, como consequência de sua excelente posição geográfica, favorável à construção de um canal interoceânico⁵⁵.

54 *Idem.*

55 Edelberto Torres Rivas, *op. cit.*, p. 57.

Honduras foi integrada ao mercado mundial, no final do século, com um produto de exportação controlado, quase desde o princípio, por estrangeiros.

Na verdade, os mecanismos econômicos estiveram nesse país desde o princípio alienados para o exterior. As três etapas pelas quais a economia hondurenha atravessou, na opinião de Marinos Otero, foram organizadas por – e beneficiaram os – empresários estrangeiros; estas três etapas claramente diferenciadas são: uma “era” dos metais ou, mais precisamente, da prata, sob o domínio espanhol; uma etapa do gado ou, concretamente, uma “era” do couro, até o término do século XIX; e a etapa da banana.⁵⁶

O controle exercido pelos empresários estrangeiros de forma *sistemática e intensiva* sobre os *setores de produtos-chave* dessas sociedades explica a razão pela qual o curso de sua história foi delimitado por uma tão aguda dependência em relação aos países mais desenvolvidos. Isso permite compreender por que nesses países não foi possível criar as condições que possibilitariam a formação de um mercado interno articulado e de um processo de industrialização.

Dessa maneira, o processo de modernização que se inicia, com mais dinamismo em alguns países que em outros (na América Central, por exemplo, é mais agudo na Guatemala, em El Salvador e na Costa Rica, que em Honduras e na Nicarágua; é também mais acentuado no Peru que no Equador ou na Venezuela), encontra seus limites, em todos os países do tipo B, na ganância desenfreada do imperialismo – que busca as matérias-primas e produtos agrícolas desses países – bem como na impossibilidade das classes dominantes nacionais levarem até as últimas consequências as transformações da estrutura econômico-social.

Esta impossibilidade se deve principalmente ao controle externo do setor primário-exportador e à forma que esse controle assume em tais países, através da qual não se permite que o setor

⁵⁶ *Ibid.*, p. 59. A obra mencionada de Marinos Otero é *Honduras*, Ed. Cultura Hispánica, Madri, 1963.

exportador se articule à economia nacional em seu conjunto – o que se dá apenas de forma muito limitada –, não sendo gerados, portanto, os estímulos e requisitos indispensáveis para a dinamização dos demais setores, tanto do secundário como do terciário.

Mesmo nos casos em que é possível encontrar no setor primário-exportador a presença de proprietários nacionais, como no caso da Bolívia, a associação com os consórcios estrangeiros se impõe devido à existência de um mercado mundial já estabelecido e controlado por tais consórcios. E, ainda que a capacidade individual de decisão do proprietário nacional seja grande, como no caso do célebre Simón I. Patiño na Bolívia⁵⁷, isso significa apenas um elemento isolado de interesses particulares, que, além de não representarem uma classe dominante nacional, necessariamente terminam por se orientar de acordo com os requisitos e pautas de funcionamento impostos pelo capitalismo mundial, não chegando a configurar uma situação na qual o processo produtivo seja orientado em função dos interesses do sistema de dominação nacional.

Em quase todos os países em que a penetração imperialista assumiu a forma específica de enclaves, as classes dominantes locais – tanto dos setores tradicionais como daqueles novos setores que se formaram a partir do processo de modernização antes mencionado – não exerciam um autêntico controle, ainda que, em alguns casos, mantivessem um controle relativo e limitado sobre alguns setores produtivos (setores agrícolas, por exemplo) ou sobre partes do processo produtivo.

Tal controle era muito relativo e limitado, pois se dava dentro de um contexto geral no qual os setores mais dinâmicos e fundamentais eram controlados direta ou indiretamente pelo capital estrangeiro.

⁵⁷ Sobre Simón I. Patiño, proprietário das minas de estanho na Bolívia, o livro de Sergio Almaraz Paz, *El poder y la caída*, Ed. Los Amigos del Libro, La Paz-Cochabamba, 1969, oferece interessantes elementos de análise.

Depreende-se disso que, em todos os casos nos quais a penetração imperialista se deu de forma extremamente intensiva na busca por recursos agrícolas ou minerais – como no caso dos enclaves –, seus efeitos foram esmagadores, no sentido de reduzir ao mínimo a capacidade de expansão de um controle efetivo e próprio por parte dos grupos dominantes internos da economia do país.

A característica fundamental de uma economia de enclave reside em que, seja por sua vinculação íntima com a metrópole, seja por sua própria forma de funcionamento, o enclave não provoca efeitos dinamizadores para a economia e a sociedade em seu conjunto, salvo em casos especiais, tais como, por exemplo, os enclaves no México. Isso porque os lucros gerados são canalizados diretamente para a metrópole, e a única parte que fica na sociedade dependente é aquela que se destina ao pagamento de impostos ao Estado. No entanto, sempre existiram formas de reduzir ao máximo a parte que cabe ao Estado, através, por exemplo, de descontos relativos às rendas geradas pelos enclaves. Esses recursos foram sempre orientados para favorecer o enclave, como no caso das ferrovias, das instalações portuárias, dos empréstimos para obras, etc.

Por outro lado, embora o enclave empregue mão de obra nacional, dando lugar a uma expansão do emprego e, portanto, do mercado, e ainda que este mercado esteja dentro do território nacional, na verdade acaba funcionando como uma prolongação direta do mercado do centro metropolitano. Isso ocorre pois os produtos consumidos pelos trabalhadores do enclave muitas vezes são trazidos diretamente da metrópole. Em alguns casos, houve uma combinação entre esse tipo de oferta de produtos e a forma de pagamento dos salários, por meio de vales ou fichas que obrigam o trabalhador a ter que satisfazer suas necessidades de consumo diretamente no armazém das empresas, sem ter sequer por um momento o próprio salário em suas mãos. Muitas ve-

zes, os produtos oferecidos no armazém eram produtos agrícolas nacionais e, nestes casos, o sistema de fichas funcionava apenas como forma de superexploração do trabalho, sem aumentar diretamente o mercado da metrópole.

Em todos aqueles países em que o enclave foi a principal forma de dominação imperialista, não se geraram, enquanto tal forma prevaleceu, as condições de funcionamento e expansão de um mercado nacional. E mesmo que existisse, este mercado não era capaz de funcionar completamente, sendo então muito limitado. A força de trabalho empregada no enclave encontrava a satisfação de suas necessidades básicas de consumo no armazém ou, de modo complementar, na economia de subsistência familiar⁵⁸.

Ainda que a presença do enclave possa provocar certa expansão de um processo de modernização – através da construção de ferrovias e portos ou da criação de novos serviços para atender fundamentalmente as necessidades dos setores burocráticos criados pelo enclave, etc. –, suas rendas são em geral capitalizados diretamente pelo próprio enclave, dado que este detém o controle de todos os setores conectados ao seu funcionamento. Essa modernização segue sendo muito limitada mesmo quando se estende para além dos setores que podem ser controlados pelo enclave – por exemplo, através das iniciativas estatais promovidas com os recursos obtidos pelo enclave na forma de impostos. Isso porque, ainda que se desenvolvam setores burocráticos, execute-se algumas obras públicas, ou intensifique-se o processo de urbanização, etc., isso ocorre em função de uma dinâmica cujo centro motor, não sendo nacional, não pode se expandir para muito além de onde já chegou. Assim, não se pode sequer falar da existência de setores complementares à economia de enclave – ao menos não como no caso dos países de tipo A, que têm setores complementares à economia exportadora –, no sentido de que esses setores

58 Ver Charles David Kepner Jr. e Jay Henry Soothill, *El imperio del banano*, 2 volumes, Imprenta Nacional de Cuba, 1961.

possam vir a se constituir em um potencial de expansão do mercado nacional, pois, dada sua estreiteza, não chegam a funcionar como estímulo para a criação de indústrias capazes de satisfazer suas demandas.

Nos grupos de maiores rendimentos – formados pelas classes dominantes locais (latifundiários, comerciantes, etc.), pelos setores assalariados da alta administração pública e do exército, ou ainda pelos profissionais liberais –, a demanda é atendida em grande medida pela importação, sendo apenas complementada por produtos nacionais agrícolas e, pontualmente, pela produção artesanal.

A acumulação de capital que se verifica nessa etapa histórica dos países dependentes de tipo B é basicamente o processo de acumulação metropolitano reproduzido no interior desses países, e que lhes é estranha em seus aspectos fundamentais.

A especificidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países do tipo B consiste no fato de se concentrar nos setores primários – como consequência da expansão industrial dos países metropolitanos –, mas de uma forma diferente dos casos dos países do tipo A anteriormente analisados. Nos países de tipo B, esse processo ocorre de modo praticamente isolado do conjunto da sociedade e, portanto, não se expande, isto é, não gera as condições para o desenvolvimento de um processo de industrialização no interior da economia nacional, mantendo modos de produção não capitalistas e coexistindo com os mesmos.

O processo de industrialização somente terá lugar muito mais tarde, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, conforme será discutido mais adiante.

Nesses países, portanto, jamais existiu uma classe que pudesse ser chamada de burguesia industrial nacional. Jamais houve uma burguesia industrial enquanto classe, ou seja, como um *conjunto de proprietários dos meios de produção industrial nacionais*.

As classes dominantes nesses países tiveram que se contentar com seu limitado papel de dominantes-dominados em maior grau que nos países do tipo A. Sua existência foi a condição da superexploração imperialista, no sentido de que funcionavam como os reprodutores imediatos do sistema de dominação – possibilitando sua atuação –, mas eram também um resultado das formas de funcionamento desse mesmo sistema.

É por tudo isso que nos países do tipo B não houve nada parecido a um arremedo de “revolução burguesa”. Esta, nos países do tipo A, foi impulsionada em grande medida pela expansão industrial do período entre 1914 e 1918 e dos primeiros anos da década de 1930. Mas nos países do tipo B, durante esses mesmos períodos, o que sucede é qualitativamente diferente. Não há estímulos para optar por alguma forma de desenvolvimento econômico, produzindo-se apenas estagnação e crise. Acontece que, conforme argumentamos antes, para que existisse um política de expansão industrial nesses períodos, teria sido imprescindível a existência de um processo anterior de industrialização em marcha. Nesses países, pelos elementos que apontamos, não se deram as condições para isso e, portanto, não existiam condições favoráveis para impulsionar uma dinâmica própria de expansão capitalista industrial. Os mecanismos de substituição de importações não são automáticos, e somente puderam se efetivar onde existiam as bases materiais e classes sociais capazes de implementá-los. Por isso insistimos que nos parece equivocado explicar a industrialização pela possibilidade em si mesma de adotar os mecanismos de substituição de importações, como fazem muitos dos teóricos do desenvolvimento latino-americano.

A ausência de condições favoráveis nesses países para o desenvolvimento de um processo de industrialização, bem como a situação de estagnação e crise na qual se viram imersos durante os períodos de crise internacional – períodos nos quais os países do tipo A conseguiram avançar no seu desenvolvimento –, expli-

cam o caráter qualitativamente diferente dos movimentos sociais nos países do tipo B, especialmente nos anos 1930. Nestes países, os movimentos sociais – que assumiram formas diversas, como os levantes camponeses na América Central (Sandino, por exemplo), ou como movimentos mais complexos e menos violentos, no caso do aprismo no Peru – não expressavam momentos de um processo de “revolução burguesa”, tal como os movimentos da mesma época nos países do tipo A. Expressavam, na verdade, a rebeldia do campesinato, da classe operária (portuários, ferroviários, eletricitários ou trabalhadores da construção civil) e de setores das classes médias assalariadas, que se negavam a ter os custos da crise jogados sobre suas costas.

Nos setores rurais – que, por certo, são os mais importantes nesses países – a crise se manifesta de forma ainda mais aguda, traduzindo-se em desemprego, redução dos salários e êxodo para as cidades, que, devido à situação de estagnação geral – expressa também na diminuição da receita fiscal – não têm condições de absorver a mão de obra que vem do campo. Essa situação aumenta enormemente o processo de marginalização de amplos setores nas cidades – afetando principalmente aqueles de origem camponesa – e faz com que a revolta, quando não se manifesta no campo (como ocorreu em vários casos da América Central), se deflagre nas cidades (como no Equador). Em todos os casos, a revolta se manifesta como forma de questionamento do sistema oligárquico-imperialista. A resposta a esses movimentos rebeldes por parte das classes dominantes foi o desencadeamento de uma política abertamente repressiva em todos os níveis: no plano econômico, através da contenção dos salários, do crédito, da redução de empregos, etc.; no plano político, através de governos ditatoriais e *de facto*; e no plano militar, através de uma repressão sistemática e brutal sobre o movimento popular e, inclusive, em casos extremos, como na Nicarágua, mediante a intervenção militar direta dos EUA. A dominação oligárquico-imperialista consegue se

impor sobre o conjunto das classes exploradas. Esta era sem dúvida uma fatalidade histórica, devido às limitações intrínsecas do movimento camponês nesses países e à precariedade numérica, orgânica e política do proletariado – que ainda não tinha, portanto, condições de liderar um processo verdadeiramente revolucionário e de oferecer aos dominados a alternativa de um sistema econômico-social novo, socialista. Devido à ausência de outra alternativa, por parte das classes médias e da pequena-burguesia, o questionamento do sistema de dominação oligárquico-imperialista tendia a se limitar ao ponto de vista do desenvolvimento de um capitalismo moderno e nacional, que, presumia-se, seria capaz de atender as aspirações dessas classes em ascensão social. Entretanto, tal capitalismo não tinha condições de florescer nessas sociedades dependentes, pois nelas não existia uma burguesia industrial que, em função de seus interesses objetivos, pudesse se dedicar a promover a expansão de um capitalismo moderno. Coube à pequena-burguesia, através dos profissionais liberais, estudantes, etc., levantar a bandeira de um desenvolvimento burguês. Esse processo se manifesta da maneira mais clara e sistemática no aprismo peruano, que teve uma enorme influência para além das fronteiras do Peru: embora em suas origens tenha havido uma inspiração socialista, tal inspiração foi muito tênue e efêmera, e seu horizonte ficou no anti-imperialismo capitalista, que a obra de Haya de la Torre tão bem expressava⁵⁹; de todo modo, na medida em que não tinha viabilidade histórica, esse anti-imperialismo capitalista marchava inexoravelmente para o fracasso do movimento que o defendia, chegando finalmente à negação das próprias consignas anti-imperialistas, tal como se deu no caso da APRA.

Todos os movimentos sociais que tiveram lugar nos países de tipo B no período aqui analisado sustentavam a reivindicação do desenvolvimento burguês, mesmo quando os interesses objetivos

59 Ver *El anti-imperialismo y el APRA* e outras obras de Haya de la Torre.

das classes que os promoviam não se orientassem nesse sentido. Isso ocorria tanto pela ausência de condições para apresentar uma alternativa socialista de forma consequente e com possibilidade de se impor, quanto devido ao grande peso da liderança pequeno-burguesa e das classes médias sobre esses movimentos, que, pelas limitações derivadas de sua própria situação de classe, não podiam, enquanto tais, orientar e ser a vanguarda efetiva de um processo de transformações tão profundas como aquelas que eram necessárias para poder levar a cabo o desenvolvimento desses países.

A liderança das classes médias e da pequena-burguesia sobre esses movimentos populares, que arrastavam setores operários e camponeses – o que em vários desses países muitas vezes se revelou efetivo –, mostrava-se ao mesmo tempo insuficiente, por não ter um programa real de desenvolvimento econômico e social que fosse alternativo e viável ao sistema oligárquico-burguês. As formas “populistas” assumidas muitas vezes por esses movimentos (APRA, MNR, etc.) se diferenciavam substancialmente das formas populistas desenvolvidas nos países do tipo A através de personagens como Vargas, Perón ou Cárdenas. Nos países do tipo B, o “populismo” não representava interesses burgueses claros e coerentes, e era no fundo um “populismo” defensivo, que buscava contrapor a nação ao império, afirmando-se mais pela negação do que por uma alternativa efetiva de desenvolvimento; ou um “populismo” oligárquico, manipulado pela oligarquia, para chantagear o imperialismo e conter o movimento popular.

Frente a essas debilidades gerais dos movimentos sociais que se levantaram nesses países, as oligarquias foram as ganhadoras. Conseguiram reprimir sistemática e violentamente os movimentos populares e, diante da inviabilidade das aspirações desenvolvimentistas das classes médias, mantiveram inalterado seu sistema de dominação. Os golpes de Estado tiveram um caráter constante na história de muitos desses países e, além disso, a existência dos

movimentos foi utilizada para chantagear o imperialismo e exigir dele maiores concessões ao Estado oligárquico. De fato, as oligarquias nesses países, em contraste com o que se deu nos países do tipo A, não perderam força no controle dos mecanismos de poder; pelo contrário, sua força aumentou. Isso se verifica, em primeiro lugar, através da liquidação ou neutralização dos movimentos populares e, em segundo lugar, devido a que, do ponto de vista dos interesses imperialistas nesses países, as oligarquias eram as únicas classes que tornavam possível o funcionamento e a continuidade da dominação imperialista.

Essas são as condições gerais que explicam a qualidade diferenciada das estruturas dependentes do tipo B. Tais condições perduraram até o final da Segunda Guerra Mundial, quando o caráter da dependência e da dominação começou a variar. Isso será objeto de análise do próximo capítulo.

Segunda
Parte

**As estruturas dependentes na fase
da integração monopólica mundial**

A integração monopólica mundial e suas consequências na América Latina

1. A Segunda Guerra Mundial e o surgimento do centro hegemônico

O fim da Segunda Guerra Mundial abriu uma nova etapa para a humanidade. A vitória dos países Aliados sobre os países do Eixo e a destruição do poderio nazista teve como consequência a divisão do mundo em dois blocos antagônicos: de um lado, o bloco socialista, liderado pela União Soviética, e, de outro, o bloco capitalista, sob a hegemonia dos Estados Unidos.

A hegemonia dos Estados Unidos sobre o bloco capitalista a partir de 1945 cria as últimas condições para a fase de integração monopólica mundial deste bloco.

Esse processo integrador do sistema capitalista no plano mundial já se gestava desde finais do século XIX, mas somente a partir do pós-guerra se tornou possível sua culminação e consolidação, fundamentalmente devido às consequências da guerra para o grande desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos. Sem nos estendermos na análise de tais consequências, e também sem analisar especificamente a economia estadunidense, convém lembrar, contudo, que a Segunda Guerra Mundial impulsionou o desenvolvimento de suas forças produtivas de forma talvez sem precedentes na história do capitalismo mundial, devido à dinâmica provocada pela demanda por produtos bélicos, além da grande recuperação e expansão do comércio mundial (para fins propriamente militares e de abastecimento), sem que os Estados

Unidos tivessem que sofrer os efeitos da guerra em seu próprio território⁶⁰.

As consequências fundamentais foram:

- a) A guerra permitiu concentrar nas mãos das grandes empresas e do governo estadunidense grande parte dos conhecimentos tecnológicos produzidos nesta época. A guerra permitiu não apenas que se abrisse novos campos de aplicação tecnológica – como a energia atômica, que passou a ser monopólio estadunidense –, mas também que se ampliasse as possibilidades de aplicação da tecnologia em setores já existentes, como as indústrias químicas e eletrônicas, que passaram a um novo ciclo produtivo.
- b) A guerra permitiu também uma forte concentração de cientistas nos Estados Unidos, criando a possibilidade de um amplo avanço da cultura científica e tecnológica, estimulada por uma política de acentuada extensão do ensino universitário e de ampliação da pesquisa aplicada nas grandes empresas.
- c) Tudo isso está diretamente relacionado com a aplicação direta dessa nova tecnologia na produção, que conduz a uma grande ampliação das unidades produtivas e que, por sua vez, está diretamente correlacionada com a concentração financeira e econômica ocorrida nas primeiras décadas do século XX nos Estados Unidos e que se acentuou excepcionalmente nesse período.
- d) Essas mudanças básicas nas forças produtivas elevaram os Estados Unidos a um novo patamar de produtividade, muito superior ao de seus aliados capitalistas. Os efeitos

60 Uma análise mais completa foi realizada por Theotônio dos Santos, *Importancia de la segunda guerra mundial para la economía norteamericana*, CESO, 1969.

desse processo sobre a organização do trabalho, sobre o sistema de propriedade capitalista, sobre a administração empresarial, sobre as técnicas de venda, de publicidade, etc., além dos efeitos culturais – que assumem formas particulares na sociedade americana, com tradições culturais muito recentemente constituídas, em uma população com as mais diversas origens –, todos esses fatores permitem que os Estados Unidos acumulem em suas mãos os elementos de domínio mundial.

Todos os fatos apontados revelam a inevitável situação de hegemonia mundial capitalista em que os Estados Unidos se colocaram no pós-guerra. Esta hegemonia em parte já estava respaldada pelos exércitos estadunidenses na Europa e na Ásia, devido à necessidade de realizar uma firme aliança com os países capitalistas aliados e vencidos contra a outra grande potência vencedora: a URSS⁶¹.

Foi baseado na hegemonia da superpotência estadunidense que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas “multinacionais” que se instalaram em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, através da criação de sistemas financeiros internacionais, ou através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares. Finalmente, esse processo se manifestou também mediante a grande expansão da cultura estadunidense em todo o bloco capitalista, impondo suas pautas em múltiplos níveis, que vão das normas preliminares de comportamento, às técnicas e metodologias científicas.

61 *Ibid.*

2. O novo caráter que a dependência assume na América Latina

As transformações ocorridas na estrutura do sistema de dominação dos países latino-americanos – que têm início nas três últimas décadas do século XIX (tratadas nos capítulos IV e V) e cujas consequências incidiram na forma como se configurou a América Latina nas quatro primeiras décadas do século XX – devem ser explicadas considerando as mudanças geradas no sistema capitalista dos países mais desenvolvidos, que determinam o curso do capitalismo mundial, do qual os países dependentes fazem parte.

É neste mesmo sentido que se deve compreender as transformações ocorridas nas estruturas econômicas e políticas do continente a partir do final dos anos 1940, ou seja, considerando tais transformações como consequências da nova fase de desenvolvimento e expansão do capitalismo em escala mundial em sua forma imperialista, expressa através do processo de integração monopólica.

Esse novo processo de expansão, cujas condições foram geradas pela guerra, alcançou todas as regiões de capitalismo dependente do mundo, sendo particularmente intenso na América Latina.

No período entre 1951 e 1955, a América Latina foi a região em que se verificou a maior entrada líquida de capitais, equivalente a 3,28 bilhões de dólares, que representam 30% do total mundial; entre 1956 e 1960, esta cifra subiu para 5,65 bilhões de dólares, superada apenas pela espetacular entrada de capitais no sudeste asiático, que alcançou 8 bilhões de dólares⁶². Esta etapa do imperialismo, que se consolida no pós-guerra, caracteriza-se não apenas pela nova expansão imperialista num mundo liderado pelos Estados Unidos, mas também, e fundamentalmente,

62 *Antecedentes cuantitativos referentes al desarrollo de América Latina*, ILPES, novembro de 1966, p. 384.

pela forma e orientação que tomará tal expansão. Neste sentido, o imperialismo, em sua corrida expansionista e integradora, não irá se orientar, a partir de então, somente para o domínio das fontes de matérias-primas e mercados, pois, já tendo assegurado um nível fundamental de controle sobre estas fontes, pode dirigir sua atuação para a busca dos investimentos que passam a ser mais vantajosos na atual fase: os investimentos nos setores manufaturados (isso será tema de discussão no próximo capítulo). E quais são as consequências desse novo processo de expansão imperialista para a América Latina?

As consequências essenciais foram analisadas e sistematizadas em vários trabalhos de autores que estudaram as mudanças ocorridas na América Latina a partir de 1945, período em que a dependência começa a adquirir um novo caráter⁶³.

63 Esses autores são, em especial, aqueles que trataram de superar o enfoque desenvolvimentista mediante um esforço crítico, com a tentativa, mais bem sucedida em alguns casos que em outros, de aplicação de uma metodologia marxista ao estudo do capitalismo dependente. Em geral, usaram uma vasta fundamentação empírica em suas análises, utilizando estatísticas oficiais, tanto latino-americanas como estadunidenses. Entre tais estudos, destacam-se: Theotônio dos Santos, *El nuevo carácter de la dependencia*, CESO, 1968, “Dependencia y cambio social”, em *Cuardenos de estudios socioeconómicos*, CESO, 1970, e *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano*, PLA, Santiago do Chile, 1969; Roberto Pizarro e Orlando Caputo, *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*, CESO, 1971, e *Desarrollismo y capital extranjero*, Ediciones de la Universidad Técnica del Estado, 1970; Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependencia y desarrollo en América Latina (ensayo de interpretación sociológica)*, Ed. Siglo XXI, 1969; Fernando Henrique Cardoso, “Empresarios industriales y desarrollo nacional en Brasil”, *Brasil hoy*, Ed. Siglo XXI, México D.F., 1968; Aníbal Quijano, “Naturaleza, situación y tendencias de la sociedad peruana contemporánea (un ensayo de interpretación)”, *Pensamiento crítico*, nº 16, Havana, maio de 1968, e “Dependencia, cambio social y urbanización en América Latina”, *Revista Mexicana de Sociología*, nº 3, 1968; Ruy Mauro Marini, *Subdesarrollo y revolución*, Ed. Siglo XXI, México D.F., 1969; Andre Gunder Frank, *Lumpenburguesía: lumpendesarrollo*, PLA, Santiago do Chile, 1970; Edelberto Torres Rivas, *Proceso y estructuras de una sociedad dependiente*, PLA, Santiago do Chile, 1969.

Este novo caráter é dado pela penetração sistemática do capital estrangeiro, em especial do capital estadunidense, no setor mais dinâmico das economias dos países dependentes, ou seja, o setor manufatureiro. Os efeitos que se produzem devido à intensificação da entrada de capitais são:

- a) O controle e domínio, por parte do capital estrangeiro, dos novos setores e ramos produtivos industriais, que desde então começam a se desenvolver.
- b) A intensificação da monopolização, concentração e centralização da economia, que se expressa através da instalação das grandes empresas e da absorção, por parte destas, de empresas nacionais, mediante compras, fusões, associações, etc.
- c) O processo de desnacionalização progressiva da propriedade privada dos meios de produção nos setores industriais até então controlados pelos produtores nacionais.
- d) A integração, cada vez mais articulada, dos interesses das empresas estrangeiras aos interesses das classes dominantes locais, o que se reflete nas políticas econômicas nacionais, além da integração das políticas externas dos países dependentes à política dos Estados Unidos para a América Latina, acompanhada também de uma integração no âmbito militar.

Como consequência de todos esses elementos, ocorrem mudanças qualitativas no sentido e na orientação das formas de funcionamento e de dominação interna dos sistemas capitalistas dependentes latino-americanos. Essas mudanças se expressam fundamentalmente no abandono realista, por parte das classes dominantes, dos projetos reformistas de desenvolvimento nacional autônomo, cujas implicações estão diretamente relacionadas à decadência dos métodos populistas usuais de manipulação e controle das massas proletárias e pequeno-burguesas, e, em contrapartida, na adoção de medidas cada vez mais “interdependen-

tes” em relação ao centro hegemônico, tanto no plano econômico quanto no político e militar. Tudo isso se manifestou na criação de uma série de facilidades para a penetração do capital estrangeiro; na aplicação, em grande parte dos países, das orientações preconizadas pelos Estados Unidos através do Fundo Monetário Internacional (FMI) para “ordenar” a vida econômica; nas tentativas de “reformas” defendidas pela Aliança para o Progresso, que buscavam a ampliação do mercado para os consórcios multinacionais e a contenção do descontentamento social em algumas áreas determinadas; no alinhamento, através da Organização dos Estados Americanos (OEA), à política externa estadunidense, para impedir as tentativas de autodeterminação e de oposição à grande potência – alcançadas no caso de Cuba –, bem como facilitar a manipulação e implementação da política imperialista em escala continental. Finalmente, isso também se expressa nos diversos acordos de ajuda, cooperação e assistência policial e militar, com o objetivo de preparar a polícia e as forças armadas para exercerem de forma eficiente a repressão contra as tentativas de subverter a ordem.

Mas as mudanças qualitativas na sociedade não se manifestam somente no âmbito da política das classes dominantes, de modo que também encontram sua réplica na política das classes dominadas. É assim que, frente à paulatina integração das classes dominantes ao imperialismo, produz-se a ruptura dos esquemas nacionalistas e de “concessões” para as classes populares, que as burguesias latino-americanas preconizavam e, até certo ponto, realizavam. Por isso mesmo, o movimento popular tende a se radicalizar e a levantar reivindicações que chegam a ser insuportáveis nos marcos da legalidade burguesa do capitalismo dependente. A resposta frente à situação de caos político – situação esta que foi agravada pelas crises econômicas vividas no início dos anos 1960 e pela impossibilidade do sistema promover uma política que correspondesse às aspirações mais elementares das grandes

massas – determina, a partir dos anos 1963 e 1964, na grande maioria dos países, o fim da legalidade e a adoção de medidas cada vez mais repressivas, que são instrumentalizadas através dos golpes militares⁶⁴.

3. A necessidade da análise tipológica da nova dependência

Até aqui enumeramos, em termos gerais, as consequências mais relevantes do processo de integração monopólica mundial na América Latina.

Partindo dessa visão de conjunto, e considerando a análise tipológica apresentada nos capítulos III, IV e V, o que agora nos interessa, e tentaremos fazer, é tratar de determinar o caráter específico das mudanças qualitativas nos países do tipo A e do tipo B, ou seja, determinar quais são as novas diferenciações fundamentais que se produzem na nova fase do imperialismo entre os tipos de estruturas dependentes, cujo processo de desenvolvimento histórico variou substancialmente.

A orientação comparativa da análise entre os dois tipos se justifica pelo fato de que, apesar das diferenças, a América Latina constitui uma unidade – no plano cultural, pela sua comum herança do período colonial; nos planos econômico e político, por ser região de atuação do imperialismo; pelas suas possibilidades integradoras; e, finalmente, em função de suas perspectivas libertadoras e revolucionárias. Contudo, a condição para entender a América Latina como uma unidade surge da determinação, com maior clareza possível, de suas diferenças internas.

Até o momento, porém, os esforços de analisar a fase histórica que se inaugura com o novo caráter da dependência em geral não se orientaram no sentido de precisar as diferenças entre os

64 Uma análise do contexto geral no qual se desenvolveu essa política repressiva nos anos 1960 se encontra em nosso artigo “Diez años de insurrección en América Latina”, publicado em antologia homônima, PLA, Santiago do Chile, 1971.

tipos de estruturas dependentes. A maior parte desses esforços se dirige ao estudo de um país ou de um grupo de países e, mesmo nos casos em que se busca fazer generalizações para o subcontinente em seu conjunto, tais generalizações acabam tomando a situação dos países mais desenvolvidos como modelo⁶⁵. Consideramos que esse procedimento é válido e importante, na medida em que “o país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão somente a imagem do próprio futuro”⁶⁶. Ou seja, ao supor a sobrevivência do capitalismo dependente latino-americano por um período mais ou menos longo, é correto tomar como modelo os países nos quais esse sistema se encontra mais desenvolvido, tendo em conta – como assinala Marx, ao utilizar a Inglaterra como modelo para a Alemanha – a reprodução “dessas leis mesmo, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea”. [Itálico no original.]⁶⁷

Contudo, apesar de toda a relevância desse procedimento, o mesmo não dispensa a necessidade de tentar determinar com maior precisão as diferenças existentes entre as estruturas mais ou menos desenvolvidas do capitalismo dependente. É necessário compreendê-las com a maior objetividade possível, visando

65 Este é o caso, por exemplo, dos trabalhos de Theotônio dos Santos, *El nuevo carácter de la dependencia* e *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano*, e igualmente do livro de Ruy Mauro Marini, *Subdesarrollo y revolución*, nos quais o caso brasileiro, no primeiro autor, e também argentino e mexicano, no segundo, são tomados como modelos de análise do capitalismo dependente. É possível dizer que Andre Gunder Frank, em seu livro *Lumpenbuesia: lumpendesarrollo*, também trabalha fundamentalmente com o caso dos cinco países mais desenvolvidos, ainda que faça alguma referência à situação dos países centro-americanos, ou do Peru e da Venezuela, mas sua análise não chega a definir distintas situações estruturais de dependência.

66 Karl Marx, *El Capital*, “Prefácio à primeira edição alemã”, EDAF, Madri, 1970, p. 2. [N.T.: Transcrito aqui a partir da seguinte edição brasileira, com tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Karl Marx, *O Capital*, Livro I, Vol. I, Nova Cultural, São Paulo, 1985, p. 12.]

67 *Idem*.

discernir quais são as condições e requisitos indispensáveis para que se realizem essas leis e tendências gerais do desenvolvimento dependente, não apenas em alguns países, mas no conjunto dos países latino-americanos.

Como se buscará mostrar no curso deste trabalho, o elemento específico das estruturas dependentes do tipo B – produto de condições históricas particulares, por sua vez determinadas fundamentalmente pela forma com que se deu a articulação entre os interesses dos países capitalistas desenvolvidos e essas economias nacionais – provoca modificações de várias das tendências vigentes, muitos mais viáveis nos países do tipo A.

Convém aqui recorrer novamente ao argumento de Marx, neste caso sobre as condições necessárias para que a Rússia se transformasse “num nação capitalista, à maneira das nações da Europa Ocidental”.

Marx vislumbrava a possibilidade de que a Rússia pudesse se livrar das fatais vicissitudes desse regime, sem realizar suas tendências e frustrando suas leis, o que levaria a resultados totalmente diferentes. As citações seguintes ilustram como Marx considerava a possibilidade histórica de que não se cumprisse determinadas leis e tendências*:

No posfácio à segunda edição alemã de *O Capital* – que o autor do artigo sobre o Sr. Jukovski conhece, pois a cita⁶⁸ – falo de um “grande sábio e crítico russo” com a elevada consideração que ele

* N.T.: A seguinte citação (bem como a citação sobre a Rússia no parágrafo anterior) foi transcrita conforme a edição em português da carta de Karl Marx, “À Redação de ‘Otietchestvienniie Zapiski’”, em Rubem César Fernandes (org. intro. e notas), *Dilemas do marxismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982, p. 166-167.

68 Marx se refere a N. K. Mikhailovski, autor do artigo “Carlos Marx juzgado por el señor Shukovski”. [N.T.: Em português, parte deste artigo de Mikhailovski – “Karl Marx sob o julgamento de I. Jukovski” – pode ser encontrado sob o título de “O dilema do marxista russo”, também em Rubem César Fernandes, *op. cit.*, p. 159-164.]

merece*. Ele abordou, em artigos notáveis, a questão de saber se a Rússia deve começar por destruir, como pretendem seus economistas liberais, a comuna rural para passar ao regime capitalista ou se, pelo contrário, *ela pode, sem experimentar as torturas deste regime, apropriar-se de todos os seus frutos, desenvolvendo suas próprias condições históricas*. Ele opta por esta última solução. E meu honorável crítico teria pelo menos tanta razão para inferir de minha consideração por esse “grande sábio e crítico russo” que eu compartilhava de suas opiniões sobre esta questão. [...] se a Rússia continuar marchando pelo caminho seguido desde 1861, *ela perderá a mais bela oportunidade que a História jamais ofereceu a um povo e experimentará todas as peripécias fatais do regime capitalista*. [...] Agora, que aplicação à Rússia meu crítico poderia fazer deste esboço histórico? Apenas esta: se a Rússia tende a transformar-se numa nação capitalista, à maneira das nações da Europa Ocidental – e nos últimos anos ela tem-se dado muito mal nesse sentido – não o conseguirá sem antes transformar uma boa parte de seus camponeses em proletários; e então, *uma vez introduzida no seio do regime capitalista, ela experimentará suas leis impiedosas*, como ocorreu com outros povos profanos.* Isto é tudo. Mas não o é para meu crítico. Ele se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica da marcha geral fatalmente imposta a todos os povos, sejam quais forem as circunstâncias históricas em que se encontrem, para chegar, finalmente, a esta formação econômica que assegure, juntamente com o maior impulso das forças produtivas do trabalho social, o mais completo desenvolvimento do homem. Mas ele que me perdoe: isso, ao mesmo tempo, muito me honra e muito me envergonha. [Itálico nosso.]⁶⁹

Portanto, na sequência tentaremos analisar as mudanças ocorridas a partir dessa nova fase de integração monopólica

* N.T.: Nota da edição transcrita: “Trata-se de N. G. Tchernichevski”.

* N.T.: Nota da edição transcrita: “‘Outros povos profanos’, alusão irônica à expressão ‘Santa Rússia’, consagrada pelos filo-eslavos e atribuída por Marx aos entusiastas do socialismo russo, como A. Herzen”.

69 Carta de Marx à redação da revista russa *Otietchestvennie Sapiski (Hojas Patrióticas)*, em *El Capital*, Tomo I, Apêndice, Fondo de Cultura Económica, p. 710-711.

mundial no processo de reprodução dependente dos países do tipo A e do tipo B, buscando ressaltar os elementos distintivos mais relevantes em cada tipo, com o objetivo de delimitar as possibilidades históricas de se cumprirem ou não os requisitos indispensáveis para a continuidade do capitalismo na América Latina.

As condições que possibilitam a
industrialização sob o domínio do capitalismo
monopolista integrado nos países do tipo A

1. A desnacionalização provocada pela penetração do capital estrangeiro nos setores-chave da economia

No capítulo IV foram apresentadas as características do processo de industrialização nos países do tipo A e buscou-se delimitar os marcos dentro dos quais foi possível o surgimento e afirmação de uma burguesia nacional vinculada a tal processo. No entanto, o projeto capitalista de desenvolvimento que esta burguesia industrial nacional tentou impor – com relativo êxito, apesar de todas as limitações – começa a fracassar em todos seus aspectos a partir da nova fase de expansão imperialista. Progressivamente, o capital estrangeiro penetra no setor manufatureiro, abrindo e dominando os novos setores produtivos, além de, em muitos casos, expulsar os empresários nacionais do controle dos setores produtivos tradicionais em funcionamento, deixando a tais empresários a alternativa da falência, dada a impossibilidade de concorrer com o capital estrangeiro, ou da integração, neste caso como sócio menor.

As possibilidades do capital privado nacional continuar operando com êxito empresarial de forma autônoma se reduzem, e somente existem em casos especiais, nos quais a concorrência estrangeira não se faz presente.

É assim que, a partir dos anos 1950, a história das burguesias nacionais latino-americanas, naqueles países em que puderam

existir, é a história de sua integração ao imperialismo, de sua submissão enquanto classe ao imperialismo, do abandono de suas ambições nacionalistas e autonomistas e do fim dos seus projetos próprios.

São muitos os fatores que determinaram a viragem dos investimentos imperialistas, que se intensificaram a partir do final da década de 1950, e, em particular, dos investimentos estadunidenses para os países capitalistas dependentes latino-americanos.

No nível de interesses de expansão do centro hegemônico, o controle e domínio sobre o processo de industrialização dos países dependentes se explicam fundamentalmente por duas ordens de fatores: por um lado, os fatores que tornam imperiosa a saída de capitais para o exterior e, por outro, aqueles que atraem esses capitais para os países dependentes. Dentre tais fatores, os mais relevantes são:

1º. O grande desenvolvimento das forças produtivas no interior do centro hegemônico, que, ao gerar um excedente econômico crescente, engendra a necessidade de abertura de novos mercados, em que as grandes empresas possam operar. Estes mercados são extremamente importantes, em especial para a absorção de máquinas e equipamentos obsoletos, que necessitam ser substituídos periodicamente, devido ao processo mais ou menos intenso de renovação tecnológica ao qual as grandes empresas estão submetidas.

2º. A resistência das burguesias nacionais frente à concorrência estrangeira através dos produtos das indústrias domésticas – resistência esta que se expressa em medidas protecionistas, como, por exemplo, as barreiras cambiais, e se transforma em grande estímulo para a instalação de indústrias estrangeiras no interior das economias nacionais. Isso se verifica pois, por um lado, as barreiras tarifárias são altas para os bens de consumo, mas não para máquinas, que chegam a ter consideráveis isenções; por outro lado, as máquinas utilizadas para a instalação de filiais nos

países dependentes são, em geral, já tecnicamente superadas nos países capitalistas desenvolvidos. Esses fatores se combinam para favorecer a expansão do centro hegemônico: as empresas estrangeiras instalam filiais nos países dependentes e, ao mesmo tempo, resolvem o problema da renovação tecnológica das matrizes.

Além disso, é necessário ressaltar que o protecionismo para os produtos elaborados internamente possibilita a fixação de preços altos, o que gera maiores taxas de lucro.

3°. A existência de um vasto contingente de mão de obra barata, que proporciona a obtenção de altos níveis na taxa de mais-valia.

4°. A disponibilidade de divisas nos países dependentes, geradas pelo setor primário-exportador, que serão adquiridas com os rendimentos das indústrias estrangeiras ao repatriar seus lucros.

5°. A existência, nos países dependentes, de uma infraestrutura de recursos materiais e humanos que possibilite as empresas estrangeiras operarem partindo de um nível já dado de desenvolvimento, com base no qual o novo processo de acumulação de capitais pode ocorrer com maior intensidade. Isso está relacionado à existência prévia do funcionamento de uma série de fatores de articulação do mercado nacional, tais como um relativo desenvolvimento dos meios de comunicação (estradas, portos, aeroportos, vias telefônicas, etc.), uma área produtiva de insumos fundamentais (centrais hidro e termoelétricas, siderurgia, petróleo), além da existência de uma mão de obra com relativa preparação técnica e uma disponibilidade limitada, embora significativa, de quadros profissionais, técnicos e científicos. O mais importante, porém, é a existência de um mercado nacional já conformado e, mais ainda, com possibilidades de expansão. Junto a isso, há também a grande abundância de recursos naturais, bem como a disponibilidade de matérias-primas necessárias para a produção industrial.

6°. Finalmente, há uma série de fatores de natureza política, que se apresentam nesses países aproximadamente a partir da metade da década de 1950, quando começam a se romper os utópicos esquemas nacionalistas das burguesias latino-americanas. Esses fatores, por sua vez, têm relação com:

- a) os novos estímulos criados para os investimentos estrangeiros, através da supressão de barreiras fiscais, tais como incentivos tributários, alfandegários, cambiais, etc.;
- b) a criação de uma série de facilidades para a remessa de lucros sob diversas formas, que são regulamentadas de modo “liberal”, para facilitar o envio de rendimentos: proventos, depreciação, royalties, sobrepreço de insumos importados, etc.;
- c) a adoção de esquemas de políticas econômicas estabilizadoras, preconizados pelo Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de criar as condições para manter uma estabilidade monetária mínima, que assegure um nível mais alto de acumulação e estimule a concentração e centralização de capitais;
- d) e, por último, como consequência dos pontos anteriores, a implementação de uma política repressiva, voltada especialmente contra o movimento operário, para assegurar um alto nível da taxa de mais-valia.

Todos esses fatores conduziam a economia dos países dependentes a um terreno bastante propício para a ampla e desenfreada atuação do imperialismo.

É necessário, contudo, aprofundar a análise, focando nas condições que, dentro do funcionamento estrutural do capitalismo dependente, exigiam a penetração e domínio do capital estrangeiro no setor industrial.

2. As condições que permitem a penetração do capital estrangeiro na indústria

Destacamos os principais fatores que, do ponto de vista dos interesses do centro hegemônico, impulsionam a necessária expansão de seu domínio sobre os países dependentes, e ressaltamos também os elementos existentes nestes países que tornam esse domínio atrativo e o possibilitam.

No entanto, é importante destacar as condições estruturais que, limitando a continuidade do desenvolvimento capitalista sob controle nacional nos países dependentes, levam necessariamente à abertura dessas economias para a penetração do capital estrangeiro.

Claro está que, sendo a economia mundial capitalista uma unidade histórica composta de países imperialistas e dependentes, somente no nível teórico é possível fazer a distinção entre os fatores que determinam e condicionam a penetração do capital estrangeiro do ponto de vista do centro hegemônico ou da perspectiva dos países dependentes. Analiticamente esta diferenciação é válida e necessária, para então ser possível explicar com maior profundidade as novas características do sistema de dominação. Contudo, é necessário ter presente que, na prática concreta, tais elementos condicionantes se encontram intimamente relacionados, e a análise teórica, mesmo que procure diferenciá-los, deve refletir essa estreita vinculação.

As condições que permitem a penetração do capital estrangeiro na indústria são de natureza variada.

Em primeiro lugar, há uma condição fundamental que deriva do fato de que, sendo o capitalismo um sistema essencialmente internacional – característica que se tornou ainda mais intensa na atual fase de integração monopólica mundial –, não é viável conceber, nem histórica nem teoricamente, a promoção do desenvolvimento na esfera nacional, de forma alheia ao desenvolvimento desse sistema em escala mundial.

Isso se deve ao fato de que, na medida em que o processo de industrialização nos países dependentes ocorre numa etapa em que a industrialização já atingiu, em outros países, altos níveis de desenvolvimento, tal processo não pode seguir um curso natural, gradual e paulatino de desenvolvimento das forças produtivas em escala nacional, prescindindo das tecnologias mais avançadas já existentes em outros países.

Disso decorre a seguinte condição, que aqui se considera em *segundo lugar*: *a penetração do capital estrangeiro é uma consequência da dependência que a industrialização apresenta da importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas elaboradas e/ou semielaboradas pelos países capitalistas desenvolvidos.*

A industrialização nos países dependentes que estamos analisando (tipo A) foi realizada em grande medida mediante a acumulação de capitais provenientes fundamentalmente de divisas geradas pelo setor primário-exportador – cujos mecanismos vimos no capítulo IV –, com os quais eram obtidos os bens de produção no exterior.

Para compreender o processo de reprodução dependente, é necessário, portanto, partir desse elemento, que caracteriza sua especificidade, ou seja, o fato de que a acumulação somente pôde se realizar na medida em que as necessidades de maquinário e matérias-primas para produzir os produtos do departamento II (bens de consumo) fossem satisfeitas pelo departamento I (bens de capital) das economias em que este departamento já estivesse desenvolvido.

É essa estreita vinculação e dependência da industrialização dos países dependentes em relação à indústria dos países capitalistas desenvolvidos que define seu caráter limitado, vulnerável, e por isso mesmo torna essa industrialização permeável à penetração do capital estrangeiro.

Essa dependência existe não apenas desde as origens do processo de industrialização, como se torna cada vez mais ne-

cessária e profunda na medida em que esse processo avança e se inicia a produção, além dos bens de consumo não-duráveis, dos bens de consumo duráveis e intermediários, entrando posteriormente na primeira fase de implementação da indústria de bens de produção. Em cada um desses momentos, a necessidade de importação de maquinário se torna imprescindível para a manutenção e continuidade do funcionamento e expansão do parque industrial. Tal dependência somente será dispensável, do ponto de vista econômico, a partir do momento em que as indústrias pesadas instaladas nesses países passem a ser capazes de satisfazer parte substancial da demanda interna por máquinas pesadas, dado o já alto nível de elaboração de tecnologia industrial nacional. Isso supõe uma economia industrial relativamente madura, cujo processo de reprodução dependente é então profundamente alterado: o setor externo, ou seja, o departamento II dos países desenvolvidos, deixa de ser um componente essencial do funcionamento do processo industrial, passando assim a configurar um processo interno de reprodução ampliada. Mas nenhum dos países capitalistas dependentes que analisamos chegou a essa situação, a ponto de superar o caráter dependente do processo de reprodução. O estudo das razões disso será feito mais adiante, pois nosso objetivo no momento consiste apenas em apresentar os demais fatores que possibilitam a penetração do capital estrangeiro na indústria.

Com base no que até aqui foi colocado, fica patente a necessidade do entrelaçamento e complementariedade entre os setores industriais dos países desenvolvidos e dos países dependentes, como condição *sine qua non* para o desenvolvimento capitalista de ambos, embora nosso objeto consista em analisar este processo a partir da perspectiva do capitalismo dependente.

Nas primeiras etapas do processo de industrialização desses países latino-americanos – completada até os anos 1940 –, a exigência de entrelaçamento e complementariedade é satisfeita, na

maioria dos casos, mediante operações comerciais de compra de mercadorias-maquinário, utilizando divisas obtidas pela venda de produtos do setor primário. Isso ocorre pois é impossível que os países capitalistas desenvolvidos vendam seus produtos – que rivalizam com os produtos industriais nacionais –, uma vez que existe uma série de medidas protecionistas que reservam os mercados internos aos produtos nacionais, além do fato de que, até os anos 1940, não estavam criadas as condições para que os capitais estrangeiros pudessem investir direta e intensamente no setor manufatureiro dos países dependentes – o que se deu apenas em casos especiais e de forma limitada.

Portanto, as relações comerciais, tal como se desenvolvem, são benéficas para ambos os lados: permitem aos países dependentes a instalação inicial de seu parque industrial; aos países desenvolvidos, permitem o crescimento do mercado para o departamento I, o aumento de divisas disponíveis e o processo de renovação tecnológica, na medida em que exportam as máquinas obsoletas.

A partir do pós-guerra, porém, quando já estão consolidados os fatores que possibilitam e tornam imperiosa a nova expansão em termos de integração monopólica dos mercados sob o controle direto das grandes empresas estrangeiras, já não interessa a estas empresas a mera venda de suas mercadorias-maquinário, mas sim sua conversão em capital-maquinário. Em vez de exportá-las como mercadoria, exporta-as como capital, ou seja, a relação já não é de compra e venda, mas de investimento estrangeiro. São vários os procedimentos utilizados para que essa mudança se concretize: vão da instalação direta de filiais, passando pela aquisição majoritária das ações de uma empresa através da inserção de máquinas, até os convênios firmados, seja com capital privado ou do Estado, para a exploração e abertura de novos setores e ramos produtivos. É o domínio sobre as etapas mais avançadas do processo tecnológico que permite o capital estrangeiro impor

suas condições de atuação sobre os países dependentes, sem que estes tenham a menor possibilidade de reagir frente às pressões do capital estrangeiro para penetrar nas economias dependentes – o que não exclui, porém, a utilização de várias formas políticas de chantagem ao imperialismo por parte das burguesias locais, através das quais estas conseguem certas concessões, o que será discutido mais adiante.

Em terceiro lugar, a penetração do capital estrangeiro no setor manufatureiro provém do fato de que, *na medida em que as grandes empresas estrangeiras detêm o controle das novas tecnologias – através da propriedade das patentes –, elas podem impor os termos de sua utilização nos países dependentes.* Assim, as empresas estrangeiras podem definir, em última instância, a forma na qual os avanços alcançados na grande indústria devem ser utilizados nos países dependentes, sob a imposição de seu domínio e em função dos interesses de lucro. Isso ocorre pois, no nível do capitalismo dependente, para que as novas etapas do processo de industrialização possam se cumprir – por exemplo, a produção de bens de consumo duráveis –, é necessária a utilização de tecnologias monopolizadas pelos países capitalistas desenvolvidos. Existem, portanto, duas situações diferentes de dependência. A primeira se expressa pelo fato de que, enquanto essas tecnologias não estejam ao alcance nacional, a demanda interna por produtos mais complexos – por exemplo, automóveis, eletrodomésticos, etc. – é atendida pela produção externa; seus preços são altos e se destinam a uma fração reduzida do mercado, já que os preços internos são iguais aos preços externos, mais a carga de tarifas alfandegárias. Isso tende a tornar mais vantajosa e a facilitar a instalação de filiais das empresas estrangeiras nas economias dependentes, gerando assim uma nova situação de dependência. Isso ocorre porque:

- a) a tecnologia é, além de cara, complexa e não está ao alcance dos empresários nacionais;

- b) sua utilização nas economias nacionais permite um grande barateamento dos preços, em função do maior nível de produtividade e das economias de escala;
- c) uma vez instaladas as empresas em territórios nacionais, seus produtos são protegidos da concorrência de outras empresas estrangeiras através do mecanismo das barreiras protecionistas. As barreiras protecionistas que foram originalmente criadas para defender os interesses das indústrias nacionais se voltam a favor dos interesses das filiais estrangeiras dentro da economia dependente e, mais ainda, frustram as possibilidades de desenvolvimento industrial autônomo, já que aos empresários nacionais não são dadas as condições de disputar o domínio do mercado interno com as empresas estrangeiras.

Disso se deriva outra condição para a penetração do capital estrangeiro, que assinalamos em *quarto lugar: as melhores condições de concorrência para as empresas estrangeiras*, resultantes do enorme desenvolvimento das forças produtivas na fase de integração monopólica, que lhes garantem custos de produção incomparavelmente mais baixos que os das empresas nacionais dos países dependentes. Isso se deve à aplicação de novas tecnologias, que, aumentando a taxa de mais-valia relativa, permitem que as empresas estrangeiras alcancem altos níveis de acumulação, ao mesmo tempo que também permitem que estas empresas, se necessário, fixem os preços em níveis relativamente inferiores àquelas das empresas rivais e, portanto, implementem uma política de conquista dos mercados apoiada no processo de monopolização, concentração e centralização.

Dado que, como é óbvio, a tecnologia moderna poupa mão de obra, sua utilização conduz à tendência da limitação do mercado, o que gera a necessidade de intensificar a exploração do mercado já existente, o que, por sua vez, entra em contradição com a necessidade de expansão do sistema.

Finalmente, *em quinto lugar*, a penetração do capital estrangeiro é facilitada e estimulada pelo que se pode chamar de *mecanismos acumulativos da dependência*.

O desenvolvimento industrial – apesar do que achavam os teóricos do capitalismo latino-americano –, na medida em que chega a ser promovido pelo capital estrangeiro, gera os mecanismos de aprofundamento e ampliação do controle deste capital sobre o capitalismo dependente. Esses mecanismos acumulativos, em espiral, derivam da forma como as empresas imperialistas funcionam: dos lucros obtidos, uma parte, em geral pequena, é reinvestida; outra parte é enviada ao exterior como remessa de lucros, que aumenta indiretamente através dos pagamentos de royalties, de serviços técnicos e de depreciação, cujo resultado é a descapitalização da economia. Esta descapitalização se reflete nos déficits do balanço de pagamento. Para suprir esses déficits são requeridas “ajudas” externas, por meio de empréstimos. Os empréstimos aumentam os serviços da dívida externa e esta aumenta ainda mais os déficits, aumentando progressivamente a necessidade de mais capital estrangeiro. Em poucas palavras, pode-se dizer que os investimentos estrangeiros provocam uma descapitalização que exige novos investimentos estrangeiros.

O capital estrangeiro se torna assim uma necessidade intrínseca do funcionamento do capitalismo dependente e é, ao mesmo tempo, seu componente descapitalizador e capitalizador. É como o dependente químico: as drogas o matam, mas necessita delas para seguir vivendo...

3. *As condições políticas da dominação do capital estrangeiro*

Após assinalar os principais fatores de caráter econômico que possibilitaram a penetração do capital estrangeiro na indústria dos países dependentes, cabe destacar outro fator fundamental: a *dependência política*. Embora seja certo que é a dependência econômica que possibilita e explica a dependência política, não é

menos certo que esta última constitui um fator de preservação da situação de dependência estrutural, que tem sido uma constante na história dos países latino-americanos desde o período colonial, ainda que suas formas tenham variado.

A dependência política não deve ser definida apenas como a imposição da ingerência estrangeira na vida nacional, mas sobretudo como parte de uma situação de dependência que faz com que o processo de tomada de decisões por parte das classes dominantes – em função dos interesses políticos “nacionais” internos – seja dependente. Como os países dependentes são parte constitutiva do sistema capitalista internacional, suas classes dominantes jamais gozaram de uma real autonomia para dirigir e organizar suas respectivas sociedades. A situação de dependência termina por conformar estruturas cujas características e cuja dinâmica estão subjugadas às formas de funcionamento e às leis de movimento das estruturas dominantes.

Compreende-se assim que, desde a Independência, as classes dominantes latino-americanas tenham tido que ajustar tanto o funcionamento do aparelho institucional como seus planos políticos específicos aos interesses dos países capitalistas desenvolvidos. Primeiro, tornando-se liberal-oligárquicas para atender a confluência de seus interesses com os da Inglaterra, durante o período em que este país ocupava o posto de potência dominante. Logo, transformando-se em liberal-democráticas – pela abertura às classes médias –, de modo a compatibilizar suas aspirações de modernização e industrialização com os interesses da exportação de capitais dos Estados Unidos, na medida em que tais capitais vão substituindo os da Inglaterra no domínio da América Latina.

Na fase de integração monopólica mundial, quando o domínio imperialista necessitava se afirmar mediante a penetração de capitais na indústria manufatureira, fazia-se necessária a tomada de uma série de decisões políticas e legais que permitissem sua implementação. Na medida em que tais decisões implicavam a

institucionalização de um processo de desnacionalização, de superexploração da economia nacional e de sujeição à dominação estrangeira, supunham um alto grau de submissão aos interesses do imperialismo por parte das classes dominantes locais, controladoras do funcionamento do sistema através de seus representantes políticos. Esta submissão política, porém, deve ser entendida em função da ausência de alternativas para a continuidade e sobrevivência do processo de desenvolvimento capitalista. Se tivesse sido possível que o processo de industrialização seguisse seu curso autonomamente, mas mantendo o capitalismo, as burguesias nacionais seguramente teriam preferido essa alternativa e atuado em função dela. Pode-se dizer até mesmo que o tentaram sempre que possível, através das políticas de cunho nacionalista de alguns governos, cujo resultado foi um profundo fracasso, pois, de fato, essa alternativa não era uma alternativa real. Foi a compreensão dessa situação que levou as classes dominantes latino-americanas, em especial através de seus setores mais lúcidos e consequentes, a aceitar a inexorável situação de classes dominantes-dominadas, como a única forma de manter o sistema de exploração, abrindo as portas da economia dependente para a penetração e domínio do capital estrangeiro. Frente a isso, a alternativa, única e indiscutível, é o socialismo e, obviamente, esta alternativa é por princípio descartada pelas classes dominantes.

É possível afirmar que, enquanto se aprofunde a dependência econômica através do domínio do capital estrangeiro nos setores-chave da economia, aprofunda-se também a dependência política, na medida em que as decisões mais cruciais devem ter o capital estrangeiro como ponto de referência básico, devendo ser por ele referendadas. No entanto, é preciso considerar que, se as classes dominantes nacionais aceitam essa situação em nome da preservação do sistema, o imperialismo também tem seus interesses substanciais vinculados a tal preservação. Este fato outorga às classes dominantes nacionais uma margem de manobra

frente ao imperialismo e lhes permite implementar, em alguns momentos e em proveito próprio, uma série de políticas com autonomia relativa. Esta autonomia relativa consiste em que, em circunstâncias especiais, as classes dominantes dos países dependentes têm a possibilidade de tornar vigentes alguns dos seus próprios interesses que são contraditórios aos do imperialismo. Isso se dá especialmente nas situações críticas mais agudas do sistema, quando as burguesias dependentes necessitam implementar toda uma série de medidas políticas e de política econômica com o objetivo de superar as crises e expandir e tornar mais efetiva sua dominação. Em geral, em tais situações o movimento popular está na ofensiva contra o sistema, acossando as classes dominantes com suas reivindicações. As burguesias dependentes procuram então apresentar toda uma série de chantagens frente ao imperialismo, buscando assim alcançar algumas concessões e vantagens e fortalecer sua capacidade de manobra. Para isso utilizam a ameaça do movimento popular, diante da qual se coloca a necessidade de fortalecer o sistema de dominação em escala nacional. Alguns exemplos são: as resistências praticadas durante algum tempo contra a aplicação da política preconizada pelo FMI ao final da década de 1950; as definições a favor da autodeterminação de Cuba por parte de alguns governos em Punta del Este em 1961; as pressões pela formação da Aliança para o Progresso, que, embora correspondesse aos interesses imperialistas e não tenha alcançado a meta traçada, foi, de certo modo, e num primeiro momento, uma vitória relativa das burguesias latino-americanas, etc.

A partir de meados de 1960, quando nos Estados Unidos se inicia uma crise política – como resultado dos efeitos da guerra do Vietnã –, seguida por uma grande crise econômica, diminui a capacidade relativa de imposição intransigente dos objetivos do centro hegemônico frente às classes dominantes dos países dependentes.

Um dos melhores exemplos é a resistência que os militares brasileiros apresentaram, na metade da década, contra o completo controle estadunidense sobre a instalação da petroquímica no Brasil. O governo militar brasileiro ameaçou levar adiante esse projeto com a associação de capitais europeus, forçando os Estados Unidos a terem que aceitar a participação estatal brasileira nessa empresa de grande relevância para a economia do país. Este mesmo governo militar também impediu a realização do projeto do Instituto Hudson de criar um sistema de sete grandes lagos na América Latina, já que isso envolveria a entrega da Amazônia para a administração direta dos Estados Unidos. Além disso, países como o Brasil e a Argentina passaram a adotar uma política militarista relativamente autônoma, que se expressou inicialmente na compra de aviões Mirage – postura também adotada pelo Peru – e em projetos de desenvolvimento de energia nuclear. Mais recentemente, essa política foi implementada com mais força pelo Brasil, através de sua interferência no golpe militar fascista na Bolívia, que derrocou o presidente Juan José Torres e reprimiu o movimento popular, em especial o movimento operário, que se articulava na Assembleia Popular. Ainda que este golpe tenha sido apoiado também pelo imperialismo, sua inspiração e o maior reforço para que se efetivasse partiu do Brasil⁷⁰.

Outro exemplo, também dos mais expressivos, que reflete uma contradição com os interesses imperialistas, é a política levada a cabo pela Junta Militar peruana no que se refere à estatização da International Petroleum Company (IPC) e à concretização de uma reforma agrária, que tocou em importantes interesses estadunidenses. E, neste caso, os Estados Unidos não tiveram condições de aplicar a emenda Hickenlooper (a situação peruana será discutida no capítulo relativo aos países do tipo B).

70 Uma série de elementos que fundamentam essa afirmação podem ser encontrados no boletim *Frente Brasileño de Información*, do Comitê de Denúncia da Repressão no Brasil, nº 22, Santiago do Chile, 1971.

De todo modo, por maiores que sejam as possibilidades das classes dominantes dependentes aumentarem sua autonomia relativa frente ao imperialismo em períodos históricos específicos, aproveitando-se de conjunturas internas e internacionais favoráveis, tais possibilidades jamais serão suficientes para colocar em xeque o funcionamento do conjunto das empresas imperialistas situadas nos setores-chave da economia, nem darão as condições de atuar a partir de uma linha política realmente independente.

Conforme argumentou Theotônio dos Santos, na medida em que “a industrialização ocorre com base no capital estrangeiro, este se apropria do setor mais avançado da economia e aperta, cada vez mais fortemente, seus grilhões sobre tais economias, tornando-as mais dependentes”.

É necessário assinalar, tal como adverte o mesmo autor, que, “dialeticamente, porém, esse capital se torna mais desnecessário quanto mais integrada industrialmente seja a economia e, conseqüentemente, torne-se menos dependente dos insumos vindos do exterior. Esse processo se completa definitivamente com a instalação da indústria pesada, de máquinas para fazer máquinas [...]”. O processo de desenvolvimento torna “progressivamente mais profunda a contradição entre o domínio exercido pelo capital estrangeiro sobre a economia e a capacidade técnica dessa economia para se auto-abastecer.[...] a consequência do desenvolvimento desta contradição é uma *crecente inutilidade estrutural da dominação estrangeira e, portanto, a ineficácia histórica do regime socioeconômico que a mantém*”. [Itálico nosso.]⁷¹

Em outras palavras, do ponto de vista econômico, uma vez instalada a indústria pesada, e na medida em que o departamento I funcione no interior da economia, o processo de acumulação não necessita passar pelo exterior para se realizar. Isso altera qualitativamente o modelo de reprodução dependente e, portanto,

71 Theotônio dos Santos, *El nuevo carácter de la dependencia*, CESO, Santiago do Chile, 1968.

torna potencialmente desnecessária, para a manutenção das atividades industriais, a dependência do capital-maquinário estrangeiro.

Na medida em que esse processo se completa, a manutenção da dependência deixa paulatinamente de ser uma necessidade histórica imperiosa para o funcionamento industrial, passando a ser, cada vez mais, um problema político. Esta tendência da dependência se transformar em uma questão fundamentalmente política deriva de que, no capitalismo dependente, as mesmas leis que impulsionam o desenvolvimento das forças produtivas em escala nacional tornam inúteis economicamente a dominação e a dependência estrangeiras.

O processo de instalação do departamento I ainda não se completou em suas etapas fundamentais em nenhum país latino-americano, mas está bastante avançado no Brasil, no México e na Argentina. Existe, porém, um fator que contra-arresta essa tendência que destacamos: trata-se do desenvolvimento da nova divisão internacional do trabalho, que reserva aos países capitalistas desenvolvidos o controle monopólico dos novos setores produtivos de ponta e entrega aos países dependentes a industrialização e exportação de matérias-primas e dos produtos com alta utilização de mão de obra.

A nova divisão internacional do trabalho reorienta o desenvolvimento industrial, provocando uma situação crítica que se deriva dos seguintes fatores: 1) estabelecimento de um novo pico para o avanço tecnológico que torna inacessível para os países dependentes o domínio das novas forças produtivas; 2) a criação de uma estrutura produtiva especializada em certos setores que buscam atender *a demanda mundial*, em lugar das necessidades das populações desses países; 3) o aumento da taxa de exploração do trabalho, que permite uma maior remessa de lucros para o exterior, através do aumento das divisas provenientes das exportações; 4) a abdicação do problema das reformas necessárias para

a expansão do mercado interno, que permite a sobrevivência de estruturas tradicionais, como no caso da propriedade da terra. Se o capitalismo dependente renuncia a enfrentar o problema da expansão do mercado interno, este passa a ser um problema cuja resolução tem que ser colocada desde a perspectiva das classes populares.

Além desses quatro fatores, é necessário assinalar um ponto que torna ainda menos viável a tendência contra a qual todos eles operam. Trata-se do fato de que a ruptura da dependência econômica teria que ser também uma ruptura política com o imperialismo – passando talvez pelo enfrentamento militar –, e seria necessária a mobilização popular para levar adiante uma política anti-imperialista. Dado o nível de radicalismo engendrado, isso levaria a uma política anticapitalista em seu conjunto. Questionar o imperialismo significaria questionar o modo de produção capitalista enquanto tal. A manutenção da dependência imperialista termina por ser intrinsecamente vinculada à manutenção do capitalismo nacional, o que garante a continuidade da dominação imperialista enquanto exista capitalismo nos países latino-americanos. A utopia dos projetos de desenvolvimento capitalista nacional autônomo só é conservada pela pequena-burguesia, na medida em que esta não consegue compreender dois tipos de dificuldades: primeiro, aquelas derivadas da divisão internacional do trabalho e, depois, aquelas que provêm da atual resistência do movimento popular frente à sua manipulação pela liderança burguesa.

A pequena-burguesia, por meio de seus teóricos, segue vislumbrando a possibilidade de um desenvolvimento autônomo, sem contradições e sem luta entre as classes exploradas e exploradoras.

As burguesias dependentes, por sua vez, já compreenderam que não podem questionar o imperialismo sem questionar sua própria existência enquanto classe. E é por isso que se confor-

mam com seu papel de meras classes dominantes-dominadas, como sócias menores do imperialismo. Para manter essa situação, as burguesias dependentes estão dispostas – e isso já foi demonstrado historicamente – a reprimir, com todos os meios ao seu alcance, as classes que lhes são antagônicas, chegando inclusive a adotar formas de regimes neonazistas, como indica o caso brasileiro.

Assim se explica que a ruptura da dependência somente poderá ser promovida pelas classes dominadas, através de um processo revolucionário.

O socialismo se apresenta, pois, como a única alternativa efetiva para o desenvolvimento sem limites das forças produtivas.

Em países como Brasil, México e Argentina, devido aos níveis de desenvolvimento já alcançados, a ruptura da dependência através de uma revolução social tornaria possível que a instalação do departamento I pudesse continuar sem colocar em xeque o funcionamento da economia e a continuidade do crescimento industrial. Por essa via é possível evitar um período de estagnação e crise econômica, mediante a utilização planejada dos recursos humanos e materiais disponíveis.

A necessidade de aquisição de novas máquinas para completar a instalação da indústria de bens de produção poderia ser suprida através do comércio com alguns países capitalistas e por meio do bloco socialista.

Não é possível afirmar isso para os demais países do tipo A, isto é, Chile, Colômbia e Uruguai – e menos ainda em relação aos países do tipo B. Embora Chile, Colômbia e Uruguai apresentem níveis de industrialização relativamente altos, para tais países obviamente ainda falta um longo caminho pela frente para que o processo de industrialização possa marchar pelos seus próprios meios.

Nesses países e até o presente, isso se explica pelo precário desenvolvimento do setor de bens de produção, bem como pelo

caráter bastante incompleto do setor de bens de consumo duráveis. O imperialismo preferiu concentrar seus investimentos no Brasil, no México e na Argentina, seja pela maior extensão de seus mercados, seja porque nesses países já existia uma infraestrutura mais desenvolvida, seja também pelas economias de escala. O fato é que, mesmo penetrando no Chile, Colômbia e Uruguai, principalmente no setor manufatureiro, o imperialismo favoreceu o desenvolvimento de indústrias como a linha branca e a montagem de automóveis, e só recentemente iniciou a instalação de algumas indústrias pesadas, como no caso da petroquímica no Chile.

Essa situação faz com que a implementação do socialismo nesses países requeira um esforço nacional muito mais intenso, até que se consiga superar as principais lacunas do desenvolvimento desses setores-chave da produção. Isso seria plenamente possível através de uma política econômica planejada, que promovesse a utilização intensiva das riquezas nacionais. Para que tal implementação ocorresse num período breve seria necessário um substancial apoio financeiro, científico e técnico dos países socialistas, sem o qual a industrialização sofreria um processo de descontinuidade que prolongaria um situação de crise econômica por um período maior. Como o socialismo é um sistema internacional, certamente poderia se dispor de todos os recursos possíveis. Nesses casos, a industrialização seguiria dependendo dos insumos provenientes do exterior, mas já não se daria uma acumulação dependente, e sim um processo essencialmente diferente de reprodução socialista, baseado em relações de troca e cooperação entre nações livres. Obviamente, a maior ou menor necessidade da ajuda dos países socialistas mais desenvolvidos estará correlacionada aos níveis de diversificação alcançados pelas estruturas produtivas.

No caso dos países em que ainda não houve o início do que se poderia chamar de um processo de industrialização – como acontece em Cuba –, o apoio científico e tecnológico por parte

dos países socialistas deve ser intenso durante um vasto período, mas, devido ao próprio fato de que tal apoio tenha que ocorrer desde o início, não apresenta os graves problemas de possível descontinuidade no processo produtivo que se coloca aos países como o Chile, cujo processo de industrialização já está em curso com base na utilização de uma tecnologia diferente da que se utiliza nos países socialistas – como a petroquímica, por exemplo. Os problemas que surgem da substituição de um tipo de tecnologia por outro são muito complexos, mas podem ser superados com a aquisição indireta de insumos através do comércio com outros países capitalistas, enquanto se realiza o reajuste tecnológico que, mesmo sendo lento, romperia as limitações do desenvolvimento, limitações estas que são herança da dependência. Tal será, possivelmente, o caso do Chile e de todos os países em que as condições políticas para a ruptura da dependência se estão dando antes que o processo de industrialização tenha amadurecido substancialmente.

De todo modo, quaisquer que fossem os resultados econômicos no curto prazo da nova situação, do ponto de vista da atenção às necessidades básicas do povo tais resultados são muito superiores aos existentes sob a situação do capitalismo dependente. Além disso, se o processo revolucionário for realizado no âmbito continental ou num grupo de países latino-americanos, a possibilidade de integração socialista de várias economias poderia impulsionar mais rapidamente o desenvolvimento industrial da região liberada.

É necessário não perder de vista que o desenvolvimento do socialismo, em escala mundial, tenderá, no longo prazo, a gerar uma divisão internacional do trabalho baseada na integração e na planificação de uma nova economia mundial. Essa nova situação eliminará a imperiosa necessidade de que, em cada país, se realize esforços paralelos no sentido de cumprir as etapas do desenvolvimento industrial.

As condições que possibilitam a industrialização sob o domínio do capitalismo monopolista integrado nos países do tipo B

1. O nacionalismo pequeno-burguês frente à penetração do capital estrangeiro

Nos capítulos anteriores foram assinaladas as diferenças fundamentais presentes na evolução histórico-estrutural dos países do tipo A e dos países do tipo B. No capítulo V buscamos destacar os aspectos mais relevantes para explicar por que, nos países do tipo B, não se deram as condições para o desenvolvimento de um processo de industrialização antes do término da guerra de 1945. Argumentou-se também que, durante a crise do capitalismo mundial iniciada em 1929, esses países viveram internamente um período de profunda estagnação e crise econômica e política.

Pois bem, ao término da guerra, o capital estrangeiro se direciona para a América Latina, na busca por mercados vantajosos para seus investimentos e, nos países do tipo B, encontra as portas da economia abertas para sua penetração, sem ter sequer que enfrentar os precários obstáculos encontrados nos países do tipo A. Enquanto nestes países havia se formado uma burguesia industrial nacional que resistiu o quanto pôde através de uma política nacionalista – mobilizando as massas populares durante um período (bastante curto, por certo), em defesa de alguns dos seus interesses básicos –, nos países do tipo B o nacionalismo foi uma

política liderada pela pequena-burguesia e pelas classes médias. Nos países do tipo B, embora tenha, em geral, conseguido mobilizar os setores populares – com exceção da Bolívia –, o nacionalismo derivou mais rapidamente em um fracasso. A explicação deve ser buscada no fato de que, como nos países do tipo A, o anti-imperialismo era colocado em função de um desenvolvimento nacional autônomo que não questionava o capitalismo e não era capaz de oferecer uma alternativa econômico-social superior, ou seja, socialista. De todo modo, nos países do tipo A o anti-imperialismo burguês, mesmo sem ser viável historicamente, representava os interesses de uma classe que tinha um grande peso na sociedade – a burguesia industrial. Isso era evidente pela crescente importância que a indústria adquiriu no conjunto da economia e pelo poder político deste setor das classes dominantes, em vias de consolidação desde os anos 1930. Tais setores estavam, portanto, em condições de manipular a economia e a política em função de suas metas. No entanto, as leis de movimento dependente faziam com que seus interesses específicos de classe não pudessem ser satisfeitos através de sua afirmação como classe soberana.

A continuidade e sobrevivência do sistema – e, portanto, da própria burguesia industrial – exigiam um sacrifício por parte desta classe: a renúncia à sua soberania e à sua independência econômica e política, a submissão ao capital estrangeiro. As burguesias industriais dos países do tipo A tiveram que aceitar seu destino histórico e abandonar as bandeiras do nacionalismo, que, em vão, tentaram hastear até meados dos anos 1950. Contudo, é importante ter claro o caráter e o conteúdo dessa tentativa fracassada de nacionalismo burguês, para delimitar precisamente a diferença substancial entre este nacionalismo e o nacionalismo pequeno-burguês que se implementava nos países do tipo B. Porque nestes países o anti-imperialismo burguês – forma que também assume o nacionalismo – não representava interesses objetivos de

uma burguesia industrial, única classe capaz de promover o desenvolvimento do sistema capitalista, e não os representava pela simples razão – discutida anteriormente – de que ali não existia tal classe. Existiam, é inegável, alguns empresários industriais, mas, dado o caráter incipiente e fraco das poucas indústrias, estes empresários não chegavam a configurar uma classe social ou, melhor dito, um setor específico das classes dominantes chamada burguesia industrial; configuravam, na verdade, uma limitada pequena-burguesia. Assim, o nacionalismo pequeno-burguês era uma farsa, na medida em que sua afirmação surgia da negação do imperialismo, mas se detinha nisso, incapaz de oferecer uma direção alternativa viável, seja capitalista, seja socialista, para o desenvolvimento econômico-social. Era um nacionalismo já de início frustrado, na medida em que aquilo que defendiam não encontravam condições objetivas a partir das quais pudesse se desenvolver nessas nações dependentes. Claro que esse tipo de nacionalismo, expresso em movimentos político-sociais, tinha que fracassar rapidamente, pois era incapaz de oferecer na prática soluções que pudessem deter o domínio do capital estrangeiro. Este pôde intensificar sua penetração nos setores que mais lhe conviham, seja estendendo seu controle sobre os produtos primários para exportação – como no caso do petróleo venezuelano –, seja abrindo novos campos mediante o investimento no setor manufatureiro. Neste setor, o imperialismo sequer tinha que enfrentar uma burguesia; não enfrentava o problema de submetê-la e forçá-la a uma integração, desnacionalizá-la, pois, como assinalamos, essa burguesia não existia. Mas, se essa situação de inexistência de uma burguesia nacional facilitava ainda mais o domínio imperialista no novo setor manufatureiro que se criava, ao mesmo tempo também tornava o investimento pouco atrativo, na medida em que não existiam eventuais resistências para preservar os interesses nacionais da concorrência estrangeira. É óbvio que os países em que já existia uma base industrial previamente de-

envolvida eram muito mais atrativos para o capital estrangeiro, pois contavam com um mercado interno mais estruturado, uma infraestrutura relativamente organizada, uma mão de obra mais capacitada, etc. Portanto, o esforço fundamental dos investimentos estrangeiros no setor industrial foi canalizado para os países do tipo A – e, entre estes, especialmente para os mais desenvolvidos: Brasil, México e Argentina. Os investimentos destinados aos países do tipo B formaram porcentagens muito menores, e foram dirigidos para aqueles países que já tinham um mínimo de desenvolvimento industrial prévio, como nos casos do Peru e da Venezuela. E, embora o setor industrial que a partir do pós-guerra se desenvolveu nos países do tipo B – mais significativo em alguns casos que em outros, mas de qualquer forma bastante limitado e insuficiente frente às necessidades de desenvolvimento econômico de cada país – tenha sido promovido fundamentalmente sob o controle direto do capital estrangeiro, suas principais fontes de exploração seguem sendo as tradicionais, ou seja, os produtos do setor primário-exportador. Isso explica a preocupação dos apripistas – talvez os mais autênticos representantes do pensamento pequeno-burguês na política latino-americana – quando, ao atacar o imperialismo, mas não os investimentos estrangeiros, argumentam que o imperialismo se beneficia da divisão internacional do trabalho e, portanto, não se interessa em instalar manufaturas no Peru. Claro está que os investimentos imperialistas eram por eles considerados como bons e saudáveis.

2. A APRA e o MNR: expressões de dois modelos de nacionalismo pequeno-burguês

Na América Latina, o nacionalismo pequeno-burguês encontrou suas melhores expressões na Alianza Popular Revolucionaria para América (APRA), peruana, e no Movimento Nacionalista Revolucionario (MNR), boliviana. Estas duas organizações, que lideraram importantes movimentos político-sociais, podem

ser tomadas como os melhores modelos da concepção da revolução nacional democrática burguesa preconizada pela pequena-burguesia e pelas classes médias.

Ambos os movimentos servem como exemplos opostos, de derrotas e vitórias frustradas, que resultam sempre inevitáveis para esses tipos de movimentos orientados pelas concepções pequeno-burguesas.

A APRA é o exemplo mais contundente de fracasso do movimento orientado pelo nacionalismo pequeno-burguês e, mesmo tendo ganhado várias vezes as eleições, nunca chegou ao poder. O MNR, pelo contrário, conseguiu chegar ao poder através de um processo revolucionário, mas não pôde levar até as últimas consequências uma política anti-imperialista, e também não pôde realizar um amplo processo de modernização, por meio de transformações democrático-burguesas, mesmo tendo estatizado as minas e levado a cabo uma reforma agrária. A oligarquia boliviana, golpeada junto com o imperialismo, conseguiu retomar o controle do poder através da utilização de uma política repressiva que gerou, por um lado, a marginalização do setor mais radical e mais diretamente comprometido com o movimento popular dentro do MNR e, por outro lado, estabeleceu uma aliança com seus setores mais direitistas, vinculando-os aos interesses oligárquico-imperialistas⁷².

No entanto, é importante entender por que a APRA e o MNR acabaram assumindo caminhos opostos a partir do pós-guerra, embora as principais características destes movimentos sejam muito semelhantes, como, por exemplo, sua composição social e as influências de concepções opostas que atuaram sobre eles, imprimindo em suas ideologias um caráter eclético. Vale lembrar que, em suas origens, tais movimentos receberam a influência do

72 Este texto foi escrito antes do golpe fascista ocorrido na Bolívia em agosto de 1971. Tal fato veio confirmar essa aliança entre os setores direitistas do MNR com a oligarquia pró-imperialista.

socialismo, mesclado, no caso da APRA, com o fascismo. Além disso, estavam presentes influências do processo de “revolução burguesa” levada a cabo em alguns países latino-americanos, o que dava a suas concepções um estilo liberal, mas também “protecionista” em relação às riquezas nacionais, sob a forma de nacionalismo. Nascidos sob influências contraditórias, acabaram divergindo no pós-guerra. O MNR tende a se radicalizar, ainda que seja uma radicalização que não chega às últimas consequências e que, no longo prazo, conduz para a conciliação de parte considerável de sua militância com os setores dominantes. A APRA, em contraste, tende progressivamente a uma política de conciliação com o imperialismo e com as oligarquias, apesar de que este movimento nunca foi capaz de captar a plena confiança de ambos e de que, em muitas oportunidades, esta organização tenha tido que se levantar contra o governo oligárquico. Exemplos suficientes são as 45 tentativas de derrubar a ditadura de Pardo, dentre as quais se destaca a revolta de Callao em 1948.

A explicação para essa política de conciliação da APRA e de sua *integração* ao sistema oligárquico e pró-imperialista peruano deve ser buscada, inicialmente, no próprio caráter da APRA, ou seja, em seu conteúdo essencialmente pequeno-burguês, que, como tal, é incapaz de postular e implementar coerentemente uma política anti-imperialista. O máximo objetivo que a concepção aprista preconizava era a transformação do Peru numa democracia moderna e, para poder chegar a isso, seriam necessárias reformas não apenas econômicas e políticas, mas sim, e com grande ênfase, “reformas individuais”. Neste sentido, o pensamento aprista se caracterizava essencialmente pelo moralismo típico do pensamento pequeno-burguês. Em 1939, Haya de la Torre caracterizou a crise peruana como uma crise essencialmente moral. O Peru, segundo ele, estava “doente de corrupção e traição, é uma bolsa de pus”. Para curar essa situação eram necessárias “mãos limpas, honra e patriotismo”. Assim, o aprismo assumia a forma

de uma cruzada pela regeneração moral do Peru, que chegava inclusive a assumir certos traços místicos⁷³. Em seu I Congresso, em 1931, os apristas preconizavam a formação de um Estado aprista, tratavam de definir as finalidades do Estado segundo as ideias de “garantir a vida, a saúde, o bem-estar moral e material, a educação, a liberdade, a emancipação econômica dos trabalhadores, procurando abolir, de acordo com as circunstâncias e de forma gradual, a exploração do homem pelo homem”. O Estado estaria assentado sobre três grupos sociais: os trabalhadores, os camponeses e a classe média. Os inimigos era os governantes, os senhores feudais e o imperialismo⁷⁴.

A tática consistia em se opor a cada um desses grupos. Mas, para realizar a luta, seriam necessárias muita “imaginação e coragem”. Buscava-se a consolidação de um capitalismo do Estado peruano através da modernização do aparelho estatal, da utilização do planejamento, dos estímulos e dos financiamentos à produção por parte do Estado. Além disso, o Estado deveria ser proprietário de importantes setores produtivos, mediante a estatização da terra e das indústrias, embora o processo de estatização mais amplo devesse ser uma meta de longo prazo. Mesmo nos momentos de maior radicalismo, o aprismo jamais tratou de definir se e como as relações de produção seriam reorganizadas. Preconizava algumas medidas de integração do indígena à sociedade moderna e defendia que se desse aos operários condições de vida iguais às dos países desenvolvidos. Não chegava a definir quais seriam estas medidas, e não ultrapassavam esse marco; de fato, seu anti-imperialismo se limitava ao ataque aos trustes. Na medi-

73 Para uma análise da APRA, ver, entre outras obras do autor, V. R. Haya de la Torre, *El antiimperialismo y el APRA*, Ed. Ercilla, Santiago do Chile, 1936. Do mesmo autor: *¿A dónde va Indoamérica?*, Ed. Ercilla, Santiago do Chile, 1935. E ver também Harry Kantor, *El movimiento aprista peruano*, Pleamar, Buenos Aires, 1964. Esta é uma das mais autorizadas descrições do pensamento aprista, embora não chegue a fazer uma análise crítica.

74 Haya de la Torre, *op. cit.*

da em que argumentava que o imperialismo era a primeira etapa do capitalismo no Peru, a meta era superar as travas existentes, nesta etapa, para o pleno desenvolvimento do capitalismo.

Agora, se bem é certo que as limitações derivadas do caráter pequeno-burguês e de sua correspondente concepção político-ideológica são o que explica fundamentalmente o caráter conciliatório do aprismo, não é menos certo que existem outras razões, de grande importância, que o definem e que, no curso de seu desenvolvimento, definitivamente o caracterizarão com toda precisão. Deve-se considerar que a luta contra o nazifascismo, seguida da “política de boa vizinhança” por parte dos Estados Unidos, desenvolveram um sentimento de simpatia frente à grande potência em vastos setores sociais latino-americanos, principalmente entre a pequena-burguesia.

No caso da APRA, essas situações coincidem com sua legalização, o que implica um maior compromisso com o sistema de dominação vigente. Mais ainda, é preciso considerar que o Peru foi, junto com a Venezuela, o país do tipo B mais desenvolvido e que, depois da Segunda Guerra Mundial, atravessou um período de relativa prosperidade. Esta prosperidade se explica fundamentalmente pela variedade e importância de seus produtos primários exportados (açúcar, farinha de peixe, prata, cobre, algodão e também petróleo). Esta riqueza permitiu que as classes dominantes implementassem uma política de modernização que, embora medíocre em termos de impulso das forças produtivas, foi útil para obter uma relativa calma da luta política, o que, por sua vez, consolidou seus promotores no poder, acalmando a rebeldia do aprismo.

Muito diferente é a situação que o MNR enfrenta na Bolívia. Este país, dentre os países do tipo B, apesar da grande riqueza que possuía em suas minas, era um dos mais pobres. Os lucros de seus produtos foram, quase totalmente, canalizados para o exterior, com absoluto abandono dos investimentos no país. A classe ope-

rária mineira era superexplorada e o campesinato, majoritariamente indígena, vivia numa situação de miséria. A terra, concentrada em boa medida nas mãos de latifundiários, era insuficientemente cultivada e a falta de alimentos, derivada dessa situação, tornava necessário que o país importasse até mesmo alimentos indispensáveis. Tais condições geravam na Bolívia um constante clima de descontentamento, que foi aproveitado politicamente pelas organizações de esquerda que, através de uma combativa liderança proletária, conseguiram radicalizar em particular a classe operária e desenvolveram uma forte tradição de luta, sob uma destacada influência trotskista. O MNR foi fundado em 1941 – ainda que suas origens ideológicas tenham começado a se desenvolver um pouco antes – sob o impacto das lutas do proletariado mineiro, que exercem sobre a pequena-burguesia uma grande pressão ideológica. Assim, embora o MNR seja, pela sua origem e concepção, um movimento de caráter pequeno-burguês – sobre o qual atuaram muitas outras influências aqui já destacadas –, a ideologia e influência predominantes na década de 1950 seria a socialista. Isso é o que fundamentalmente lhe diferencia da APRA, já que, como o proletariado peruano não desenvolveu um nível de consciência e de organização de classe independente como o boliviano, sua influência sobre a pequena-burguesia e sobre as classes médias não foi efetiva.

A primeira experiência de participação no poder por parte do MNR ocorreu em 1943, durante o governo de Villarroel, que foi resultado de um golpe anti-oligárquico. No pós-guerra, em 1946, esse governo foi derrocado por uma reação pró-oligárquica, que contou com o beneplácito do imperialismo e com o apoio equivocado de setores da esquerda. Segue-se a esse episódio um período de intensa repressão, no contexto de uma situação econômica de invariável estagnação e crise.

Em 1951, a oligarquia, segura de seu controle sobre a situação política, concede eleições. Seus cálculos eram equivocados e

acaba sendo eleito Paz Estenssoro, líder e dirigente do MNR. Um novo golpe de Estado anula as eleições e começa a se gestar a revolução boliviana, que irromperia apenas em 1952. Paz Estenssoro assume o poder, respaldado pelo movimento revolucionário composto por setores operários das minas, pelos camponeses e pela pequena-burguesia. Inicia-se assim o curto período em que o poder esteve hegemonicamente nas mãos da pequena-burguesia⁷⁵, que não conseguiu, porém, cumprir o processo de emancipação econômica e social postulado pela revolução. Essa incapacidade se explica porque a concepção de revolução democrático-burguesa do nacionalismo revolucionário não tinha viabilidade histórica e, sendo assim, sua implementação criou, não as condições para o desenvolvimento de um capitalismo nacional, como se esperava, mas sim as condições para a rearticulação das forças econômicas e sociais comprometidas com o capitalismo dependente. Mesmo tendo golpeado tanto o imperialismo, através da estatização das minas, quanto a oligarquia, através da reforma agrária, Paz Estenssoro, o representante da pequena-burguesia, não conseguiu cumprir aquilo que era considerado como a terceira etapa da revolução, isto é, a formação da indústria nacional. De acordo com o programa revolucionário, apenas após desenvolver essa indústria seria possível levar a cabo um processo de socialização dos meios de produção. Enquanto isso, aparecia como necessária a aliança entre todas as classes progressistas – ou seja, a pequena-burguesia, o campesinato e o proletariado –, assim como a cooperação do capital estrangeiro, junto com o Estado, para impulsionar a industrialização. Acreditava-se que um processo de socialização imediato afetaria o capital privado

75 O respaldo dos partidos de esquerda que representavam a classe operária (como era o caso dos trotskistas e comunistas) à política defendida pelo MNR se justificava pelo fato de que os mesmos consideravam necessário o cumprimento da etapa democrático-burguesa da revolução boliviana, até que estivessem maduras as condições para a fase socialista. Em essência, havia um acordo entre as forças sociais mais significativas.

nacional e estrangeiro, cuja participação era considerada indispensável para a montagem de uma indústria nacional. Dessa forma, o nacionalismo revolucionário não foi capaz de oferecer uma alternativa real e acessível para romper a dependência e terminar com a dominação imperialista sobre a Bolívia.

A situação crítica se acentuou na medida em que se dava a intensificação da sabotagem internacional contra o país, o que afetava duramente seus produtos de exportação, e, finalmente, a radicalização política aumentou o desinteresse das empresas estrangeiras em investir no setor manufatureiro. Além disso, a reforma agrária, ainda que estabelecesse uma ampla variedade de formas de propriedade – que incluíam a propriedade coletiva, a propriedade comunal indígena e também a grande propriedade capitalista –, conduziu, de fato, tanto à generalização do minifúndio, quanto a um processo de reconcentração dos latifúndios⁷⁶. Em ambos os casos, não se alcançou a efetiva resolução do problema do campesinato pobre, da elevação da produtividade agrícola e da ampliação do mercado interno, e a crise agrária, ainda que controlada, permaneceu latente, sem que se conseguisse liberar o potencial de desenvolvimento das forças produtivas contido no campo boliviano.

As dificuldades enfrentadas pela revolução eram insuperáveis dentro do marco que a própria revolução se colocou, ou seja, dentro dos limites do sistema democrático-burguês. Imerso na aguda crise econômica intrínseca ao capitalismo dependente boliviano, o governo revolucionário marchava para a derrota. A debilitada oligarquia, junto aos setores conservadores da pequena-burguesia – ambos aliados com o imperialismo – reiniciaram o retorno ao poder e o exerceram em várias oportunidades, me-

76 Para uma análise da reforma agrária boliviana, ver Flávio Machicado Saraiva, *Ensayo crítico sobre la reforma agraria*, Monografia para obter a graduação em Ciências Econômicas e o título de Engenheiro Comercial pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Chile, Santiago do Chile, 1966.

diante seus representantes militares. Comprovada historicamente a ineficácia do nacionalismo revolucionário pequeno-burguês, o MNR se divide, dando origem ao PRIN*, ainda que esta divisão se deva mais a uma reprodução debilitada que à efetiva superação por uma alternativa partidária superior.

De todo modo, a revolução boliviana foi mais que uma tentativa frustrada de nacionalismo pequeno-burguês. Foi sobretudo uma experiência latino-americana, de cujas lições posteriormente a Revolução Cubana tirará proveito, ao demonstrar que as grandes transformações nacionais e sociais que acabam com a dependência somente podem ocorrer quando se rompem definitivamente os limites burgueses e se abre em seguida a etapa de construção socialista.

3. Os fatores que permitem a penetração do capital estrangeiro nos países do tipo B

A análise do nacionalismo pequeno-burguês, desenvolvido nos dois itens anteriores, oferece os elementos explicativos fundamentais dos fatores político-sociais que, devido à debilidade expressa no terreno prático e teórico pelas concepções ideológicas e políticas do movimento anti-imperialista, foram incapazes de impedir o domínio imperialista e de orientar e controlar o sentido e o caráter da penetração do capital estrangeiro no setor industrial. A partir dos casos da APRA e do MNR – os mais claros exemplos do nacionalismo nos países de tipo B –, destacamos como o nacionalismo pequeno-burguês jamais questionou realmente os investimentos estrangeiros nas manufaturas; pelo contrário, esses movimentos acreditavam que tais investimentos eram a condição indispensável para impulsionar o desenvolvimento.

Focamos nossa análise nessa forma de nacionalismo pela simples razão de que ela tem sido indubitavelmente preponde-

* N.T.: A autora se refere ao Partido Revolucionario de la Izquierda Nacional, fundado em 1963.

rante, ou seja, é forma que dominou o cenário político nesses países até, pelo menos, os anos 1960. A influência do nacionalismo pequeno-burguês conduziu o conjunto das classes oprimidas, especialmente a classe operária, que teve uma destacada militância anti-imperialista.

De forma geral, acreditamos que, em essência, essa situação não variou nos demais países do tipo B. Ao considerar, por exemplo, a *Acción Democrática* venezuelana, seria possível encontrar os mesmos elementos que configuravam uma concepção tipicamente nacionalista pequeno-burguesa. O mesmo ocorre no “arevalismo” na Guatemala e nos movimentos nacionalistas e “anti-velazquista” no Equador, etc. Em relação aos países do tipo B, é necessário destacar que, do ponto de vista político, não existiam obstáculos reais para os investimentos estrangeiros na indústria e tais investimentos não encontraram limitações em todos os casos que julgaram conveniente dominar algum ramo produtivo. Em si mesma, essa situação nos parece suficiente para explicar por que nesses países a industrialização – que começa a partir do pós-guerra – se realiza basicamente sob o controle direto do capital estrangeiro. No entanto, acreditamos que é necessário destacar as causas econômicas mais profundas, que estão dadas pelo próprio modo de funcionamento do capitalismo dependente nesses países, para então poder compreender a situação objetiva que condicionava as limitações das concepções nacionalistas pequeno-burguesas. Em outras palavras, tais limitações eram o resultado de uma situação de dependência nos marcos da qual o nacionalismo encontrava seus limites. Trataremos, pois, de enumerar quais são, em nosso entender, as principais condições estruturais que possibilitam a intensificação da penetração estrangeira a partir do pós-guerra e seu controle sobre os setores manufatureiros.

Em primeiro lugar, o tradicional controle dos setores exportadores pelos enclaves. Na medida em que os principais setores econômicos dessas economias já estão sob o domínio estrangei-

ro, a expansão deste domínio para o setor industrial acaba sendo extremamente fácil. Tal expansão deriva do fato de que o setor exportador – que já está em mãos estrangeiras – deixa escassas divisas para a economia nacional, impedindo assim que, nesses países, ocorra o processo – comum nos países do tipo A – de transferência dessas divisas do setor primário-exportador para o setor industrial sob controle de empresários nacionais. Conforme destacamos anteriormente, o Estado também não está em condições de investir no setor industrial, dado que os recursos que controla – provenientes em grande parte dos impostos pagos pelos convênios com o capital estrangeiro em função da exploração agrícola ou mineira – são restringidos e se destinam basicamente a atividades de tipo assistencialista, sem alcançar os montantes necessários de capitais para investimentos mais amplos de infraestrutura.

Neste sentido, a escassez de divisas e a ausência de empresários com capitais nacionais determinam a instalação de indústrias apenas pela iniciativa do capital estrangeiro. Dessa forma também se entende porque o processo de industrialização que recém começa no pós-guerra em alguns países do tipo B esperava ser promovido diretamente pelos investimentos estrangeiros. As economias nacionais não estavam em condições de reagir por si mesmas, criando indústrias manufatureiras, pois em geral não tinham os recursos para a importação de maquinário, dado que suas maiores fontes de riqueza estavam circunscritas à propriedade dos enclaves. O maquinário para a instalação de indústrias, a partir do pós-guerra, chega não como mercadorias, mas como investimento do capital estrangeiro. Nessas economias não cabe falar em um processo de conversão das mercadorias-maquinário em capital-maquinário, pois, desde o início, o maquinário já chega como capital estrangeiro. Nesses casos, a presença do capital estrangeiro tem que ser tomada como um dado da industrialização; é um componente desde o início intrínseco a ela, e, portanto, não

tem sentido falar de um processo de desnacionalização da indústria semelhante ao que ocorreu nos países do tipo A. As poucas indústrias nacionais existentes estão em condições de sobreviver somente enquanto algum moderno consórcio estrangeiro não esteja interessado em desalojá-las através das condições superiores de concorrência de que dispõe (cujas características foram apontadas no capítulo anterior). No entanto, é necessário assinalar que este fator, derivado do controle da tecnologia e de suas patentes e dos custos de produção muito inferiores – apontados antes como um dos determinantes fundamentais para a penetração do capital estrangeiro nos países do tipo A –, perde importância explicativa nos países do tipo B, dada a ausência de uma base industrial nacional com a qual teria que concorrer e disputar mercado. Nestes países, mais ainda que nos países do tipo A, a estratégia do capital estrangeiro não está centrada na concorrência com as precárias indústrias locais, que exploram alguns poucos ramos produtivos tradicionais, mas se concentra especialmente na abertura de novos ramos que jamais teriam sido instalados, dentre os quais se destacam algumas fábricas montadoras de bens de consumo duráveis e, em alguns casos, quando a lucratividade é alta, a própria produção de parte ou da totalidade do produto.

Nesses países nem mesmo se pode falar de um processo de substituição de importações, pelo menos tal como foi realizado nos países do tipo A. Por um lado, a chegada de maquinário estrangeiro para a instalação de indústrias, conforme argumentamos, não foi promovida mediante a utilização de divisas nacionais do setor primário. Por outro lado, a maioria dos artigos industriais, que começam a ser produzidos localmente pelas empresas estrangeiras, eram desconhecidos nesses mercados nacionais, seja porque não eram importados ou o eram em pequenas quantidades para consumo de um setor extremamente reduzido da população, seja porque – e isso é fundamental – grande parte desses artigos eram produtos que correspondiam a novos investi-

mentos e que, portanto, eram recém oferecidos ao consumo mesmo nos países mais desenvolvidos. Este é o caso, por exemplo, dos artigos eletrônicos, como televisores e transistores, artigos de plástico, etc.

Essas são características distintivas e relevantes dos dois tipos aqui analisados, que devem ser levadas em conta ao discernir, com a maior clareza possível, suas especificidades.

Em segundo lugar, a penetração do capital estrangeiro é favorecida pelo endividamento crescente dessas economias, resultado da estagnação em que viveram desde pelo menos uma década e meia antes do pós-guerra. Essa situação de estagnação, a qual já nos referimos no capítulo V, torna aguda a necessidade da “ajuda” estrangeira através de empréstimos ou renegociações da dívida externa, gerando as condições para que os chamados mecanismos acumulativos da dependência sejam intensificados a partir de 1945. A descapitalização destas economias provocada por esses mecanismos – que se ampliam na medida em que se instalam novas indústrias sob o controle do capital estrangeiro e aumentam as remessas de lucros para o exterior, consolidando progressivamente a situação de dependência – torna ineficaz qualquer tipo de política burguesa para impedir seu aprofundamento.

Em terceiro lugar, a penetração do capital estrangeiro se explica pela aliança entre os interesses vinculados aos enclaves e as oligarquias. Já foi dito antes que os interesses do capital estrangeiro e das oligarquias se complementam no sentido da manutenção do sistema de exploração existente. Assim como a oligarquia necessita do capital estrangeiro, devido a sua incapacidade histórica de promover o desenvolvimento nacional, a existência da oligarquia é condição para a atuação do capital estrangeiro.

Nos países do tipo B, dada a ausência de burguesias industriais, a manutenção do sistema, resultante do enfrentamento e das derrotas sucessivas dos movimentos populares, foi sempre tarefa das classes oligárquicas. Para isso, estas classes se serviram sempre

dos aparelhos repressivos que, até a década de 1960, cumpriram, em geral fielmente, a tarefa de guardiães da ordem oligárquico-imperialista. Esta foi, de fato, a única alternativa real frente aos fracassos dos movimentos populares. Isso explica por que, na maior parte desses países, em contraste com o que ocorreu nos países do tipo A, a dominação oligárquica não se debilitou a partir do pós-guerra, mas na verdade se fortaleceu ainda mais. Assim é possível compreender fenômenos como a sobrevivência e revitalização do “velasquismo” no Equador, de Pérez Jiménez, Betancourt e Caldera na Venezuela, ou dos governos oligárquicos no Peru, que sistematicamente impediram a ascensão do aprismo ao poder; e também os governos oligárquicos que em muitos países centro-americanos eliminaram todas as tentativas mais progressistas de reação anti-oligárquica por parte dos setores das classes médias. Essa situação só começa a se alterar, em alguns países do tipo B, a partir dos anos 1960, primeiro com a Revolução Cubana e, posteriormente, no Peru – cujo caso discutiremos um pouco mais adiante.

Mas, a partir de então, a sobrevivência da oligarquia como classe dominante nacional apareceria ainda mais submetida à sua estreita vinculação com os interesses imperialistas. Isso condicionava sua paulatina e incondicional submissão ao imperialismo, pois tal oligarquia carecia dos instrumentos de pressão e chantagem dos quais as classes dominantes dos países do tipo A dispunham, através da manipulação do movimento popular. Conforme destacamos anteriormente, nestes países o movimento popular, em suas manifestações mais expressivas, foi liderado e conduzido pela pequena-burguesia que sonhava com a realização de uma revolução burguesa e que, como tal, orientava sua política contra os interesses oligárquicos e imperialistas. A oligarquia não gozava, portanto, de condições para a manipulação do movimento popular. Contava apenas com os recursos da repressão e do respaldo do imperialismo, tornando seu pacto com este cada vez mais profundo.

Todos esses fatores configuram o quadro geral explicativo da atuação irrestrita do imperialismo nesses países e a impossibilidade histórica de concretização de uma política nacionalista nos marcos do capitalismo dependente.

4. O caráter que a industrialização assume nos países do tipo B

O processo de industrialização nesses países não se realiza da mesma forma nem na mesma década.

Há casos, como o do Peru, em que a industrialização começa a se desenvolver no pós-guerra, estimulada pela expansão do setor primário-exportador, que provoca uma considerável expansão do mercado interno. Em outros casos, como nos países centro-americanos – dadas as limitações de seus mercados, em boa medida também vinculadas às limitações geográficas –, o processo de industrialização só se torna atrativo para o capital estrangeiro quando se articula o Mercado Comum Centro-Americano, a partir de 1960. Além disso, é necessário assinalar que há países, como a Bolívia e o Equador, em que, pela forma irregular e descontínua através da qual a indústria manufatureira seguiu se instalando, não se chegou a configurar um processo mais ou menos articulado de industrialização, mas sim um desenvolvimento industrial localizado e parcial, concentrado em alguns poucos ramos produtivos.

De qualquer forma, nesses países a característica comum é a instalação de indústrias manufatureiras sob as seguintes condições: 1) com o controle direto do capital estrangeiro; 2) partindo de um nível tecnológico muito elevado, que corresponde aos penúltimos níveis alcançados pelo desenvolvimento das forças produtivas nos países capitalistas desenvolvidos; 3) com um alto controle monopólico dos mercados; 4) nos ramos produtivos nos quais os níveis de rentabilidade podem ser mais elevados, sem considerar as prioridades sociais e nacionais básicas.

Tais características definem um processo de industrialização que, em vez de promover nas economias nacionais o funcionamento do capitalismo dependente de forma mais equilibrada e coerente, tende a acentuar progressivamente seus componentes anárquicos e desagregadores e a aprofundar também progressivamente sua crise estrutural latente.

A descapitalização, a incapacidade de absorção de mão de obra, a restrição e exploração intensiva dos mercados, junto à submissão da população ao consumo de determinados bens sem capacidade de opção: todos esses elementos configuram os parâmetros nos quais se leva a cabo o processo de acumulação dependente.

O resultado disso é a agudização de toda uma série de contradições irresolúveis, cujos aspectos mais relevantes buscaremos destacar em seguida.

Terceira
Parte

Contradições do capitalismo dependente

Contradições principais do capitalismo dependente nos países do tipo A

1. Contradição entre a manutenção da estrutura agrária e a necessidade de mercados

Anteriormente, já foi assinalado que o desenvolvimento da indústria dependeu basicamente do setor primário-exportador, durante um longo período o setor mais importante das economias dependentes.

Tal fato explica a situação de compromisso existente entre as oligarquias latifundiárias e a burguesia industrial e a impossibilidade de que esta questione radicalmente o modo de funcionamento da estrutura agrária.

O resultado disso foi que o processo de industrialização se desenvolveu baseado fundamentalmente no crescimento dos mercados urbanos, sem poder gerar uma incorporação extensa dos mercados rurais potenciais. Isso significou, sem dúvida, uma limitação substancial para o desenvolvimento da indústria, limitação esta que se faz cada vez mais patente na medida em que os níveis de produtividade industrial aumentam como consequência da utilização de tecnologias mais avançadas. A exploração intensiva dos mercados existentes, localizados nas zonas urbanas, não é capaz de resolver o problema da capacidade ociosa da indústria, que, em vários ramos, chega a variar entre 30%, 40%, ou mais – um fenômeno que ocorre em todos os países.

Tudo isso gesta graves consequências para o funcionamento do capitalismo dependente, pois, além de limitar a capacidade de

expansão das indústrias já instaladas, torna cada vez mais complexo o problema da instalação de novas indústrias e da abertura de novos ramos de produção.

Busca-se uma série de soluções para corrigir tal problema. Estas soluções são de várias ordens: 1) a intensificação do controle monopólico dos mercados existentes, que permite fixar os preços em níveis suficientemente altos para contra-arrestar o aumento dos custos de produção que advém da capacidade ociosa existente; 2) a contenção dos salários, que significa submeter a classe operária a uma intensa exploração, compensando em parte a subutilização da capacidade produtiva instalada; 3) o aumento das exportações; 4) a utilização do recurso ao subsídio e ao financiamento estatal.

Todos esses recursos foram utilizados com maior ou menor êxito nos países do tipo A e evitaram durante alguns períodos a estagnação econômica, possibilitando a sustentação do crescimento industrial.

Nenhum deles, no entanto, soluciona definitivamente a necessidade intrínseca ao capitalismo de promover a abertura de novos mercados no nível nacional. A reforma da estrutura agrária se apresenta, assim, como uma condição indispensável para o prosseguimento da industrialização. A contradição entre a manutenção da estrutura agrária tradicional e a necessidade de conquistar o mercado rural é, portanto, o fator limitante mais crucial do desenvolvimento capitalista dependente.

I. *A alternativa burguesa para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.* É necessário precisar com maior clareza o que significa a manutenção da estrutura agrária tradicional. Ela significa a conservação da grande propriedade latifundiária da terra, que é subutilizada (especialmente em países como o Brasil, a Colômbia, o Uruguai e o Chile) em uma porcentagem muito elevada, limitando o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Isto, porque ao passo em que existe o monopólio da terra nas mãos de um número relativamente reduzido de latifundiários, existe, em contrapartida, uma oferta abundante de mão de obra. Tal situação tem as seguintes implicações:

a) os salários agrícolas são excessivamente baixos e mal cobrem os níveis mínimos de reprodução da força de trabalho. Isso faz com que, conseqüentemente, a demanda rural por bens de consumo industriais seja relativamente baixa;

b) sendo baixos os salários agrícolas, a utilização intensiva de mão de obra se torna, em muitos casos, mais lucrativa que a aplicação de maquinário e de instrumentos agrícolas modernos em grande escala. Este fator restringe a demanda dos empresários agrícolas por bens de produção tais como tratores, ceifadoras, tripladeiras, etc.

Contudo, embora o consumo de maquinário industrial na agricultura seja restrito, sua utilização – do ponto de vista da aplicação potencial – se impõe de qualquer maneira nas regiões em que este é imprescindível, seja devido ao tipo de produto, seja devido aos níveis de produtividade requeridos.

Este é o caso, por exemplo, dos complexos agroindustriais das fazendas modernas que produzem determinados artigos para consumo padronizado (tanto para abastecer diretamente a indústria alimentícia, quanto para a exportação; ou, finalmente, nas fazendas próximas às grandes cidades, para satisfazer a demanda mais exigente dos setores das populações urbanas de maior renda – que se abastecem, por exemplo, nos supermercados, destinados à oferta de produtos de maior qualidade).

Em todos esses casos, requer-se um grau elevado de utilização de tecnologias como o emprego de tipos especiais de sementes ou de produtos químicos – tais como fertilizantes e adubos, entre outros –, com o objetivo de obter uma maior homogeneidade e qualidade da produção (o tamanho e o gosto da mesma podem ser determinados pela forma e pelo tipo de tecnologia aplicada).

Em todas estas regiões agrícolas nas quais a tecnologia industrial se impõe, os lucros do empresário capitalista tendem a aumentar devido à combinação da utilização de tecnologias que determinam uma alta produtividade com o emprego de uma mão de obra abundante e barata. Nas épocas de colheita, por exemplo, utiliza-se em alta escala a mão de obra do trabalhador sazonal*. Tais trabalhadores vivem, durante a maior parte do ano, da economia de subsistência, nas pequenas cidades, desempenhando serviços esporádicos que, em muitos casos, são remunerados por jornada ou por um curto período no qual seu trabalho é necessário.

O empresário não tem, nestes casos, nenhum tipo de obrigação quanto ao pagamento de dias de descanso, férias e direitos sociais em geral. Esta forma de exploração do trabalho adquire uma enorme importância⁷⁷.

No entanto, embora seja possível encontrar regiões rurais onde o emprego de tecnologia moderna se impõe, estas são, por um lado, relativamente limitadas e, por outro, combinam-se a fatores que derivam da manutenção dos elementos tradicionais da estrutura agrária – como a existência de uma mão de obra abundante derivada do monopólio da terra (o que gera fenômenos como o trabalho sazonal) –, que fazem com que o impacto do desenvolvimento capitalista no campo seja restrito do ponto de vista da expansão do mercado e não chegue a ter os necessários efeitos dinamizadores para a economia como um todo.

Tais traços produzem, na agricultura dos países que destacamos, uma situação híbrida que se caracteriza pela coexistência e interação entre componentes da antiga estrutura agrária tradi-

* N.T.: No Brasil, os trabalhadores sazonais aos quais a autora se refere são conhecidos como “boias-frias”, devido à necessidade de que os mesmos levem seus almoços prontos e os comam frios, na própria área de cultivo, em pequenos intervalos durante a exaustiva jornada de trabalho.

77 No caso do Brasil, ver, por exemplo, o informe da Comissão Interamericana para o Desenvolvimento Agrícola (CIDA).

cional e pré-capitalista e elementos de uma estrutura moderna e capitalista, ainda que sob o predomínio dos primeiros em vastas regiões.

A estrutura de classes da economia rural tende a se tornar mais diversificada e complexa, bem como os interesses das classes tendem a se diferenciar. Entre as classes dominantes, mantém-se a presença dos setores latifundiários tradicionais e se desenvolve um setor de empresários tipicamente capitalistas.

Ainda que o latifundiário possa funcionar como empresário capitalista, as características de ambos são distintas. A condição do primeiro é determinada pela propriedade de grandes extensões de terra, enquanto a do segundo reside no fato de que a terra é utilizada como um meio de produção capitalista, independente de que o empresário capitalista tenha ou não a propriedade sobre a mesma.

Os latifundiários, uma vez que são proprietários de terras, têm seus interesses fundamentais vinculados à manutenção de suas propriedades – através das quais obtêm renda, seja pela exploração direta – total ou parcial –, seja pelo arrendamento a camponeses ou a empresários. Em todos os casos, entretanto, os latifundiários buscam suas fontes de rendimento fundamentalmente através da exploração do trabalho ou do capital alheio, já que seu capital é fundamentalmente a propriedade sobre a terra.

Isso implica que para os latifundiários é primordial a manutenção do *status quo* do qual se beneficiam, ainda que, secundariamente, os mesmos estejam de acordo com toda uma série de políticas modernizadoras que os beneficia diretamente – como a criação de sistemas de financiamento agrícola, a abertura de estradas, a construção de armazéns, de sistemas de irrigação, etc.

Os latifundiários compõem, portanto, a classe mais conservadora da sociedade, na medida em que seus interesses estão vinculados à manutenção de uma forma de propriedade que é incompatível com o pleno desenvolvimento do capitalismo.

Os empresários capitalistas representam o setor mais dinâmico das classes dominantes rurais. Isso ocorre porque eles veem a agricultura como um campo de investimento de capital e, como afirma Marx, o capital incorporado à terra transforma-a, de simples matéria, em capital-terra⁷⁸. Pois bem, a existência da propriedade privada da terra é prejudicial para os empresários capitalistas. Afinal, para fazê-la produzir, os empresários capitalistas necessitam investir capital em sua compra, bem como na compra de novas terras quando necessitam expandir a produção. Isso quer dizer que deve-se retirar uma parcela significativa do capital da esfera propriamente produtiva. “Aqui, na pequena cultura, o preço da terra, forma e resultado da propriedade privada da terra, aparece ela mesma como entrave que limita a produção. Na grande agricultura e na grande propriedade fundiária baseada no modo de exploração capitalista, a propriedade igualmente aparece como obstáculo, pois limita o arrendatário no investimento produtivo do capital, que, em última instância, não beneficia a ele, mas ao proprietário da terra”⁷⁹. A outra opção seria arrendar a terra. Porém, o capital incorporado à terra se traduz em benefícios na medida em que, buscando maximizar os lucros, utilizam-se processos científicos mais racionais na sua exploração. Quando terminam os contratos de arrendamento, esses benefícios são incorporados à propriedade do dono da terra. E, progressivamente, o valor da terra aumenta e seu aluguel se encarece. Isso leva a um enriquecimento progressivo do dono da terra, de modo que Marx concluisse que o proprietário da terra

78 “Conversión de la ganancia en renta del suelo”, *El Capital*, tomo III, FCE. [N.T.: A autora não detalhou esta referência. As passagens citadas a seguir foram transcritas da seguinte edição brasileira: Karl Marx, *O Capital. Crítica da economia política*, Livro III, volume V, trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, Nova Cultural, São Paulo, 1986, p. 265 e 129. A referência trata da seção VI do Livro III, intitulada nesta edição como “Metamorfose do sobrelucro em renda fundiária”.]

79 *Ibid.*

se enriquece devido ao resultado do desenvolvimento da sociedade, o que constitui um dos obstáculos à agricultura racional. É devido a esses obstáculos que a propriedade fundiária, “em certo nível de desenvolvimento, aparece como supérflua e prejudicial, mesmo da perspectiva do modo de produção capitalista”.

Daí decorre que, teoricamente, em geral – do ponto de vista do pleno desenvolvimento capitalista – e em particular – do ponto de vista dos interesses dos empresários agrícolas capitalistas – a abolição da propriedade da terra é uma questão fundamental.

A nacionalização da terra seria a forma ideal através da qual seria possível romper os obstáculos ao amplo desenvolvimento das forças produtivas na agricultura e fora desta. Por isso, assim afirmava Lênin: “a nacionalização da terra é possível na sociedade burguesa, contribui para o desenvolvimento econômico, facilita a concorrência e a afluência de capital para a agricultura [...]”⁸⁰. Para Lênin, a nacionalização seria a consequência lógica da revolução democrática burguesa na agricultura e teria como objetivo a extinção da renda absoluta. A tese da nacionalização da terra se vincula à teoria da renda capitalista “como uma variedade especial de rendimentos de uma classe especial (a dos proprietários de terras) na sociedade capitalista”.

Marx analisa dois tipos de renda da terra: a renda diferencial e a renda absoluta. A renda diferencial resulta da limitação das terras, em sua exploração por empresários capitalistas, sem considerar a forma de propriedade. O que se considera são as diferenças inevitáveis na fertilidade das terras, na sua proximidade aos mercados, na produtividade complementar do capital nelas investido – fatores que determinarão quais são as melhores e as piores terras. Ora, os preços dos produtos agrícolas derivam

80 V. I. Lênin, *O programa agrário da Social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907*, Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1954, p. 101. [N.T.: Esta passagem, bem como as seguintes, foram transcritas de acordo com a edição citada do referido livro.]

dos custos de produção nas piores terras. Logo, “a diferença entre o preço individual de produção e o preço superior de produção forma precisamente a renda diferencial. [...] A renda diferencial forma-se infalivelmente na agricultura capitalista, ainda no caso de plena abolição da propriedade da terra”⁸¹.

Quando a terra é arrendada, a renda é recebida por seu proprietário, enquanto o arrendatário tem que se contentar apenas com o lucro médio do capital.

Quando a propriedade é abolida, o Estado substitui o antigo proprietário na apropriação dessa renda diferencial. A mesma só deixará de existir quando o sistema capitalista desaparecer.

A renda absoluta provém da propriedade monopolista da terra. A propriedade monopolista impede a livre concorrência, a nivelção dos lucros e a formação de uma taxa de lucro média, de modo que o valor individual do produto pode superar o valor médio, originando a renda absoluta. “Por isso, a propriedade privada da terra, ao frear a livre nivelção do lucro das empresas agrícolas com as não-agrícolas, permite vender-se o produto agrícola não pelo preço superior de produção, e sim, por um valor individual ainda mais elevado do produto (pois o preço de produção se determina pelo lucro médio do capital, mas a renda absoluta não permite que se forme esse lucro ‘médio’, assegurando por via monopolista um valor individual mais elevado do que o médio)”.

Dessa maneira, a formação da renda absoluta “depende de que exista a propriedade privada da terra, de que exista na agricultura um atraso que se acumulou no decorrer do processo histórico, atraso este que é assegurado pelo monopólio”.

A nacionalização da terra seria, portanto, “por um lado, uma reforma parcial no quadro do capitalismo (substituição do possuidor de uma parte da mais-valia) e, por outro, é a abolição de um monopólio que impede todo o desenvolvimento do capitalis-

81 Lênin, *op. cit.*, p. 105-106.

mo em geral”. Por isso, “negar a propriedade privada da terra é expressar as exigências do mais puro desenvolvimento capitalista”⁸².

No entanto, ainda que se demonstre teoricamente que a abolição completa da propriedade privada da terra corresponde aos mais consequentes interesses do desenvolvimento capitalista, esta jamais foi realizada em nenhum país sob o sistema capitalista. Isso se deve ao fato de que tal solução traz em si uma profunda contradição, na medida em que consistiria em questionar diretamente a propriedade privada em um sistema cuja característica fundamental é a existência de proprietários privados. Questionar a propriedade é questionar o sistema, e nenhuma burguesia, por mais lúcida e consequente que fosse, se atreveria a fazê-lo. Há, ainda, outro aspecto de grande relevância: para liquidar o latifúndio é necessária a mobilização ativa do campesinato e mobilizar o campesinato para questionar a propriedade privada seria desencadear um feitiço que facilmente poderia se voltar contra o feiticeiro. Além disso, nos países latino-americanos, devido ao compromisso histórico entre as oligarquias e as burguesias industriais, tal medida se apresentaria como sendo ainda mais irrealizável. Afinal, como se discutiu anteriormente, o setor agrário é o setor-chave do qual provêm as divisas necessárias para alimentar o processo de industrialização que financia a substituição de importações. Mais ainda, deve-se considerar também que, na medida em que se mantém a estrutura agrária tradicional, a industrialização pode contar com uma grande reserva de mão de obra que, funcionando como “exército de reserva”, constitui um significativo fator de manutenção dos baixos níveis dos salários operários.

Finalmente, um último fator merece ser destacado: a chamada “territorialização burguesa”. Esta tem dupla origem, seja na utilização dos rendimentos dos proprietários de terras para investimentos industriais, seja – o que é muito mais relevante – no

82 Lênin, *op. cit.*

direcionamento ao campo de capitais gerados na indústria, a fim de desenvolver atividades complementares a esta. É o caso, por exemplo, dos complexos agroindustriais. Neste caso, ainda que inicialmente possa ser desvantajoso imobilizar capitais na compra de terras, uma vez que isso seja feito, a condição do moderno empresário capitalista de proprietário na agricultura tende a se consolidar, ainda que muitas vezes este processo também possa ser utilizado simplesmente como área de investimento puramente especulativo. Em todos estes casos, os interesses do capitalismo industrial se mesclam e se combinam aos interesses de manutenção do monopólio da propriedade da terra. Todos esses fatores fazem com que a alternativa burguesa para o desenvolvimento do capitalismo no campo não possa ser aquela mais consequente sob o ponto de vista de seus interesses teóricos, puros de classe. Na prática concreta, os interesses de classe sofrem uma série de mediações, que os fazem variar em função de compromissos objetivos e de limites insuperáveis que os restringem segundo as possibilidades políticas e econômicas, historicamente condicionadas. A alternativa burguesa para o desenvolvimento da agricultura foi limitada nos marcos da situação de compromisso na qual se deu a “revolução burguesa” na América Latina. Como destacamos anteriormente, o México foi o único país no qual a “revolução burguesa” pôde se desenvolver com maior profundidade e questionar o domínio oligárquico da terra. Entretanto, mesmo nesse país, tal questionamento tampouco pôde chegar até suas últimas consequências, quer dizer, à abolição da propriedade privada da terra.

Não podendo, portanto, ser radicalmente revolucionária, a alternativa burguesa se limita a um reformismo gradual. Esse reformismo consiste em tratar de resolver o problema agrário, por um lado, através de medidas modernizantes e, por outro, mediante reformas parciais e localizadas em regiões consideradas prioritárias em função de problemas econômicos ou políticos.

Tais medidas são tomadas a partir da década de 1960 e também são recomendadas pelo governo estadunidense, com dois objetivos muito claros: primeiro, provocar uma relativa ampliação do mercado e, segundo, conter o descontentamento social no campo, que se manifesta de forma explosiva com a entrada em cena de um movimento camponês com características novas e radicais, até então inédito no continente⁸³.

As medidas modernizantes consistem na criação de uma série de facilidades para a expansão do capitalismo no campo. Trata-se, por exemplo: da construção de estradas, de sistemas de irrigação, de armazéns; da constituição de sistemas de crédito para os produtores; da extensão da legislação trabalhista para os assalariados rurais (fixação de salários mínimos, direito a férias, assistência social, etc.); da regulamentação do sistema de arrendamento, etc.

As reformas agrárias buscam redistribuir terras em regiões de conflito social, a fim de diminuir o predomínio do latifúndio, sobretudo do latifúndio improdutivo. O objetivo fundamental é a expansão das classes médias no campo, o que interessa ao sistema do ponto de vista econômico, pois amplia o mercado, e do ponto de vista político, pois funciona como amortecedor para as tensões sociais⁸⁴.

83 Sobre o tema, ver o trabalho de Aníbal Quijano, “Los movimientos campesinos contemporáneos en América Latina”, publicado em *Elite y desarrollo en América Latina*, editado por S.M.L. e A.E. Solari, Paidós, Buenos Aires.

84 Assim se expressava um porta-voz da burguesia paulista, ao definir os objetivos da reforma agrária na região: é necessária “a criação de uma classe média rural como imperativo para o real funcionamento de nosso regime democrático, através do êxito de um equilíbrio social, econômico e político nas áreas urbanas e rurais”. “A finalidade da Reforma Agrária é a criação, no campo, de uma classe média estável e próspera, mediante o acesso à terra própria de um número crescente de trabalhadores rurais, a imediata melhoria das relações de trabalho e o aumento da produtividade agrícola” (“IPES oferece resultados de estudos para a reforma agrária”, *Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 1963). [N.T.: A citação foi transcrita de acordo com o original em português.]

A reforma implementada no Chile pela Democracia Cristiana durante o governo de Eduardo Frei – na qual esta concepção reformista se apresenta sob uma forma bastante avançada, em concordância com os interesses de um moderno desenvolvimento capitalista no campo – foi um exemplo muito claro deste tipo de reforma agrária. Também são exemplos de políticas de modernização as políticas agrárias do estado de São Paulo, durante o governo de Carvalho Pinto, e aquelas implementadas no estado de Pernambuco durante o governo de Miguel Arraes.

De um modo geral, pode-se dizer que a alternativa burguesa para o desenvolvimento rural consiste em não questionar radicalmente – e em seu conjunto – a estrutura agrária tradicional e em promover um processo de modernização do campo em regiões consideradas estratégicas, criando as condições para uma lenta expansão do mercado rural e para o aumento da produção agrícola. Desta forma, tal alternativa não resolve a contradição básica que assinalamos, limitando a possibilidade de uma grande expansão industrial e deixando latente a necessidade de eclosão de revoltas camponesas.

II. *O desenvolvimento agrícola e o campesinato.* Para o campesinato, o desenvolvimento do capitalismo no campo – que se desenrola paulatina e lentamente, mantendo a estrutura monopólica da propriedade da terra – tem consequências muito grandes: por um lado, a acentuação do processo de proletarianização e, por outro, a desagregação da pequena economia camponesa de subsistência. O resultado disso é a acentuação da situação de exploração à qual o campesinato está submetido, tornando suas condições de existência cada vez mais precárias.

Para demonstrar como o campesinato é afetado por essa situação, é necessário considerar as diferenças mais relevantes que existem entre os setores camponeses. O campesinato pode, de modo geral, ser agrupado em dois grandes setores, quais sejam, o

setor dos chamados camponeses autônomos e o setor dos assalariados. Na categoria dos camponeses autônomos, pode-se distinguir dois tipos de camponeses: a) os minifundiários, proprietários de pequenas porções de terra, cuja produção sobre a base da mão de obra familiar é apenas fundamental para a subsistência; e b) os pequenos arrendatários, ou os parceiros e colonos (as denominações variam segundo a região ou o país), que não possuem terras próprias e trabalham em terra arrendada, cuja forma de contrato de arrendamento varia dentro de múltiplas modalidades que, por sua vez, determinam o tipo de renda que lhes corresponde por seu trabalho. As formas mais usuais de renda variam entre a renda-trabalho e a renda-dinheiro. A renda-trabalho é aquela obtida através da forma com maior exploração à qual está submetido o camponês, que a obtém trabalhando alguns dias para o patrão e outros para si mesmo. É uma forma tipicamente servil (como a “corveia” medieval) e ainda muito comum em regiões como o nordeste brasileiro. A renda-produto é obtida por meio de uma relação contratual na qual se estabelece a obrigação, por parte do camponês, de dar ao dono da terra uma parte da produção (que pode variar entre a metade ou um terço desta). Em geral, utiliza-se fundamentalmente a mão de obra familiar, sem que se exclua a possibilidade de que, nos casos em que a extensão de terra arrendada seja maior, também se empregue mão de obra adicional, em caráter permanente ou temporário.

Quando se trata de pequenos arrendatários, dificilmente os mesmos conseguem impulsionar um processo de acumulação, e fazer com que sua empresa progrida. Em geral, a renda da terra é suficiente apenas para cobrir as necessidades mínimas de sobrevivência. A parcela de seu excedente de produção destinada ao comércio é normalmente controlada por intermediários, que submetem os pequenos arrendatários a mais um sistema de exploração, comprando seus produtos por preços tão baixos que, muitas vezes, os mesmos são vinculados antes da colheita ao ob-

jetivo de liquidar dívidas. Em muitas regiões, a diferença entre o preço do produto comprado do produtor direto e o preço de venda ao consumidor é de aproximadamente 300%.

Finalmente, a renda-dinheiro é a renda obtida pela venda do produto. Uma parte dela se destina ao pagamento pelo uso da terra. Este tipo de renda dá ao camponês uma maior independência em relação ao dono da terra, mas uma maior dependência em relação ao mercado. Por exemplo, uma má colheita ou uma catástrofe natural podem deixá-lo arruinado. Quando o camponês não possui recursos próprios para a comercialização (o que ocorre na maior parte dos casos), é vítima da exploração por intermediários.

Existem outros meios de obtenção de renda-dinheiro, como, por exemplo, o pagamento segundo o volume da produção. Em algumas regiões de São Paulo, pagava-se uma determinada quantidade de dinheiro ao colono pelo tratamento e colheita de um número previamente estabelecido de pés de café por ano. Alguns proprietários permitiam que se plantasse, entre os pés de café, cereais como feijão e milho e, ao final do ano, era feito um ajuste de contas no qual se descontavam, a favor do patrão, os proveitos obtidos pelo camponês.

Os assalariados agrícolas são aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. Seu salário depende de uma série de fatores, a saber, do tipo de trabalho realizado (especializado, semiespecializado ou não especializado), do contrato de trabalho (permanente ou temporário), da incidência ou não de legislação trabalhista (há regiões nas quais a regulamentação jurídica carece de vigência), etc.

As relações salariais tendem a predominar em todas as regiões nas quais um processo de modernização ocorre com maior intensidade, nas quais a utilização de máquinas tende a se impor e nas quais novas terras são incorporadas a um sistema de utilização intensivo e extensivo – substituindo os métodos mais

antigos de produção e liquidando as pequenas propriedades e os minifúndios. Nas regiões ditas de nova colonização, a concentração de terras tende a se manifestar como uma necessidade imperiosa da cultura moderna, da agricultura em grande escala. O trabalho assalariado, complementar à atividade dos minifundiários, tende a se impor como a principal atividade na medida em que as áreas de minifúndio tendem progressivamente a se restringir. O arrendamento de pequenas porções de terra se faz cada vez mais difícil e a proletarização tende a redefinir a categoria dos camponeses autônomos. A família camponesa, como unidade produtiva, tende a ser desmembrada e a perder, pouco a pouco, sua função econômica, na medida em que a agricultura em grande escala e a proletarização do trabalhador rural ganham terreno. Sua existência se torna cada vez mais difícil e precária, ao passar a depender unicamente dos salários de alguns de seus membros. Pois bem, em primeiro lugar, a oferta de trabalho assalariado é muito maior que a demanda; em segundo lugar, a maior parte da demanda é por trabalhadores temporários nas épocas de semeadura e colheita, o que mantém uma porcentagem elevada de trabalhadores desempregados por vários meses do ano; em terceiro lugar, o salário agrícola (à exceção dos trabalhadores especializados) não é suficiente para que o trabalhador possa manter sua família, isto é, alimentar seus filhos, seus parentes mais velhos, etc.; em quarto lugar, quando a atividade principal passa a ser o trabalho assalariado – ao lado da diminuição progressiva da economia de subsistência –, esta deixa paulatinamente de suprir as necessidades básicas do camponês. Dessa maneira, o camponês tem que adquirir no mercado tudo que necessita: desde sua alimentação, até suas roupas, utensílios, medicamentos, etc. Por todas essas razões, a unidade da família camponesa tende a se romper, intensificando um fenômeno bastante recorrente nos países latino-americanos: o êxodo rural.

Quais são, do ponto de vista do campesinato, as perspectivas e reivindicações frente à situação de empobrecimento cada vez mais progressivo à qual é submetido?

As perspectivas e reivindicações de cada classe ou setor de classe estão diretamente relacionadas à sua condição econômico-social objetiva. É por isso que, para o minifundiário, para o pequeno arrendatário e para o colono interessa, sobretudo, ter a propriedade da terra – ou seja, a propriedade sobre uma extensão razoável de terras através da qual os mesmos possam organizar sua vida e a vida de suas famílias. Enquanto isso, para os assalariados agrícolas importa ter trabalho, salários maiores, garantias sociais, etc. Suas reivindicações são tipicamente reivindicações da classe operária e quando os mesmos defendem a propriedade sobre os meios de produção na agricultura, o fazem da mesma forma que os operários, quando reivindicam a propriedade sobre a fábrica: seja sob uma forma cooperativa, seja como propriedade estatal sob a administração operária, de todas as maneiras os interesses coletivos primam sobre os interesses individuais e estes se realizam através daqueles.

Os camponeses autônomos – ainda que desempenhem também em muitos casos, como já assinalamos, a função de assalariados –, na medida em que funcionam como “empresários”, aspiram ao desenvolvimento de sua própria empreitada e a se afirmarem como pequena-burguesia rural.

A luta de classes no campo se manifesta, portanto, no anseio por objetivos distintos, de acordo com a diversidade dos setores camponeses. Enquanto as reivindicações de alguns setores ainda são tipicamente pequeno-burguesas, em outros, estas assumem caráter proletário. Por um lado, reivindica-se a propriedade privada sobre a terra; por outro, existe a tendência a questioná-la, o que conduz ao questionamento do sistema que a mantém. Os assalariados agrícolas tendem, assim, a ser o setor mais avançado dos trabalhadores rurais e tendem a identificar-se mais profundamen-

te com a classe operária urbana. No entanto, historicamente suas formas de luta demonstraram ser muito mais complexas. Sua instabilidade no trabalho, bem como a permanência da precariedade na aplicação das leis trabalhistas e do caráter temporário de sua ocupação tornam difícil sua organização sindical e política, e dificultam as condições de manutenção e continuidade de suas lutas.

É por isso que as lutas dos assalariados não são as mais comuns e intensas no campo. Entretanto, cada vez que este setor conseguiu superar as dificuldades que se antepõem à sua organização, demonstrou efetivamente sua combatividade e capacidade de lutar por suas reivindicações⁸⁵. De todas as maneiras, não há dúvidas de que os conflitos mais agudos – e que, de fato, questionaram fortemente a estrutura monopólica da propriedade da terra – foram levados a cabo em regiões onde predominavam o minifúndio, o pequeno arrendamento, ou as comunidades camponesas (muitas vezes de indígenas), cujo motor foi a retenção ou a reconquista de seus pedaços de terra.

Estas considerações nos levam a concluir que os assalariados rurais são o setor que dispõe de um maior potencial de desenvolvimento de sua consciência proletária e, portanto, poderia propor mudanças mais profundas da estrutura agrária. Os camponeses pobres (minifundiários, inquilinos, etc.), por seu lado, têm melhores condições de manter uma luta mais prolongada contra o sistema de dominação no campo, sustentados seja pela economia de subsistência, seja pela venda, ainda que precária, de seus produtos. Nesse sentido, no decorrer da história da América Latina e, em especial, nos anos 1950 e 1960 – quando, definitivamente, a situação agrária começa a entrar em crise em decorrência dos efeitos da industrialização no campo –, houve múltiplas exemplos de rebeliões camponesas.

85 Existem muitos exemplos expressivos desta combatividade, como nos casos dos canavieiros no Uruguai, dos trabalhadores agrícolas do nordeste brasileiro, etc.

No Brasil, manifestaram-se vários conflitos camponeses, como na região de Formoso, o conflito de Parecatu e as Ligas Camponesas, que se generalizaram por várias regiões. Na Colômbia, tais conflitos se generalizaram por vastas extensões, em especial no sul do país, e assumiram, em muitos casos, a forma de guerrilhas; os enfrentamentos com o exército foram violentos e constantes. No México, apesar deste ter sido o país no qual se fez a reforma agrária mais profunda e onde se distribuiu a maior porcentagem de terras, os conflitos camponeses seguem sendo colocados e seguem questionando a existência do monopólio da terra em todas as regiões onde a reforma agrária não foi efetuada ou onde ocorreu um novo processo de concentração de terras; as lutas camponesas estão colocadas em várias regiões, como, por exemplo, Guerrero. No Chile – o país no qual o governo democrata cristão realizou, nos anos 1960, uma reforma agrária bastante audaz do ponto de vista capitalista e modernizante, ainda que levada a cabo de forma muito lenta e parcial –, ocorreram durante essa mesma década numerosos conflitos camponeses que se manifestavam nas ocupações terras e fazendas. No Uruguai também ocorreram manifestações de luta camponesa, como aquelas dos canavieiros. A Argentina, sem dúvidas, é o país no qual, até agora, a estrutura agrária foi menos convulsionada.

Pois bem, quando começamos a considerar os demais países, encontramos também uma situação de grandes conflitos e tensões, que se manifestaram na Bolívia dos primeiros anos da década de 1950, culminando na reforma agrária, promovida pela revolução; no Peru, durante toda a década de 1950 e no começo dos anos 1960, em especial na região de Cuzco. Situações igualmente conflitivas são encontradas em todos os países centro-americanos e no Equador, na Venezuela, etc.

Enquanto a luta camponesa se mantém nos marcos burgueses, os camponeses autônomos são, sem dúvida, quem ocupa as primeiras filas na luta pela reforma agrária. Não cabem dúvidas,

porém, de que, nas etapas superiores da luta pela socialização do campo, os assalariados serão aqueles que estarão em condições de, em aliança com os operários urbanos, ser a vanguarda das transformações estruturais na agricultura.

É evidente que, desde a perspectiva das classes dominadas no campo, o desenvolvimento agrícola teria que se realizar questionando profundamente a propriedade monopólica da terra. A incapacidade do capitalismo em cumprir esta tarefa apenas agrava as contradições econômico-sociais no campo, além de transferir parte delas para as cidades, seja através dos limites impostos por essa incapacidade ao processo de industrialização, seja através do crescimento vertiginoso dos setores marginais que, em grande parte, compõem-se dos camponeses expulsos do campo.

2. Contradição entre a necessidade burguesa de um Estado protetor dos interesses burgueses e as funções do Estado “amalgamado”

Já nos referimos às condições nas quais se deu a hegemonia comprometida do poder econômico e político da burguesia industrial. Sem dúvida, os compromissos que esta contraiu em distintos níveis e com distintas classes, ao mesmo tempo em que possibilitavam o exercício de sua dominação, limitavam-na aos marcos de um poder que também seguia sendo oligárquico e dependente.

As consequências dessas limitações, ainda que tenham se feito sentir desde o começo como obstáculos ao pleno desenvolvimento burguês, agudizam-se e aprofundam as características da crise do sistema capitalista dependente, na medida em que o processo de industrialização avança.

Vimos anteriormente, no que se refere ao problema agrário, como a política mais consequente do ponto de vista do desenvolvimento industrial tem que ser sacrificada e como o capitalismo dependente é incapaz de resolver as contradições entre os

interesses oligárquicos e industriais no que se refere à estrutura agrícola.

O compromisso oligárquico burguês, realizado através da orientação impressa à política estatal, tende a se manter, década após década. E, ainda que os interesses industrializantes sejam aqueles que definitivamente predominam e que o Estado cumpra sistematicamente as metas infraestruturais – abrindo caminho para a realização dos requisitos do desenvolvimento burguês –, suas funções paternalistas seguem vigentes, restringindo muitas vezes a adoção completa de medidas indispensáveis ao pleno desenvolvimento capitalista.

As contradições existentes entre os interesses industriais e o conjunto da sociedade se fizeram sentir, muitas vezes, de forma aguda. Embora estas contradições entre oligarquias e burguesias industriais sempre tenham se apresentado, não era entre essas classes que os antagonismos se faziam mais agudos. Eles se manifestavam, sobretudo, na oposição dos interesses da grande burguesia industrial frente à classe operária, às classes médias e à pequena-burguesia. A burguesia industrial (seja nacional ou estrangeira) necessita, para poder alcançar um maior nível de acumulação de capitais, que se promova uma política econômica de arrocho salarial e de restrição do crédito às pequenas indústrias. Historicamente, esta necessidade se manifestou em várias oportunidades em todos esses países. A implementação desse tipo de política econômica repressiva requer um enfrentamento, por parte do Estado, a todas essas classes, e uma ruptura de seu caráter “amalgamado”.

Quanto mais profunda seja essa ruptura, mais violento será o enfrentamento que dela se depreende. O Brasil foi o país no qual tal ruptura se deu de maneira mais radical. A imposição dos interesses burgueses industriais, bem como a manutenção dos privilégios oligárquicos tornaram necessária uma redefinição completa do papel do Estado frente aos interesses dos dominados. O

Estado teve que se debater, até as últimas consequências, contra os interesses das classes dominadas, em especial do proletariado e do campesinato, mas também deixou desatendidas reivindicações básicas das classes médias e da pequena-burguesia.

O “amalgama” de interesses que Vargas, Kubitschek, Jânio ou Jango pretendiam representar se rompeu definitivamente e uma política que correspondia com clareza e sem subterfúgios aos interesses do grande capital foi imposta⁸⁶.

Contudo, ainda que no Brasil tenha se concretizado o modelo mais radical de repressão econômica e política contra as classes dominadas, devido às metas do desenvolvimento burguês, ali a burguesia tampouco foi capaz de superar completamente a contradição resultante da necessidade de que o Estado, mesmo sendo um órgão de sua dominação, tivesse que exercer certas funções de proteção de interesses de outras classes. Isso porque, uma vez passado o momento mais agudo dos conflitos e definições – no qual o Estado cumpriu cabalmente suas funções de instrumento de dominação –, colocavam-se novamente para estas tarefas sociais e econômicas necessárias para manter a estabilidade política e a continuidade do funcionamento do capitalismo dependente. Ao desarticular pela violência o movimento operário e o nascente movimento camponês, conseguiu-se impor uma política de arrocho salarial que aumentava a distância entre o custo de vida e os reajustes dos salários. Tal política, orientada fundamentalmente contra a classe operária, afetou vastos setores das classes médias. No entanto, posto que o Estado é obrigado a enfrentar a reação do movimento operário e popular, suas medidas repressivas, embora sejam efetivas durante alguns períodos, são por si só insuficientes para manter o controle rígido sobre as classes dominadas. O Estado burguês deve fazer concessões, como sempre ocorreu

86 Ver Ruy Mauro Marini, *Subdesarrollo y revolución*, Siglo XXI, capítulos II e III. [N.T.: Edição brasileira: *Subdesenvolvimento e revolução*, Ed. Insular/IELA-UFSC, Florianópolis, 2012.]

em todos os países capitalistas, para poder rearticular e organizar o movimento popular sob seu controle. E é assim que este Estado se vê forçado a criar organismos de assistência social e garantias de direitos mínimos para os trabalhadores, bem como tem que conceder aumentos salariais que, apesar de não chegarem a afetar significativamente os níveis de acumulação – dado seu caráter sumamente controlado –, representam, de qualquer maneira, limites à política econômica estabilizadora da burguesia.

O Estado tem que reativar a criação de novos empregos para as classes médias e não pode chegar até as últimas consequências em sua política contra os interesses de sobrevivência da pequena-burguesia, pois também necessita seu apoio político.

Todas essas concessões, ainda que nos momentos de expansão geral do sistema não apresentem problemas, transformam-se, nas fases mais críticas – que são inevitáveis devido ao caráter cíclico do sistema capitalista –, em problemas agudos, contradições que a burguesia deve tratar de resolver através de uma política cada vez mais violenta e fascistizante. Esta situação se apresentou no Brasil, particularmente nos anos de crise final da década de 1960, frente aos quais foi necessário um novo golpe militar (consumado no dia 13 de dezembro de 1968) que buscasse, pela força das armas, criar as condições para a revitalização e uma nova expansão do capitalismo brasileiro.

Nos demais países do tipo A, nos quais a burguesia não teve condições de desarticular o movimento popular com a mesma profundidade que no Brasil, esta contradição entre a necessidade de um Estado que defenda francamente seus interesses e os compromissos contraídos com as demais classes se mostra de forma ainda mais aguda. O caso argentino é muito claro nesse sentido pois, apesar da implementação de políticas repressivas em todos os níveis, não foi possível submeter a força do movimento operário e este segue questionando a dominação burguesa cada vez com maior vigor e arrancando desta concessões que ferem o pro-

cesso de acumulação e que tornam difícil a superação da crise do capitalismo argentino.

O caso chileno foi, dentro dos países do tipo A, o mais oposto ao brasileiro⁸⁷. Ainda que a burguesia tenha conseguido impor durante muitos anos sua política contrária às classes dominadas, teve que enfrentar um movimento operário fortemente organizado e poderoso, frente ao qual foi necessário fazer múltiplas concessões. Durante a década de 1960, tentou-se muitas vezes colocar em prática políticas francamente repressivas. No entanto, a resistência do movimento popular sempre conseguiu restringir a política repressiva e, finalmente, conseguiu lhe impor uma primeira grande derrota, com a vitória do movimento expressa no governo da Unidad Popular.

O México é o país no qual a burguesia pôde obter uma grande estabilidade econômica e político-institucional, por ter tido a “revolução burguesa” mais ampla dentre os países que aqui analisamos. Foi, portanto, o país no qual o Estado, embora tenha se apresentado como o mais democrático e comprometido com os interesses populares, pôde levar a cabo até hoje uma política coerentemente comprometida com os interesses do capitalismo industrial, sem ter que enfrentar crises muito profundas. Claro que ninguém desconhece o caráter altamente repressivo do regime capitalista mexicano, que se manifesta em várias oportunidades e contra os setores que se rebelam em oposição à política burguesa, como se demonstrou nos acontecimentos de Tlatelolco. Entretanto, o forte controle hegemônico sobre o aparelho estatal exercido pela burguesia industrial integrada ao imperialismo (aparelho estatal este que foi historicamente utilizado para limitar a dominação oligárquica e para manter vastos setores do movi-

87 Este livro foi terminado no ano de 1970. Em 1973, o golpe militar neofascista no Chile se deu sob a inspiração direta do “modelo brasileiro”. Sua possibilidade de consolidação dependerá da capacidade de luta e de resistência do povo chileno.

mento popular sob seu domínio) faz com que, embora exista a contradição entre a necessidade de proteção dos interesses burgueses por parte do Estado e sua função de “amalgama” de interesses de várias classes, a mesma não tenha assumido uma forma crítica como nos demais países do tipo A.

Tal contradição, que se manifesta em todos esses países e é, como vimos, um produto intrínseco da forma através da qual o desenvolvimento do capitalismo latino-americano foi possível, não pode ser resolvida enquanto tal e só deixará de existir quando o sistema que a engendrou também deixe de existir.

3. Contradição entre a necessidade burguesa de uma política econômica nacionalista e a dependência estrutural

Discutimos anteriormente as condições que possibilitam a nova etapa da penetração do capital estrangeiro nos países dependentes e como este se dirige ao setor industrial. Mostramos que isso gera um processo, por um lado, de desnacionalização da economia e, por outro, de endividamento crescente, o que tende a aprofundar o caráter cada vez mais estrutural da dependência. Na medida em que o capital estrangeiro se apropria dos setores econômicos mais importantes e se constitui como parte fundamental e como peça-chave das economias nacionais, gesta-se necessariamente uma situação na qual, em consequência de seu poder econômico, seus interesses se impõem como parte do poder dominante nacional. Desta maneira, o capital estrangeiro, ou seja, os empresários estrangeiros, passa a ser um componente mais no amálgama do poder que dirige o destino das sociedades dependentes.

Começam a se agudizar dois aspectos da mesma contradição: 1º) Por um lado, o Estado burguês, enquanto expressão dos interesses do desenvolvimento do capitalismo em escala nacional, necessita levar a cabo uma política nacionalista que reduza o processo de endividamento, o que é um fator constante de crise; mas,

por outro lado, na medida em que este mesmo Estado é também um representante dos interesses do capital estrangeiro no interior da economia nacional, ele se vê limitado na tarefa de colocar em prática uma política que não corresponde aos interesses desse capital. 2º) Tanto desde a perspectiva das empresas nacionais quanto desde a perspectiva das empresas estrangeiras que atuam em territórios nacionais, interessa uma política econômica audaz no que se refere às exportações para os países vizinhos, almejando, dessa maneira, mercados necessários cuja conquista é impedida internamente pela manutenção da estrutura agrária tradicional. Nos países vizinhos, porém, também atuam empresas estrangeiras, muitas vezes inclusive sucursais dos próprios grupos internacionais. Apresenta-se, então, a complexa contradição entre os interesses dos capitalismos nacionais e a concorrência entre as próprias empresas filiais. Isto posto, do ponto de vista das empresas, essa contradição pode ser resolvida através da delimitação de áreas de atuação ou através dos pactos regionais de integração⁸⁸. Do ponto de vista dos capitalismos nacionais, a questão não é tão simples. Isso ocorre porque o sistema capitalista dependente latino-americano sempre cresceu sob uma profunda crise e a única resposta para as crises de crescimento é a aplicação de políticas que conduzam à manutenção do crescimento. Pois bem, os países dependentes que mais se desenvolveram têm a necessidade intrínseca de seguir se desenvolvendo de forma cada vez mais intensa. Não existe opção intermediária: ou desenvolvimento, ou estagnação. Isso supõe a resolução do problema dos mercados, o que significa que os países nos quais se deu um maior desenvolvimento das forças produtivas tratem de impor seu poderio sobre os países menos desenvolvidos, como uma necessidade vital que

88 Embora seja necessário destacar que, em muitos casos, duas empresas de um mesmo grupo econômico podem levar a concorrência entre si ao extremo. Sweezy e Baran, na obra *El capital monopolista* (México, Siglo XXI, 1968), analisam este problema e dão exemplos de situações desse tipo. [N.T.: Edição brasileira: *Capitalismo monopolista*, Ed. Zahar, São Paulo, 1966.]

ultrapassa os limites dos lentos acordos regionais e das estritas conveniências do capital estrangeiro enquanto tal.

Aí se faz presente a contradição entre os interesses das subpotências continentais e os interesses do imperialismo. Tal contradição se manifestou como tendência, especialmente nos casos do Brasil e da Argentina. A ambos os países interessa, por exemplo, a ALALC, mas esta, em dez anos de existência, não conseguiu cumprir o objetivo de expansão dos mercados no nível que tais economias necessitam. É por isso que o Brasil, um país que conseguiu manter por três anos sucessivos (desde 1969) uma alta taxa de acumulação – possibilitada por uma feroz repressão ao movimento operário e popular – tem uma necessidade imperiosa de afirmar uma política subimperialista sobre o continente, superando os acordos regionais e se lançando em uma audaz conquista de mercados⁸⁹.

É evidente que tal disposição subimperialista acarreta vários problemas, pois deve estar assentada em um forte poderio militar que possa respaldar os interesses econômicos. Mais ainda, é necessário tratar de implementar, em escala nacional, toda uma política chauvinista capaz de gerar as bases de sustentação interna para uma ofensiva expansionista em escala internacional. Há alguns anos, o Brasil tem tratado de criar as condições para implementar esse tipo de política. Uma de suas tentativas de realização é demonstrada pela atitude brasileira em relação à Bolívia, para onde, depois da vitória do golpe militar de agosto de 1971, dirigem-se os capitais provenientes do Brasil destinados a investimentos industriais e à exploração das riquezas naturais daquele país⁹⁰.

89 Esta argumentação foi mais extensamente desenvolvida por Theotônio dos Santos, *Dependencia y cambio social*, CESO, Santiago do Chile, 1970.

90 A imprensa boliviana divulgou, antes do golpe militar que levou o general Banzer ao poder, dados sobre a interferência e ajuda brasileira no complô militar que derrocou o governo do general J. J. Torres e o movimento popular. Denúncias do mesmo tipo foram publicadas por *Frente Brasileño de*

Por outro lado, as disputas mais ou menos encobertas entre o Brasil e a Argentina (que adquiriram múltiplas formas nos últimos tempos, seja no terreno da emulação produtiva – manifestada nas tentativas de desenvolvimento da indústria nuclear por ambas as partes⁹¹ –, seja nos conflitos fronteiriços devidos à disputa pelas águas da Bacia do Prata, seja na disputa pelos recursos naturais bolivianos) ocultam o objetivo fundamental dos dois países mais desenvolvidos do hemisfério sul de obter a hegemonia sobre as riquezas e os mercados do continente.

Entretanto, toda essa disposição expansionista e subimperialista não é capaz de ocultar a profunda contradição entre os interesses do capitalismo enquanto sistema nacional e seu caráter estruturalmente dependente. Isso ocorre porque, para que um país se afirme como potência subimperialista, necessita dispor, enquanto tal: 1) da capacidade de decisão sobre a orientação dos investimentos básicos realizados internamente, a fim de poder orientá-los no contexto de uma política econômica que corresponda aos interesses prioritários do capitalismo nacional em seu conjunto; 2) da capacidade de implementar, no plano internacional, uma política de concorrência dirigida às metas de conquista do domínio sobre os países vizinhos, que lhe garanta pelo menos uma participação junto à hegemonia imperialista.

Estes dois requisitos básicos se chocam com a orientação da política estadunidense na América Latina, na medida em que tendem a restringir o domínio dos Estados Unidos sobre o continente, ainda que favoreçam esse país. É óbvio que os EUA não estariam dispostos a conceder seu domínio sobre a América Latina a um país subimperialista; no entanto, estariam dispostos a aceitar a participação de um país como o Brasil em seu domínio, con-

Informaciones, órgão editado em Santiago do Chile.

91 Sobre este tema, ver o interessante artigo de Ruy Mauro Marini e Olga Teller de Brady, “Militarismo y desnuclearización en América Latina”, *Foro Internacional*, nº 29, México, jul-set de 1967.

tanto que este país siga aceitando a liderança dos Estados Unidos sobre o continente e concorde em implementar, em seus aspectos fundamentais, a política que convém a suas grandes empresas. É a compreensão de tais limitações que leva o governo neonazista brasileiro, como propõe Ruy Mauro Marini⁹², a reivindicar apenas a participação mais direta na exploração dos mercados e riquezas latino-americanos, sem deixar de ser, contudo, um sócio menor do imperialismo.

Isso não representa nada além da consciência realista sobre a impotência do capitalismo dependente em cumprir a trajetória seguida nos países que se transformaram em grandes potências. Se esta é a realidade dos países dependentes nos quais houve maior expansão industrial, como o Brasil e a Argentina, ela é muito mais verdadeira para os demais países, que devem se contentar, enquanto houver capitalismo, com seu papel restrito e subjugado no sistema de dominação mundial. Esta contradição não tem, portanto, condições históricas para ser resolvida; ela seguirá existindo enquanto exista o capitalismo e seu subproduto, o capitalismo dependente.

92 Ruy Mauro Marini, *Subdesarrollo y revolución*, *op. cit.*

Contradições principais do capitalismo dependente nos países do tipo B

1. Contradição entre a necessidade de divisas para a industrialização e o controle externo do setor exportador

A primeira contradição que apontamos nos países do tipo B – que decorre do caráter dependente do desenvolvimento – é aquela que resulta da necessidade de divisas para promover a industrialização, ao mesmo tempo em que se impõe a impossibilidade de obter tais divisas, devido ao controle estrangeiro da economia exportadora. Essa contradição, como se viu, existe de forma latente nesses países já há muitas décadas, mas tende a tornar-se aguda quando um avanço do processo de industrialização começa a se realizar, a partir do pós-guerra de maneira um tanto mais significativa no Peru e na Venezuela e no início dos anos 1960 em muitos outros países, como é o caso, por exemplo, de El Salvador e da Guatemala.

Já destacamos que os investimentos industriais são realizados fundamentalmente pelo capital estrangeiro, que muitas vezes alcança 80% do total dos mesmos. Tal fato poderia conduzir à consideração de que, na medida em que o processo de industrialização ocorre dessa maneira, a importação de maquinário passa a ser efetivamente secundária para o funcionamento da economia, uma vez que este chega ao país sob a forma de investimento estrangeiro.

Entretanto, é necessário aprofundar um pouco mais as considerações que fizemos em capítulos anteriores. É certo que, nos

países do tipo B, o problema da substituição de importações não se apresenta no mesmo nível com que foi formulado nos países do tipo A, dado que, naqueles, não existiu uma industrialização empreendida por capitais nacionais provenientes, em boa medida, do setor nacional exportador. Porém, independentemente da forma e do caráter assumidos pela industrialização, este é um processo que, ao tender à reorientação e reorganização da vida econômica e social de um país, tende também inevitavelmente a colocar, na escala do capitalismo nacional em seu conjunto, a necessidade imperiosa de que o processo siga adiante e que, por conseguinte, a criação consecutiva de uma série de novos ramos e setores produtivos se torne indispensável para o funcionamento do sistema em si.

Pois bem, vimos que, nos países do tipo B, o capital estrangeiro penetra de forma secundária, isto é, de maneira complementar à sua penetração básica e prioritária – dirigida para os países do tipo A, devido a uma série de fatores que destacamos anteriormente. Assim, a industrialização se realiza de forma incompleta, lenta, assistemática, irregular e não integrada, sendo promovida complementarmente em função de interesses externos ao desenvolvimento capitalista do país, na busca por lucros que tendem a se concentrar intensivamente em alguns setores limitados. Isto é explicado pelas limitações reais quanto ao desenvolvimento potencial do capitalismo nestes países: mercados restritos – dado o relativamente pequeno contingente populacional, agravado pela vigência de uma estrutura monopólica da terra –, ausência de infraestrutura básica para o desenvolvimento industrial, baixo nível de desenvolvimento tecnológico e da mão de obra, etc.

Do ponto de vista das grandes empresas internacionais, que investem nos países dependentes, é muito mais conveniente instalar, nestes países do tipo B, indústrias leves – que requerem um menor dispêndio de capitais e têm acesso a um razoável mercado – e, para os produtos mais complexos, como os bens de consumo duráveis, instalar apenas unidades de montagem. É o caso, por

exemplo, de muitos artigos eletrodomésticos; mas, sobretudo, dos produtos especificamente eletrônicos que são apenas montados ou importados diretamente. Para estes países está destinada, portanto, a condição de mercados de reserva para as indústrias localizadas em outras partes.

Do ponto de vista da economia nacional, tal situação se torna cada vez mais crítica. A presença de um processo de industrialização feito sobre a base de um controle altamente monopolista e concentrado em alguns setores gera efeitos que desarticulam a economia tradicional sem acarretar, em contrapartida, os efeitos dinamizadores capazes de superar os problemas provocados pela desagregação da antiga estrutura econômica e sem criar as condições para um crescimento efetivo da economia nacional.

A industrialização se realiza justamente nos ramos que eram atendidos pela produção artesanal ou pela pequena empresa nacional. Esses setores tendem, portanto, a ser substituídos, a ser arruinados.

A classe operária industrial, numericamente reduzida (pela própria restrição do parque industrial e pelo nível tecnologicamente elevado, que faz com que a indústria absorva pouca mão de obra), é esmagada economicamente pelos níveis salariais sempre baixos e pelas ameaças de desemprego. Nos setores não industriais – construção civil, obras públicas, etc. –, a situação é muito mais precária, pois é neles que as pressões do grande exército de desempregados atuam com maior intensidade. As classes médias, sejam os profissionais autônomos, os técnicos, ou os empregados nos serviços, em geral sentem suas possibilidades de ascensão social sendo restringidas cada dia mais, devido à crônica situação de semiestagnação, o que gera uma situação de insegurança e de descontentamento por parte dos novos setores que almejam se incorporar ao processo econômico.

O campesinato, do qual vastos setores são progressivamente deslocados para as zonas urbanas – expulsos do campo pelo

monopólio da terra e pela crise provocada, por um lado, pela introdução de máquinas e, por outro, pela decadência de setores agrícolas tradicionais –, tende a se proletarianizar ou a aumentar as filas dos vastos setores marginais.

Esta situação configura um quadro de tensões sociais cujas perspectivas de resolução superam os marcos do sistema dependente. No plano político, o resultado é a radicalização, que expressa, por um lado, uma forte tendência conservadora em amplos setores dessas classes – que tendem a assumir um comportamento de manutenção do *status quo* visando a dar continuidade à sua precária situação econômica frente a uma sociedade na qual predominam o desemprego, a marginalização e a limitação das possibilidades de melhora das condições de vida. Por outro lado, setores muito mais amplos tendem a adotar uma atitude de descontentamento e de rebeldia contra o sistema; tendem a questioná-lo e a tentar pressionar, de múltiplas maneiras, no sentido de sua transformação. A resposta, por parte das classes dominantes, tem necessariamente que ser a repressão. Repressão política e repressão militar, como condições da repressão econômica. E os golpes de Estado, como forma mais efetiva de repressão, transformam-se em uma constante na história desses países.

Mas, de qualquer forma, tal solução não resolve a contradição entre a necessidade de manter a dependência para garantir a sobrevivência do regime e a necessidade de questioná-la para possibilitar o crescimento econômico. A única possibilidade é fortalecer o Estado, para que o mesmo possa atuar como empresário e tratar pelo menos de suprir as lacunas mais cruciais do desenvolvimento econômico, através da obtenção do controle sobre o setor primário. Disso resultam as tentativas de estatização de algumas riquezas básicas, realizadas na Bolívia e no Peru, e o propósito de fazê-lo na Venezuela. Daí provêm as constantes ameaças de radicalização por parte da burocracia civil e militar, em muitos casos de origem pequeno-burguesa, que ocupou o

poder nestes países frente à crise e à precariedade do sistema de dominação oligárquico-imperialista.

O local onde esse radicalismo chegou mais longe foi o Peru, manifestando-se na estatização do petróleo, em uma reforma agrária que afetou interesses oligárquicos nacionais e do capital estrangeiro, na estatização de alguns bancos, etc. Contudo, ainda que tais medidas fortaleçam o capitalismo de Estado, são amplamente insuficientes para golpear definitivamente o sistema de dominação e para abrir uma via efetiva de desenvolvimento nacional das forças produtivas. É por isso que, enquanto os setores dominantes tradicionais foram parcialmente golpeados, trata-se de estimular novos convênios com o capital estrangeiro e, embora se busque redefinir sua atuação – através, por exemplo, da Lei da Indústria –, não se consegue alterar o caráter estruturalmente dependente da indústria peruana⁹³.

Além disso, a condição para que esta nova política fosse levada a cabo no Peru foi de que o movimento popular estivesse desarticulado e fosse incapaz de impor uma maior radicalização sobre este processo. A fim de impedir que isso ocorresse, a referida política foi mantida sob uma atenta repressão, que se fez efetiva contra todos aqueles setores que se mostravam mais capazes de empreender uma atuação mais consequentemente anti-imperialista e revolucionária.

O caso peruano, portanto, ilustra muito bem as limitações de uma política nacionalista e reformista que se mantém nos marcos do capitalismo dependente, e ilustra, uma vez mais, o ponto até o qual é precária a utilização do débil capitalismo de Estado para se opor ao imperialismo e tratar de promover uma política de desenvolvimento.

93 Uma análise específica do caráter das medidas econômicas tomadas pela junta militar no Peru foi feita por Anibal Quijano Obregón em *Nacionalismo, neoimperialismo y militarismo en el Perú*, Ed. Periferia, Buenos Aires, 1971.

Em conclusão, embora existam nestas sociedades elementos que levam a que a contradição entre a necessidade do controle do setor primário pelo Estado e o domínio deste pelo imperialismo possa, em muitos casos, ser parcialmente resolvida, pode-se dizer que tal resolução só ocorre mediante a manutenção do sistema, no contexto de uma nova dependência e através de novas concessões ao imperialismo.

Ora, a resolução efetiva de tal contradição supõe a liquidação do capitalismo dependente.

2. Contradições entre a manutenção da estrutura agrária tradicional e a crise do desenvolvimento capitalista

Nos países do tipo B, à exceção da Bolívia, as tentativas de reforma agrária foram muito tímidas e conservou-se, basicamente, a estrutura de propriedade da terra. Não nos deteremos em uma análise mais detalhada das características desta, já que seus traços mais essenciais são semelhantes àqueles dos países do tipo A – devendo-se apenas ressaltar que, nestes países, o processo de modernização expresso pela utilização de novas tecnologias e de relações de produção tipicamente capitalistas é muito mais intenso. Nos países do tipo B, a maior incidência desse processo se dá nas regiões dominadas pelos enclaves, ou em algumas regiões nas quais predomina, na maior parte dos casos, a agricultura para exportação.

Nestes países, o problema agrário se apresenta não tanto como um problema que limita a criação de um mercado para o desenvolvimento da indústria – já que, devido ao desenvolvimento recente em suas primeiras etapas, esta pode satisfazer suas necessidades iniciais com base em mercados fundamentalmente urbanos. Entretanto, a manutenção da estrutura agrária também é um problema crítico que obstaculiza o desenvolvimento econômico e social capitalista, na medida em que, restringindo o uso da terra, limita o processo de acumulação de capitais no campo,

impedindo que o mesmo sirva de ponto de partida para a criação de recursos para a promoção do desenvolvimento industrial. É necessário ter presente que, justamente onde esse processo de acumulação se realiza com maior intensidade, os setores exportadores são controlados em boa medida por capitais estrangeiros – como, por exemplo, no caso da banana na América Central.

Esse aspecto econômico do problema ganha destaque quando é considerado sob o ponto de vista da expansão capitalista. No entanto, sua magnitude é muito maior quando o mesmo é enfocado sob um ponto de vista amplo, desde uma perspectiva política e social mais geral, na qual a manutenção da estrutura agrária significa a manutenção e o progressivo agravamento das miseráveis condições de existência de vastos setores da população camponesa. São resultados disso a situação de incultura das grandes massas, as precárias condições de saúde, a instabilidade no trabalho e o desemprego, bem como a expulsão do campo para as cidades e a criação destas e dos cinturões de miséria onde vivem setores provenientes dos ex-camponeses.

As consequências de tal situação no plano político estão expressas nas constantes revoltas camponesas que ocorrem nesses países e em seu caráter de enfrentamentos violentos contra a ordem estabelecida. Ali, os conflitos se estabelecem sem mediações, dado que, na maioria dos casos, o poder nacional é uma expressão muito mais direta dos setores oligárquico-latifundiários.

É certo que, em países como a Bolívia e o Peru – no primeiro, em consequência da revolução e, no segundo, em consequência do golpe de Estado que culminou com o governo da atual Junta Militar –, a pequena-burguesia levou a cabo um processo de reforma agrária com amplo apoio camponês. No caso peruano, ainda é muito cedo para julgar os resultados deste processo, dado que a referida reforma ainda não se consumou. Sem dúvida, seus profundos objetivos reformistas significaram um golpe em vastos setores latifundiários e, pelo que tudo indica, suas consequências

serão a abertura de um processo de modernização do capitalismo peruano e a constituição de um atrativo mercado que poderá ser um forte estímulo para novos investimentos imperialistas na indústria. Politicamente, na medida em que a indústria se implemente, ela significará uma contenção do radicalismo camponês, uma vez que se conseguirá desenvolver um amplo setor de camponeses médios acomodados.

Na Bolívia, como foi discutido anteriormente, apesar da frustração à qual o fracasso da reforma agrária conduziu no contexto da frustração geral da revolução de 1952, e apesar do novo processo de reconcentração das terras – especialmente na região de Santa Cruz –, foi possível se formar, entre o campesinato, um forte setor contrarrevolucionário e defensor do regime oligárquico-imperialista.

Em outros países, nos quais a reforma agrária foi realizada – ainda que de forma limitada e com um caráter que não ultrapassava os limites de um processo de modernização, como é o caso da Venezuela e da Guatemala – ao lado de uma política francamente repressiva nas regiões de maior convulsão onde o movimento guerrilheiro atuou nos anos 1960, foi possível, entretanto, conter as tensões camponesas no curto prazo e “pacificar” momentaneamente o país.

De qualquer forma (e esta consideração também é válida para o caso peruano, devido a seu caráter ainda incompleto), a manutenção da estrutura agrária tradicional e a necessidade de aumentar a escala de um amplo processo de acumulação de capitais orientado no sentido de servir de base para a expansão da industrialização segue sendo uma das contradições fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo nestes países. Suas possibilidades de resolução passam por um profundo enfrentamento às oligarquias latifundiárias que, segundo indica a tentativa peruana, o imperialismo estaria disposto a apoiar ou, pelo menos, a deixar que se cumpra, sempre que existam condições para que

setores confiáveis da pequena-burguesia possam controlar o processo sem maiores riscos de que esse controle seja perdido para um movimento revolucionário que questione o sistema capitalista dependente em seu conjunto.

A conclusão que podemos tirar é que, nos países do tipo B, a dominação oligárquica latifundiária poderá seguir sendo questionada pela composição de uma nova aliança de forças pequeno-burguesa e imperialista, que busque dinamizar o sistema capitalista, sempre que seja possível neutralizar os setores mais radicais da pequena-burguesia e a classe operária.

O imperialismo ganharia, com isso, a possibilidade de uma penetração mais extensa nesses países, sempre que seus mercados se ampliassem, favorecendo a abertura de novos investimentos e de novos setores produtivos. A pequena-burguesia ganharia a possibilidade de realizar seus objetivos de modernização e de participação mais direta no aparato institucional, controlando boa parte do aparelho estatal e abrindo novas oportunidades para se aproveitar dos frutos do desenvolvimento capitalista e para ascender socialmente à categoria de setor dominante. É óbvio que isso só seria possível através da aliança com os demais setores oligárquico-comerciais, exportadores, financeiros e industriais, cujos privilégios seriam mantidos em seus aspectos fundamentais.

No entanto, embora essa solução pudesse criar as condições para uma relativa expansão econômica, teria inevitavelmente como resultado um aprofundamento da dependência e o deslocamento, para um futuro longínquo, de agudos problemas econômicos, políticos e sociais derivados das novas contradições que seriam gestadas. O fortalecimento do capitalismo de Estado dependente seria muito mais aparente que real, dado que os setores industriais mais importantes continuariam sendo controlados pelo capital estrangeiro. Além disso, deve-se de todas as maneiras considerar que, devido às condições assinaladas anteriormente

– que, mesmo em um novo ciclo de expansão econômica, não seriam alteradas em seus aspectos básicos –, o capital estrangeiro não teria interesse em desenvolver o setor de bens de produção no interior destas economias. Dificilmente, portanto, estes países teriam condições de seguir pelo mesmo caminho que os mais desenvolvidos do tipo A, e neles se fariam mais presentes as limitações do capitalismo de Estado dependente.

É por isso que, embora pudessem se concretizar as condições para uma nova onda reformista e modernizante nestes países, a expansão econômica seria fraca e limitada e, portanto, as possibilidades de manter o movimento popular subjugado são tênues e efêmeras.

Os resultados e tendências do capitalismo dependente na América Latina

1. Os resultados do desenvolvimento dependente

A análise que tentamos oferecer (apesar de apenas termos conseguido configurar um esboço no qual se trata de delimitar, em traços muito gerais, as características e contradições mais relevantes de dois grandes tipos de desenvolvimento capitalista dependente na América Latina) nos permite avaliar, em linhas gerais, o sentido e a orientação que este sistema assume no continente.

Em síntese, pode-se constatar que, do ponto de vista do funcionamento da economia, realiza-se em todos os países um processo de monopolização que reflete, ao mesmo tempo, a centralização e a concentração industriais. Este processo afirma o predomínio do grande capital estrangeiro nos setores produtivos fundamentais. Ou seja, nos países do tipo B – na maior parte dos casos – não apenas se mantém, como se estende, o domínio estrangeiro sobre os recursos naturais, bem como a instalação das indústrias manufatureiras é feita fundamentalmente sob o controle direto do capital estrangeiro. Nos países do tipo A, os novos setores industriais de bens de consumo duráveis e de bens de produção são controlados pelos conglomerados multinacionais. Ocorre, portanto, a desnacionalização progressiva da propriedade dos meios de produção, ao que corresponde a perda simultânea do controle nacional sobre o processo produtivo. E , desta forma, embora se realize um processo paralelo de for-

talecimento do capitalismo de Estado, no plano econômico o mesmo se expressa no crescimento do controle do Estado sobre setores infraestruturais que não competem diretamente com o capital estrangeiro, mas, ao contrário, cuja expansão favorece o funcionamento daquele, sobretudo ao impulsionar o desenvolvimento dos setores de energia, transporte, comunicações, etc. O capitalismo de Estado tende, pois, a se combinar com o capital estrangeiro e a compartilhar com este os mecanismos de poder; e, mais ainda, a transformar-se no agente da dominação burguesa-imperialista.

Todas essas características se desenvolvem dentro dos limites impostos pela impossibilidade de superação radical dos obstáculos ao aumento do mercado interno, devido à persistência da estrutura agrária monopólica tradicional, junto à intensificação da monopolização industrial, da acentuada concentração de renda, dos baixos níveis de incorporação de mão de obra ao sistema produtivo, etc., o que acarreta em contrapartida a necessidade da intensificação da superexploração do mercado existente.

A desagregação progressiva das relações pré-capitalistas no campo, ao lado da manutenção do latifúndio, expulsa, do campo para a cidade, numerosos contingentes populacionais que não podem ser absorvidos pela indústria devido ao caráter monopólico e concentrado desta, que utiliza uma tecnologia demandante de relativamente pouca mão de obra – em geral qualificada.

A consequência disso é que os setores que não estão de fato integrados nas atividades propriamente produtivas tendem a se proliferar e o setor de serviços tende a se inflar enormemente, além de se constituir uma grande porcentagem de desempregados, para os quais não existe possibilidade de incorporação ao sistema produtivo.

Do ponto de vista social e político, o processo de monopolização, concentração e centralização também se expressa no nível dos mecanismos de controle social em geral e nos instru-

mentos de formação cultural e de opinião pública, como a imprensa, o rádio, a televisão, os jornais. Expressa-se, ainda, nas ideologias e nos partidos políticos das classes dominantes, que tendem a se agrupar e a superar velhas diferenças não substanciais, de modo que as tendências direitistas propendem a um predomínio cada vez mais forte, enquanto as posições liberais e centristas deixam de ter cabimento em um processo que se caracteriza, cada vez mais, pela polarização entre classes dominantes e dominadas.

Esse processo é expressão, e ao mesmo tempo consequência, da ruptura das alianças entre as classes dominantes e as classes populares – que caracterizaram todo o período populista – e de ilusões em um desenvolvimento nacional autônomo. O seu esgotamento dá lugar aos golpes militares, cujo objetivo é conter, por medidas de força, a oposição popular ao sistema de exploração. Isso não impede que se realizem ainda algumas tentativas de cunho neopopulista e liberalizante, como uma opção intermediária entre as tendências mais radicais, de direita e de esquerda. Tais tentativas seriam, porém, transitórias e se dariam apenas por um breve período, até que a confrontação mais aguda entre as classes antagonicas as frustrasse definitivamente.

O resultado final ao qual o desenvolvimento dependente conduz é, portanto, a agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada. Essa contradição, que leva à radicalização do regime político das classes exploradoras e assume, em muitos países, características neonazistas – das quais a melhor expressão é o Brasil – conduz a uma radicalização política acentuada da classe operária, do campesinato pobre e de setores da pequena-burguesia e das classes médias, apontando na direção da superação de suas ilusões nacionalistas e reformistas e orientando-se rumo a uma confrontação em termos de luta de classes.

2. *Tendências e alternativas do capitalismo dependente*

Os resultados fundamentais do desenvolvimento dependente, tanto nos países do tipo A quanto nos do tipo B, demonstram características similares em relação a todos os aspectos que destacamos no item 1. Nesse sentido, seria válido em princípio supor que as tendências gerais são fundamentalmente as mesmas para o conjunto dos países do continente.

No entanto, não é essa a realidade. Os resultados obtidos pelo desenvolvimento dependente em alguns países do tipo A – como são os casos específicos do Brasil, do México e da Argentina – configuram tendências que, embora também existam de forma muito mais encoberta em outros países, não encontram viabilidade histórica nestes. É o caso das tendências subimperialistas, que consistiriam na exploração de um país dependente mais desenvolvido sobre outros menos desenvolvidos, em busca do controle de parte substancial de seus mercados, através não apenas de exportações, mas, sobretudo, de investimentos em setores econômicos básicos – de recursos naturais ou de instalação de indústrias –, o que suporia um certo domínio político e militar por parte do país subimperialista. Estas tendências figuram como um produto da dinâmica gerada pelo sistema de exploração e apenas um profundo e radical processo de questionamento do funcionamento desse sistema enquanto tal poderia detê-las. Elas existem de forma muito encoberta em outros países (como é o caso de El Salvador, onde tais tendências se revelaram com maior clareza devido ao conflito bélico desse país com Honduras, que deixou claro o processo incipiente, mas de qualquer forma expressivo, da exploração à qual a economia hondurenha é submetida através de El Salvador, país que expande sua base industrial pelo crescimento do investimento estrangeiro, a partir da formação do Mercado Comum Centro-Americano).

Embora seja verdade que indicadores destas tendências possam, portanto, ser notados em outros países, os mesmos são in-

trinsecamente frustrados pela inexistência de um forte setor de bens de produção. Tais países não teriam condições de disputar a influência sobre os mercados de países mais fracos industrialmente com o Brasil, o México, ou a Argentina.

Estes últimos países são aqueles nos quais o processo de industrialização mais se desenvolveu e em que a penetração do capital estrangeiro na indústria manufatureira foi mais intensa; neles, o fortalecimento do capitalismo de Estado se deu de forma mais estreitamente vinculada à dominação imperialista, onde a ruptura de “compromissos” políticos das classes dominantes com as classes dominadas foi mais radical e, finalmente, onde as contradições engendradas pelo desenvolvimento capitalista dependente se fazem mais agudas, exigindo soluções mais amplas e radicais. Assim, a necessidade de diminuir o impacto interno de suas contradições congênicas orienta os referidos países, como subprodutos do imperialismo, rumo ao domínio e à subjugação dos demais países latino-americanos. A história do desenvolvimento capitalista sempre confirmou, nestes países e em várias circunstâncias, a necessidade de realização de tal tendência: o capitalismo necessita se expandir para sobreviver e, para se expandir, necessita se impor e dominar.

Nestes países latino-americanos, cujos limites internos à expansão são extremamente difíceis de serem completamente rompidos, a necessidade expansionista se apresenta com muita força.

Hoje, se essa necessidade é mais presente e imediata no Brasil, no México, ou na Argentina, isso se deve à maior intensidade de que o desenvolvimento capitalista adquiriu em tais países nos últimos anos e, ainda que esta mesma tendência possa existir de forma encoberta em outros países do continente, suas possibilidades de desenvolvimento são incomparavelmente menores, inclusive nos demais países do tipo A, como o Uruguai, o Chile e a Colômbia. Isso se deve a que, embora o processo de industrialização tenha tido, nestes países, muitas características semelhantes

àquelas dos três primeiros, não foi suficientemente intenso para determinar uma etapa qualitativamente nova, que se abrisse com o desenvolvimento interno do setor de bens de produção – seja devido a limitações naturais como as demográficas, no caso específico do Uruguai (mas também válidas para os demais países), seja pelos efeitos paralisadores da presença de enclaves no Chile (que, embora não tenham conseguido frustrar o processo de industrialização, permitiram que seus efeitos não pudessem ser amplamente contra-arrestados como no caso do México), seja pelo caráter relativamente mais tardio da industrialização na Colômbia, ou por último, seja devido à conveniência para que o capital estrangeiro se concentrasse mais em alguns países (que lhe ofereciam maiores vantagens em relação à extensão de mercados, ao desenvolvimento de uma infraestrutura básica e a economias de escala, além de contar também com amplas facilidades jurídicas, etc.). Estas interpretações, embora sugestivas, não esgotam a explicação do porquê da menor intensidade do processo de desenvolvimento em países dependentes de um mesmo tipo. Seria necessário recorrer à análise específica de cada um desses países, mas a ausência de tal análise não impede que se constate nos mesmos a escassa vigência de possibilidades de afirmação das tendências subimperialistas.

Acaso a possibilidade de realização destas tendências em tais países estaria meramente submetida a um processo gradual e cumulativo de desenvolvimento? Em outras palavras, seria possível conceber que tais tendências se realizariam nos mesmos uma vez que se conseguisse alcançar determinados níveis de desenvolvimento? A resposta tem que ser negativa. Porque basta que tais tendências se afirmem no Brasil, na Argentina, ou no México para fazer com que o sentido e as perspectivas do capitalismo dependente nos demais países do continente variem completamente. Não é possível conceber uma comunidade de subimperialismos. O subimperialismo, para se afirmar, precisa de uma ampla

área para sua atuação. E isso significa que é necessário impor aos demais países latino-americanos a situação de uma dupla exploração: por parte do imperialismo e do subimperialismo.

Apenas para o Brasil, a Argentina e o México há, dentro do atual sistema de dominação, a alternativa da expansão do sistema em termos de subimperialismo. Para todos os demais países, não há opção dentro deste sistema que não o destino de países capitalistas dependentes que, embora ainda possam atravessar períodos relativamente curtos de crescimento – estimulados em alguma medida por políticas reformistas e modernizadoras –, tendem, cada vez mais, a uma situação básica de estagnação e crise, em cujo contexto as possibilidades de desenvolvimento das etapas mais avançadas da industrialização, através da montagem do setor de bens de produção, são remotas.

A única alternativa de desenvolvimento amplo que se apresenta para o Chile, a Colômbia e o Uruguai (bem como para os países do tipo B) está fora do sistema capitalista e é a alternativa socialista. O socialismo se apresenta para eles, portanto, como a única opção de desenvolvimento, deixando de ser um ideal doutrinário e passando a se constituir em uma necessidade histórica. Se o socialismo é a única opção para países como o Uruguai, o Chile e a Colômbia, o mesmo pode ser dito, e com muito maior força de argumentação, sobre os casos de todos os países do tipo B. Nestes, as possibilidades de desenvolvimento nos marcos de um capitalismo dependente – apesar da viabilidade de imposição de políticas reformistas que contemplamos anteriormente – são extremamente reduzidas e medíocres. Para o Brasil, o México e a Argentina, o socialismo tem que competir com a alternativa de desenvolvimento subimperialista (apesar do que expusemos anteriormente, o socialismo é muito mais viável economicamente e é a única via para a ruptura da dependência). A alternativa subimperialista está, sem dúvida, condenada ao fracasso, ao passo em que não resolve as agudas contradições do desenvolvimento

capitalista dependente. Não obstante, sua viabilidade potencial, ainda que se dê por um curto prazo, é uma ameaça terrível para a América Latina em seu conjunto.

Se é possível supor a sobrevivência do atual sistema de dominação no continente, o destino dos povos será cada vez mais a intensa exploração imperialista, mediada pelo subimperialismo.

No plano que se refere ao sistema de exploração, a América Latina se bifurca; suas possibilidades de reunificação devem ser buscadas no plano da oposição popular a este sistema. Ou seja, o capitalismo tende a dividir o continente entre subpotências dominantes e países dominados e apenas o socialismo poderá impedir esse processo e restaurar a unidade continental.

Se esta análise é válida, aquilo que até agora chamamos de tipo A tende a romper-se. A tipologia, como a definimos, é um recurso analítico para possibilitar uma análise histórico-estrutural que, enquanto tal, está submetida às variações e transformações que as sociedades dependentes sofrem em seu movimento real. Se o processo de desenvolvimento teve características semelhantes em alguns países – o que justificava sua inclusão em um mesmo tipo –, na medida em que a possibilidade de afirmação de determinadas tendências se dá em alguns deles e não em outros e passa a diferenciá-los em suas novas etapas – revelando qualidades distintas na orientação de seus processos econômico-sociais –, é necessário redefinir a tipologia, para que esta siga tendo utilidade analítica.

De qualquer forma, ainda é cedo para fazer isso. Em nenhum dos três países nos quais apontamos a possibilidade de realização da tendência subimperialista, conseguiu-se até agora transformá-la plenamente em realidade.

Por outro lado, no Chile, a partir da vitória da Unidad Popular se inicia a realização de um processo cujos resultados podem conduzir esse país muito rapidamente à alternativa socialista.

Na América Latina, vivem-se, portanto, momentos cruciais nos quais as alternativas contempladas pela ciência são postas à prova pela luta política das classes sociais em confronto.

Neste momento, o papel de previsão da ciência está limitado pela prática concreta do movimento social, que é o que, definitivamente, concretizará ou não alternativas e tendências. De todas as maneiras, quaisquer que sejam as direções imediatas que os processos de desenvolvimento nos países latino-americanos venham a assumir, estas são relativamente provisórias.

As contradições engendradas pelo desenvolvimento dependente tenderão a se acentuar cada vez mais profundamente e necessitarão respostas cada vez mais radicais que, certamente, conduzirão a enfrentamentos agudos entre as classes dominantes e dominadas, entre a alternativa burguesa mais radical – o neofascismo – e a alternativa proletária – a revolução socialista.